



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ARTHUR HENRIQUE FEIJÓ DE ALMEIDA

ENTRE ESTANTES E ARMÁRIOS: políticas culturais e demandas informacionais da
população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife

Recife
2023

ARTHUR HENRIQUE FEIJÓ DE ALMEIDA

ENTRE ESTANTES E ARMÁRIOS: políticas culturais e demandas informacionais da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú.

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

A447e Almeida, Arthur Henrique Feijó de
Entre estantes e armários: políticas culturais e demandas
informativas da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de
Recife / Arthur Henrique Feijó de Almeida. – Recife, 2023.
126f.: il.

Sob orientação de Hélio Márcio Pajeú.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação, 2023.

Inclui referências e apêndice.

1. Bibliotecas públicas. 2. Comunidade LGBTQIAP+. 3. Políticas
culturais. 4. Mediação cultural. I. Pajeú, Hélio Márcio (Orientação).
II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-31)

ARTHUR HENRIQUE FEIJÓ DE ALMEIDA

ENTRE ESTANTES E ARMÁRIOS: políticas culturais e demandas informacionais da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 13/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins (Examinador Externo)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, agradeço imensamente ao PPGCI/UFPE pela oportunidade de colocar em prática essa pesquisa, trazendo luz a um tema tão importante ser debatido, não apenas no ambiente acadêmico, mas em todos os setores da sociedade e ao meu querido orientador Hélio Pajeú por acreditar em mim, na minha pesquisa e compartilhar comigo a ânsia de mudar o mundo através da ciência, da política e, por que não, do amor. Agradeço também à banca, Murilo Silveira e Carlos Wellington Soares, pela inestimável contribuição não só para esse trabalho, mas para a minha formação enquanto pesquisador, cientista da informação e ator político. Essa pesquisa não seria a mesma sem vocês.

Agradeço à minha mãe, Ana Tereza, e às minhas tias, Delma e Auricéia, por serem a melhor família que alguém poderia ter, me apoiarem e me incentivarem a continuar estudando, lutando e sendo eu mesmo, apesar das adversidades. Por terem me feito sentir tão feliz e amado que não consigo conter minhas lágrimas enquanto escrevo essas poucas frases.

À uma longa lista de amigos que sempre foram as lufadas de ar em meu pulmão quando respirar se tornava difícil. Em especial, à Amanda Farias, Caroline Santiago e Raissa Barbosa, pois, desde o ensino médio, quando estou com vocês esqueço do peso do mundo. Agradeço também à Rayane Santana que entrou na minha vida anos depois, mas garante a minha felicidade sendo feliz com a mulher que amamos.

Meus sinceros agradecimentos à Wedla Matos, Mariana Leitão e Hayanna Saldanha, companheiras de trabalho que me dão o apoio e a coragem de enfrentar as adversidades do dia a dia. Aos laços que a jornada acadêmica trouxe ou estreitou e me fizeram perceber que esse também é um local de amor, empatia e reciprocidade. À Werleson Santos, Juliana Albuquerque, Yasmin Wink Finger, Matheus Arruda e Manoela Antunes, por todas as palavras de carinho, a ajuda oferecida, a paciência para ouvir desabafos e a comemoração das vitórias. Obrigado por me convencerem que esse espaço é meu por direito, vocês me fazem querer ficar.

Agradeço ao meu amor e companheiro, Jyan França, por aceitar dividir a vida comigo e me fazer sentir e viver um amor tão único que, mesmo após anos sentindo, ainda me surpreende com a possibilidade de um sentimento tão puro e genuíno. Essa pesquisa não existiria sem você e, tenho certeza, que a pessoa que sou hoje também não. Sou incapaz de descrever o nosso amor, mas eu tento todos os dias. Tento nas canecas de café que te trago pela manhã, nos beijos que te roubo durante o sono e nos sorrisos que te arranco sempre que possível. Espero ser capaz de fazer você nunca duvidar desse amor.

Por fim, agradeço a todos os desviantes e desviados que vieram antes de mim, os que vêm comigo e os que ainda estão por vir. Aos que vieram, agradeço por possibilitar que eu tenha chegado aonde cheguei. Não é longe, mas é promissor. Aos que vêm, agradeço por me darem forças para continuar na luta e não ceder e nem desistir. Ainda há muito o que conquistar. Aos que estão por vir, espero que essas páginas sejam o reflexo de um passado sombrio, pois o presente de vocês é melhor do que o presente que situa esses escritos. É por vocês que eu escrevo.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56).

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as bibliotecas públicas da cidade do Recife como espaço de mediação cultural propício para formulação e implementação de políticas culturais voltadas à população LGBTQIAP+. Metodologicamente caracterizada como exploratória, com procedimentos bibliográficos e documentais, seus objetivos específicos são: a) discutir a biblioteca pública no Brasil como um espaço de mediação cultural para promover a diversidade; b) identificar a atuação das bibliotecas públicas da cidade do Recife sobre uma proposta de política cultural para tratar questões relacionadas a gênero e sexualidade nesses espaços; c) averiguar a atuação dos agentes culturais das bibliotecas públicas do Recife na formulação e implementação de políticas culturais por meio da construção ativa deste processo. A fim de alcançá-los, realizou-se entrevistas considerando o universo das bibliotecas públicas em Recife e a população como os gestores destas bibliotecas, contando a amostra com 5 colaboradores. A pesquisa constata a importância da biblioteca pública, apoiada em políticas públicas de cultura, em tratar questões de gênero e sexualidade através de ações de mediação cultural visando a construção de uma sociedade mais receptiva à comunidade LGBTQIAP+.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; comunidade LGBTQIAP+; políticas culturais; mediação cultural.

ABSTRACT

This research aims to analyze public libraries in the city of Recife as a space for cultural mediation conducive to the formulation and implementation of public cultural policies aimed at the LGBTQIAP+ population. Methodologically characterized as exploratory, with bibliographical and documental procedures, its specific objectives are: a) to discuss the public library in Brazil as a cultural mediation space in order to promote diversity; b) to identify the performance of public libraries in the city of Recife about a cultural policy proposal to address issues related to gender and sexuality in these spaces; c) to ascertain the performance of cultural agents of public libraries in Recife in the formulation and implementation of cultural policies through the active construction of this process. In order to achieve these goals, we underwent interviews considering the universe of public libraries in Recife and the population as the managers of these libraries, counting the sample with 5 collaborators.. The research notes the importance for the public library, supported by cultural public policies, to deal with gender and sexuality matters through actions of cultural mediation aimed at constructing a society that's more receptive to the LGBTQIAP+ community.

Keywords: public libraries; LGBTQIAP+ community; cultural policy; cultural mediation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Fachada da BPE.....	73
Imagem 2 - Setor de referência da BPE.....	74
Imagem 3 - Mediação cultural no setor infanto-juvenil da BPE.....	75
Imagem 4 - Fachada do COMPAZ Governador Eduardo Campos	76
Imagem 5 - Mediação cultural na Biblioteca Afrânio Godoy.....	77
Imagem 6 - Fachada do SESC Casa Amarela.....	78
Imagem 7 - Mediação cultural na Biblioteca Marcus Accioly	79
Imagem 8 - Fachada do COMPAZ Escritor Ariano Suassuna.....	80
Imagem 9 - Biblioteca Jornalista Carlos Percol.....	81
Imagem 10 - Atividade da Biblioteca Jornalista Carlos Percol na área externa do Compaz..	81
Imagem 11 - Fachada da Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite	83
Imagem 12 - Biblioteca Popular de Afogados após revitalização	83
Imagem 13 - Mediação cultural realizada na Biblioteca Popular de Afogados.....	84
Imagem 14 - Placa de Banheiro Inclusivo	103
Imagem 15 - Placa de Banheiro Feminino Inclusivo.....	103
Imagem 16 - Placa de Banheiro Masculino Inclusivo.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Criação de Bibliotecas Públicas entre 1831 e 1994	35
Quadro 2 - Políticas Públicas para Bibliotecas.....	50
Quadro 3 - Respostas sobre formação dos entrevistados	85
Quadro 4 - Respostas sobre treinamento das instituições	87
Quadro 5 - Respostas sobre treinamento das instituições	88
Quadro 6 - Respostas sobre serviços voltados à população LGBTQIAP+ nas bibliotecas ...	89
Quadro 7 - Respostas sobre o tratamento de pessoas trans e travestis nas bibliotecas	90
Quadro 8 - Respostas sobre banheiros nos prédios das bibliotecas.....	92
Quadro 9 - Respostas sobre temáticas LGBTQIAP+ nas bibliotecas	93
Quadro 10 - Respostas sobre visibilidade LGBTQIAP+ nas bibliotecas.....	95
Quadro 11 - Respostas sobre demandas LGBTQIAP+ nas bibliotecas	96
Quadro 12 - Respostas sobre políticas culturais para LGBTQIAP+ nas bibliotecas	97
Quadro 13 - Respostas sobre demandas profissionais por política cultural	98
Quadro 14 - Respostas sobre ações de uma política cultural para temática LGBTQIAP+	99
Quadro 15 - Respostas sobre periodicidade da política cultural para temática LGBTQIAP+	100

LISTA DE SIGLAS

BP	Biblioteca(s) Pública(s)
BPE	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
CI	Ciência da Informação
COMPAZ	Centro Comunitário da Paz
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e outras designações de gênero e sexualidade
SESC	Serviço Social do Comércio
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Breve relato	13
1.2	Justificativas e objetivos	14
2	CULTURA E O DIREITO À MEDIAÇÃO CULTURAL	21
3	GARANTIR O ACESSO É POUCO, É PRECISO IR ALÉM	32
3.1	Reconstrução histórico-conceitual das Bibliotecas Públicas	32
3.2	Desordenar: O papel social das Bibliotecas Públicas	41
3.3	Políticas Públicas para Bibliotecas Públicas	49
4	DO GLS AO ALFABETO INTEIRO: o movimento LGBTQIAP+ no Brasil	58
5	METODOLOGIA	70
5.1	Contexto dos locais de coleta	72
<i>5.1.1</i>	<i>Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco</i>	<i>72</i>
<i>5.1.2</i>	<i>Biblioteca Afrânio Godoy - COMPAZ Governador Eduardo Campos</i>	<i>75</i>
<i>5.1.3</i>	<i>Biblioteca Marcus Accioly - SESC Casa Amarela</i>	<i>77</i>
<i>5.1.4</i>	<i>Biblioteca Jornalista Carlos Percol - COMPAZ Escritor Ariano Suassuna</i>	<i>79</i>
<i>5.1.5</i>	<i>Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite</i>	<i>82</i>
6	ANÁLISE DE DADOS	85
6.1	Resultado das entrevistas	85
6.2	Proposta e diretrizes	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	126

1 INTRODUÇÃO

1.1 Breve relato

Começo esse texto com um sentimento curioso acerca do que propõe essa pesquisa. É engraçado escrever uma dissertação sobre bibliotecas ouvindo ano após ano que esses espaços estão para acabar, já que temos agora acesso indiscriminado à internet e ao livro digital com maior facilidade. Um argumento falacioso de quem não frequentava a biblioteca nem antes da internet, e de fato gostaria que ela acabasse para que se esvaziasse a culpa de não frequentar uma agora. Mesmo após décadas do surgimento de diversos suportes, como, por exemplo, o disquete, os *pen-drives* e os *e-readers* (leitores digitais), que o senso-comum acreditava que fossem dizimar os livros, e conseqüentemente as bibliotecas, a biblioteca existe, resiste, e ainda tem muito a batalhar e conquistar.

Meu interesse por pesquisar bibliotecas públicas (BP) brotou na minha mente com um estalo que esteve sempre ali, no fundo da minha consciência, despercebido entre fluxo de pensamentos e a rotina. Não tive contato com as bibliotecas de nenhuma das escolas em que estudei nos anos iniciais e fundamentais. Apenas no Ensino Médio fui para uma instituição que, de fato, possuía uma sala que supostamente era uma biblioteca, porém, na verdade, era um espaço proibido, inalcançável e subutilizado. Falo da biblioteca escolar porque o leitor dessa pesquisa deve ter em mente que meu primeiro contato com o espaço da biblioteca não ocorreu através de uma perspectiva educacional ou sequer de modo físico.

Como grande parte das crianças do meu círculo social que estavam crescendo durante a primeira década dos anos 2000, um dos meus passatempos favoritos durante a infância, além de ler livros de detetives e ouvir as músicas mais tocadas de qualquer estação local, era assistir filmes. Ainda que morássemos a apenas uma rua de distância de uma das extintas locadoras de fitas VHS e DVD que existiam popularmente em meu bairro, fiz bastante uso das sessões que passavam nos canais da TV aberta. Não lembro exatamente qual o primeiro registro de uma biblioteca que vi no audiovisual, talvez aquela do castelo da clássica animação d'A Bela e a Fera, mas a primeira que me tocou de fato e vive até hoje na minha mente é do filme *Matilda* (1996).

Em uma das cenas a protagonista que nomeia o filme sai, ainda bem criança e desacompanhada, até a BP local na intenção de buscar uma forma de aplacar o tédio das suas tardes e faz disso um hábito. Foi só na adolescência que descobri que poderia fazer o mesmo, pois existiam bibliotecas públicas ao meu alcance, ainda que elas não conseguissem satisfazer

plenamente as necessidades de um jovem descobrindo questões sobre si mesmo.¹ A partir das reflexões apresentadas acima somadas aos instrumentos obtidos a partir da graduação em Biblioteconomia, nasce o desejo de pesquisar a BP e as questões relacionadas a vivências de sujeitos que se assemelham a mim em questões de gênero e sexualidade.

1.2 Justificativas e objetivos

A BP desperta na maioria das pessoas a ideia de um espaço cujo acesso e uso pode ser feito por qualquer pessoa que assim o tiver interesse de efetuar, entretanto, nem sempre foi assim, as bibliotecas públicas tiveram um processo de desenvolvimento e transformação ao longo do tempo. Porém, mesmo quando os escritos saíram do domínio da Igreja Católica, as bibliotecas ainda não eram de fato públicas. Lessa (2021, p. 18) fala que até o século XVIII:

a ideia de biblioteca ‘pública’ se estendia na Europa como um equipamento intelectual que servia aos estudiosos como um espaço de leitura, recepção, apropriação e aquisição de conhecimento. Contudo, mesmo com esta configuração, o conceito de biblioteca pública excluía o acesso indiscriminado para todos os cidadãos.

Segundo documento da Fundação da Biblioteca Nacional - FBN (2000), a BP pode ser caracterizada por três coisas: a) público a que se destina, sendo este todos os grupos de sujeitos, independente de religião, sexo, cor ou orientação; b) abrangência do acervo, deve incluir materiais relevantes para seus usuários reais e potenciais, além de documentos técnicos, em uma ampla variedade; c) ser mantida pelo poder público, independente da esfera (municipal, federal ou estadual). Para a FBN, a BP é:

um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer (BRASIL, 2010, p. 18).

Quando consideramos a abrangência de públicos a que a BP se destina a atender de maneira indiscriminada e a crescente marginalização de sujeitos resultante do capitalismo, não podemos deixar de nos perguntar se seria a BP a utopia materializada da igualdade social na Terra, passando despercebida pela grande população vidrada em suas telas, como um nirvana que está lá e não conseguiríamos enxergar nem se ele nos pegasse pelos ombros e nos desse um chacoalhão.

¹ Um momento muito marcante que foi a ida até uma biblioteca pública em busca do livro “O terceiro travesseiro” de Nelson Luiz de Carvalho, uma obra com um protagonista bissexual que me despertou o interesse enquanto eu mesmo, adolescente, me descobria bissexual. A resposta que tive não foi apenas que não possuíam o livro, mas que essa não era uma temática trabalhada pela instituição.

Para Almeida Júnior (2005), as bibliotecas ainda hoje são espaços concebidos e estruturados para uma parcela seleta da população, àqueles que já tem informação, uma vez que “o conhecimento preservado, mesmo que não explicitamente, e a despeito da importância de que se reveste, conta a história dos vencedores, uma história entre as muitas que poderiam ser contadas. É essa a história que as bibliotecas preservaram - e preservam” (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p. 72). O autor escancara o debate sobre a população se ver ou não nesses espaços.

Quando, entre os públicos que deveriam ser atendidos pela BP, observamos o recorte da população LGBTQIAP+², nos equipamentos culturais temos um vislumbre do que argumenta Foucault (1999). Segundo o autor, o capitalismo resultou numa agrupação dos indivíduos através da afinidade entre as suas práticas sexuais que entendemos por heteronormatividade e, dessa forma, àqueles que não se encaixassem nas práticas socialmente aceitas (heterossexuais) eram automaticamente excluídos, dando base para um tripé entre sexualidade, gênero e poder. Além do evidente preconceito, manifestado na forma da LGBTQIAPfobia³, a população LGBTQIAP+ ainda enfrenta empecilhos para a prática cidadã e democrática devido a um apoio insuficiente do Estado na luta pela inclusão desses sujeitos (FACCHINI; FRANÇA, 2020).

Evidentemente, essas mazelas são resultadas de anos de uma estrutura cultural essencialmente heteronormativa e a modificação de uma cultura não acontece muito rapidamente, porém, anos atrás Colling (2015, p. 239) já argumentava que o movimento LGBTQIAP+ precisava investir em “ações que promovam o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura”, pois através dessas ações, efetivadas por intermédio de políticas públicas, seria possível mudar a cultura local para ser mais receptiva às

² A sigla referente à essa população está em constante mudança a fim de contemplar cada dia mais novas concepções de sujeitos. Ao longo do texto podemos perceber diversas variações sendo utilizadas por diferentes autores, tais como LGBT, LGBT+, LGBTQ+, LGBTQI+ etc., entendemos que tais variações são reflexo do contexto do debate à época dos escritos, então para esse estudo escolhemos o termo LGBTQIAP+ por considerarmos esta uma das formas mais atuais e acessíveis da sigla para tratar dessa população. Para dúvidas sobre o significado de cada uma das letras da sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais e Panssexuais) recomendamos: REIS, T. (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media-noticia/465957/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

³ Rosa (2017, p. 20) define LGBTQfobia “como o conjunto de sentimentos como raiva, nojo, desconforto, medo, ódio, desdém e descaso pelas pessoas que não se encontram dentro dos conceitos rígidos ancorados na heteronormatividade e na lógica binária de gênero”. Sendo assim, é necessário esclarecer a diferença entre sexo, sexualidade e identidade de gênero: Sexo refere-se ao órgão genital do indivíduo; sexualidade à atração (ou a falta dela, no caso de alguns assexuais) sexual e/ou amorosa entre os indivíduos; já identidade de gênero é a forma como o indivíduo se identifica e não está diretamente ligada ao seu sexo. (CACERES GONÇALVES; PERES GONÇALVES, 2021).

diferenças. Considerando o seu papel social, seriam as BP aliadas nessa batalha em busca de um mundo mais justo e inclusivo para esses sujeitos?

A pesquisa “Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte” (2018)⁴ mostra que em relação à população LGBTQIAP+ entrevistada 51% frequentou uma biblioteca nos últimos 12 meses; porém, ao observar esse número, Isis Lemes (2019) reflete que “fica evidente que esta parte da população já é usuária real e potencial dos espaços de bibliotecas, mesmo que ainda não se pensem serviços e ações voltadas para demandas informacionais LGBT+ e ações que valorizem materiais com maior representatividade”. Endossando isso, Vanin e Oliveira (2019) reforçam a urgência de serviços voltados à população LGBTQIAP+ não apenas por uma demanda por parte desse público à esses equipamentos culturais, mas partindo também de uma perspectiva democrática desses espaços como um local de inclusão social e preservação da memória cultural desses sujeitos:

A cultura LGBTQ+, quando não contemplada nos serviços e acervo das bibliotecas públicas, não cria identidade com esses espaços que são públicos, não atua na construção do avanço social, permanecerão cristalizando uma realidade de marginalização e exclusão, reforçando discursos ideológicos dominantes. Lugares de memória, como são as bibliotecas públicas, devem garantir a defesa de perspectivas plurais e democráticas de preservação, acesso, livre construções e quebra de paradigmas alicerçados em políticas de igualdade e garantia de direitos e espaços iguais a todos os cidadãos que constituem a nação. (VANIN; OLIVEIRA, 2019, p. 335)

A ideia dos autores supracitados converge com o que argumenta Silva (2019) sobre a importância de darmos visibilidade às temáticas referentes à população LGBTQIAP+ em unidades de informação, pois, segundo a autora:

A visibilidade e, principalmente, o amplo e indiscriminado acesso ao conhecimento registrado geram no contexto sociocultural uma noção de pertencimento e valorização dos discursos construídos de forma coletiva sob a égide não apenas das narrativas homogêneas ou predominantes, mas passam a considerar válidos todos os discursos existentes e que justificam o processo de interação social que visa à comunicação e transgeracionalização dos saberes construídos no seio social tomando por base vivências heterogêneas, ou seja, que não se enquadram ao modelo típico de construção do saber e ‘código’ social (SILVA, 2019, p. 21).

Reforçamos a necessidade de ampliar os debates sobre as questões de gênero e sexualidade na Ciência da Informação e disciplinas correlatas. Lima e Santos (2019) argumentam sobre a importância de tratar questões LGBTQIAP+ na CI, pois esta temática diz respeito às questões sociais, políticas, culturais e científicas (todas, diga-se de passagem, de

⁴ LEIVA, João; MEIRELLES, Ricardo (org.). **Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem cultura e arte**. Rio de Janeiro: 17Street, 2018. 196 p. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/07/10810_Livro_Web.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

interesse da CI) e existe uma intencionalidade na censura dessa discussão nos espaços das bibliotecas. Por isso, segundo os autores, há uma necessidade imprescindível de se problematizar o espaço da biblioteca como um espaço de reflexão que deve prezar pela diversidade humana:

A educação para a diversidade precisa ser uma das linhas de atuação das bibliotecas. São lugares do conhecimento, da informação e do entretenimento, portanto, um espaço de socialização dos saberes, das culturas e das memórias, contribuindo assim para a melhoria na transformação social (LIMA; SANTOS, 2019, p. 42).

Quando Martins (2021) faz a provocação “pode, na Ciência da Informação, o LGBTI+ falar?”, um aceno à “pode o subalterno falar?” de Spivak, o autor reforça que os números ainda emergentes de produções acadêmicas que tratam das questões de gênero e sexualidade, não apenas sobre, mas desenvolvidas por pessoas LGBTQIAP+, na CI é expressão da violência simbólica e sistêmica de uma sociedade que ainda invisibiliza esses sujeitos e nega a participação destes em espaços moldados ao longo do tempo para excluí-los. Ainda que iniciativas para mudar esse cenário não sejam numerosas o suficiente para encher um grande catálogo, seria desonesto não frisar que elas já existem e vêm contribuindo para o surgimento de novas, evidenciando uma mudança que vem na CI, possibilitando não apenas um avanço científico, mas também sociocultural.

Essas iniciativas são reconstruções das pautas sociais nas instituições e, principalmente, são movimentos que reforçam a luta desses sujeitos e a ânsia de ocupar esses espaços. Entre elas, podemos destacar a criação em setembro de 2019 do Grupo de Trabalho de Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque de Gênero (GTBDEG) pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB)⁵; a publicação da obra “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação”⁶ pelo Selo Nyota, em outubro de 2019, que conta não apenas com escritos sobre sujeitos LGBTI+, mas escritos por sujeitos LGBTI+; a Parada da Diversidade LGBTQIA+ do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado do Maranhão (CRB-13) em 2021⁷; mais recentemente, o surgimento de um 12º grupo de trabalho no XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) com o tema “Informação,

⁵ FEBAB. **BDEG**: Grupo de Trabalho de Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque de Gênero. 2019. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/diversidade>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁶ ROMEIRO, N.; ALMEIDA, B.; MARTINS, C. W. (orgs.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Selo Nyota, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rb895Md-eQmG1ePNskX5hTTTEn6gtGRJ/view>. Acesso em: 15 set. 2022.

⁷ CRB 13 MARANHÃO. **I Parada Virtual do Orgulho LGBTQIA+ do CRB13**. YouTube, 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7bqOQqoDZGM>. Acesso em: 15 set. 2022.

Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades”⁸, previsto para acontecer em novembro de 2022.

As iniciativas mencionadas, assim como outras⁹, são louváveis, mas refletem a escassez de práticas bibliotecárias voltadas à população LGBTQIAP+, principalmente quando essas iniciativas só foram possíveis de ocorrer por atuação de indivíduos que fazem parte da população LGBTQIAP+ e que tensionaram nesses espaços de disputa, poder e correlação de forças para que estas viessem à vida. Martins e Rodrigues (2019) em estudo sobre a mediação de leitura, uma forma de ação cultural, de literatura com temática LGBTQIAP+ traz à tona bibliotecas brasileiras que desenvolvem:

um trabalho importante no acesso à informação, leitura e à cultura por meio de seu acervo e em atividades culturais realizadas nas bibliotecas e na comunidade, mas no que concerna ao debate sobre gênero e diversidade sexual, encontra um silenciamento acerca da temática que acaba por invisibilizar e tornar inexistente, nesses espaços, uma discussão necessária e urgente para uma sociedade plural, democrática e inclusiva (MARTINS; RODRIGUES, 2019, p. 299-300).

Segundo a pesquisa em questão, a importância da inclusão de temas pertinentes à população LGBTQIAP+ nesses espaços parece ser consenso entre as bibliotecárias entrevistadas, porém o que leva essas temáticas ainda ficarem empoeiradas entre estantes e armários esperando que alguém as traga à luz? As entrevistadas relatam principalmente a falta de aportes teóricos e práticos que pudessem lapidar esse trabalho, o que nos leva a pensar se a existência de políticas culturais visando a atuação das bibliotecas frente às demandas informacionais dos sujeitos desviantes da norma cisgênero-heterossexual seja o mecanismo que falte para reverter esse cenário.

Partindo da hipótese de que existe uma insuficiência de políticas culturais voltadas para a população LGBTQIAP+ surgem os seguintes problemas: as bibliotecas públicas da cidade do Recife conseguem atender as demandas informacionais da população LGBTQIAP+? Partindo do pressuposto de que essa atuação é insuficiente, quais diretrizes podem ser adotadas para a estruturação de uma política cultural visando fortalecer a atuação dessas bibliotecas frente às necessidades informacionais dessa população? Dessa forma, o objetivo geral traçado para a pesquisa foi: analisar as bibliotecas públicas da cidade do Recife como espaço de mediação cultural propício para formulação e implementação de políticas

⁸ ENANCIB. GT12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/enancib2022/programacao/gt-12/>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁹ Ver: MARTINS, C. W. S. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728>. Acesso em: 15 set. 2022.

culturais voltadas à população LGBTQIAP+.

Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- discutir a biblioteca pública no Brasil como um espaço de mediação cultural para promover a diversidade;
- identificar a atuação das bibliotecas públicas da cidade do Recife sobre uma proposta de política cultural para tratar questões relacionadas a gênero e sexualidade nesses espaços;
- averiguar a atuação dos agentes culturais das bibliotecas públicas do Recife na formulação e implementação de políticas culturais por meio da construção ativa deste processo.

Essa pesquisa, como a maioria das pesquisas, possui algumas justificativas para existir. Do ponto de vista pessoal, essa pesquisa se justifica pela minha ansiedade enquanto membro da população LGBTQIAP+ para que as bibliotecas possam significar para esses sujeitos, que são tão diferentes e, simultaneamente, tão iguais a mim, unidos por um laço de existência e resistência, um espaço de segurança, acolhimento e celebração. Para a sociedade, essa pesquisa se justifica pela urgência em combatermos os índices de LGBTQIAPfobia, de lutarmos pela integridade pessoal e coletiva de sujeitos marginalizados, pois, para a surpresa do ex-presidente eleito em 2018, bibliotecas são mais importantes que clubes de tiro¹⁰. Assim, é importante que sujeitos LGBTQIAP+ estejam inseridos em políticas públicas para desfrutar ativamente da cidadania e da democracia, sem que tenham seus direitos negados.

Cientificamente, essa pesquisa se justifica pela necessidade de trazer para dentro dos debates acadêmicos as questões relacionadas a gênero e sexualidade que, por tanto tempo, estiveram presas em nichos sem perceber que ser quem se é e amar quem se quer fora da norma heterossexual e cisgênero é um ato político e política e ciência andam de mãos dadas. Por fim, essa pesquisa se justifica também nos novos olhares para as questões pertinentes à CI, enquanto uma Ciência Social, de forma que esta pode contribuir para a construção de uma cultura mais receptiva aos sujeitos LGBTQIAP+.

Assim, além desta introdução, o trabalho apresenta mais 7 seções. A segunda delas — O que é cultura e o direito à mediação cultural — trata das concepções sobre o que é ou não cultura ao longo do tempo e de como esta tem sido moldada para atender os interesses de uma parcela privilegiada da sociedade, bem como a maneira que a mediação cultural pode se

¹⁰ MORATELLI, Valmir. **Bolsonaro ‘amedronta’ dizendo que clubes de tiro podem virar biblioteca**. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/bolsonaro-amedronta-dizendo-que-clubes-de-tiro-podem- virar-biblioteca/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

configurar como um direito a ser usufruído para combater essa ideia homogênea de cultura.

Na terceira seção — Garantir o acesso é pouco, é preciso ir além — fazemos um resgate histórico-conceitual da BP e sua jornada no Brasil e no mundo para entendermos de que forma esta se consolida hoje como um equipamento cultural com um papel social tão importante e, simultaneamente, tão ignorado, além de analisarmos as políticas públicas vigentes para esse tipo de biblioteca e observando de que forma estas contemplam ou não as novas demandas informacionais do público a quem se destinam essas bibliotecas.

“Do GLS ao alfabeto inteiro: o movimento LGBTQIAP+ no Brasil” trata da forma que o movimento homossexual brasileiro evoluiu para o que hoje conhecemos como movimento LGBTQIAP+, além de discorrer sobre como a censura dos temas tocantes a essa população resulta em um sistema de desinformação utilizado para manter intactas as estruturas de opressão para com esses indivíduos.

Na seção seguinte — Metodologia — está descrita a caracterização da pesquisa, assim como os procedimentos escolhidos para alcançar os objetos da mesma, o que acaba por nos levar para a sexta seção — Análise de dados — onde se encontra as percepções de gestores de 5 BPs da cidade de Recife, coletadas através de entrevistas, acerca da formulação da inclusão da população LGBTQIAP+ nesses equipamentos, além de propostas e diretrizes que possam nortear a criação de políticas culturais para tratar questões de gênero e sexualidade nas bibliotecas. Por fim, na última seção, encontram-se nossas considerações acerca do que foi discorrido.

2 CULTURA E O DIREITO À MEDIAÇÃO CULTURAL

O debate em volta do conceito de cultura e o fator determinante da diversidade cultural humana na perspectiva ocidental data de cerca de 200 a.C., quando o historiador grego Heródoto discorreu acerca das distintas relações sociais que cercavam os lícios, povos que viviam no que hoje conhecemos como a Turquia. Esse povo, segundo o autor grego, se apresentava através da linhagem matriarcal, dizendo o seu nome e o nome de sua mãe, ao contrário das outras nações à época. É importante manter em mente que essa afirmação de Heródoto parte da sua própria socialização patriarcal. Após 2050 anos desde as divagações de Heródoto sobre os lícios e ainda não chegamos a um resultado universal sobre o que é ou não cultura, mas isso não nos impede de ter uma noção geral sobre a palavra e as implicações trazidas por ela.

Por muito tempo, a ideia de cultura esteve atrelada aos fatores biológicos e/ou geográficos em que estavam inseridos os sujeitos; sendo assim, acreditava-se que as práticas sociais e gostos culturais de um indivíduo surgiriam de forma intrínseca, a partir de um conjunto específico de cromossomos ou da classe econômica a que ele pertencesse ou da vila onde tivesse nascido. Ainda que esses fatores contribuam à formação do sujeito, eles não vêm desacompanhados de uma carga cultural preexistente e que influenciará, em maior ou menor grau, o resultado desse processo ideológico e comportamental.

A existência de uma “cultura” que seja inerente ao ser humano parte de um princípio genético-cultural deixado a nós por nossos pais, que por sua vez o herdaram de nossos avós, assim como nossos avós o teriam herdado de nossos bisavós — e poderíamos assim formar uma árvore genealógica com galhos que cresceriam eternamente sem nunca encontrar o benfeitor ontológico desse tesouro, e sendo incapaz de explicar a pluralidade cultural que vivenciamos hoje. Acreditar que a cultura pudesse estar ligada a determinados fatores biológicos é como acreditar que um bebê de pais brasileiros naturalmente falaria português mesmo se tivesse crescido na Alemanha, por exemplo. Ainda que hoje essa ideia possa parecer absurda para a maioria de nós, é importante que saibamos que ela era bem fundada para os que iniciaram essa discussão séculos atrás.

Segundo o *Dicionário Crítico de Política Cultural*, elaborado por Teixeira Coelho (1997), o termo cultura pode é conceituado sob três aspectos:

1. um estado mental ou espiritual desenvolvido, como na expressão "pessoa de cultura";
2. o processo que conduz a esse estado, de que são parte as práticas culturais genericamente consideradas;

3. os instrumentos (ou os media) desse processo, como cada uma das artes e outros veículos que expressam ou conformam um estado de espírito ou comportamento coletivo. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 103).

Para Terry Eagleton (2005), cultura é uma das palavras mais complexas da língua inglesa e deriva do verbo *colere* que “pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger” (EAGLETON, 2005, p. 12). Já Alfredo Bosi (1996, p. 11) afirma que “as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”. O verbo *colo* na Roma Antiga significava “eu ocupo/cultivo a terra”, logo, sua flexão no futuro (*culturus*) representa o que se quer cultivar, porém “não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as próximas gerações” (SUAIDEN; LEITE, 2016, p. 30). Cultura seria, até então, uma prática de caráter familiar, a técnica e o conhecimento dos genitores para os progenitores, não seria algo necessariamente criado ou transformado a cada nova geração de “herdeiros” da cultura.

Uma vez que as manifestações do que era entendido como cultura na época possuíam laços familiares em sua formação, a aquisição inata de conhecimento a partir de variantes biológicas (enquanto os homens sabem instintivamente arar a terra, as mulheres são consideradas naturalmente boas mães e donas de casa, por exemplo), seria uma relação lógica atribuir a esta alguma conexão genética. Porém, entende-se que a cultura é, na verdade, resposta ao natural, ao instinto:

A cultura caracteriza-se pela existência de particularidades de suas instituições. A natureza é definida, ao contrário, pelo reino da lei como princípio universal, opondo-se assim à cultura, domínio da regra caracterizada por sua variabilidade. A oposição antropológica entre natural e cultural encontra-se, portanto, nas distinções entre identidade e identificação, comunicação e linguagem, órgão e ferramenta, hereditariedade e herança (FLEURY, 2009, p. 20).

Cuche (1999, p. 11) argumenta que “[...] nada é puramente natural. Mesmo as funções humanas que correspondem às necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual etc., são informados pela cultura”. Se sentimos fome em um momento específico do dia ou temos a necessidade de dormir a partir de uma determinada hora da noite, é porque fomos condicionados a isso pelo meio em que vivemos. Por isso sempre me pareceu estranho quando criança ao assistir obras audiovisuais produzidas na América do Norte observar que nelas que as pessoas almoçavam sanduíches e o jantar era servido a partir das 20:00, enquanto no meu círculo social os almoços precisavam ter arroz e feijão e a mesa do jantar era posta já às 18:00.

Para Cuche, é importante que façamos o resgate do caminho trilhado pela palavra “cultura” nas Ciências Sociais para entendermos de que forma chegamos na noção atual, ainda que não universal, porém mais difundida, do que de fato é cultura. A partir do século XVIII é que podemos ver o termo ser utilizado pelos franceses para designar a formação ou a educação do sujeito, surgindo então o que é até hoje popular entre os praticantes do elitismo e adeptos do neoliberalismo: sujeito **que tem cultura, que adquiriu cultura** a partir da formação intelectual e da apreciação da arte.

Quem está na Internet há alguns anos deve ter presenciado debates calorosos na websfera sobre o funk ser ou não cultura. O funk é um ritmo musical brasileiro nascido na década de 1980 no Rio de Janeiro a partir da apropriação de ritmos estrangeiros e foi, nas duas primeiras décadas deste século, considerado um “subproduto” cultural, classificação fundamentada por um discurso elitista e racista contra o ritmo e os chamados “bailes funks” devido a eles serem manifestações da periferia fluminense. Os debates sobre o funk merecer ou não a alcunha de cultura estavam em polvorosa nos fóruns e redes sociais no começo da década de 2010 e, mesmo com toda a marginalização, o funk resistiu e é hoje o ritmo mais exportado pelo Brasil. Essa concepção, ainda hoje difundida, parte do pressuposto de que a cultura é um lugar metafórico de status quo a se alcançar, como uma espécie de nirvana cultural de um prestígio inexistente fora da bolha. Porém, é preciso ressaltar que até essa ideia, ainda que errônea, é produto da cultura.

Ainda no século XVIII, mas desta vez na Alemanha, a noção de cultura começa a ser difundida a partir das manifestações da classe média em oposição à aristocracia. Há, segundo Cuche (1999, p. 24), um certo ressentimento por parte da classe média pelo distanciamento social criado pela corte que leva aos intelectuais da época, geralmente saídos da universidade, a considerarem cultura os valores ditos “espirituais”, i.e. a literatura, a música, a filosofia, a ciência e a religião que foram deixados de lado pela corte alemã que parecia estar mais preocupada com questões cerimoniais vistas como supérfluas para esses intelectuais, logo, “tudo o que é autêntico, o que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado vindo da cultura; ao contrário, tudo o que é somente aparência, brilhante, leviandade, refinamento, superficial, pertence à civilização” (CUCHE, 1999, p. 25).

Já no século XIX, voltando à França, a palavra cultura começa a designar não apenas a elevação espiritual trazida pela educação formal, mas também como um conjunto de características pertencentes a uma comunidade específica. Por isso é ainda tão comum que falemos de “cultura brasileira” ou “cultura pernambucana”. Entretanto, os franceses defendiam a ideia de uma cultura universal desligada dos ideais nacionalistas, algo acima das culturas

particulares de cada um dos recortes de grupos, chamada de “cultura humana”. A ideia de uma cultura universal e originária das demais, que viria acima das outras, acaba por marginalizar a diversidade e a pluralidade dos diferentes recortes culturais. Porém, ainda no século XIX, Tylor (1871) argumenta que cultura é o conjunto de ideias, hábitos, crenças e expressões resultados da vida em sociedade, nascendo assim o conceito científico de cultura (CUCHE, 1999).

Nasceu então, a partir das contribuições de Edward Tylor, considerado pai da antropologia cultural, a ideia de cultura enquanto resultado de processos sociais. Paulo Freire (1979, p. 38) define cultura como

a contribuição que o homem faz ao dado, à natureza. Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens. A cultura é também aquisição sistemática da experiência humana, mas uma aquisição crítica e criadora, e não uma justaposição de informações armazenadas na inteligência ou na memória e não "incorporadas" no ser total e na vida plena do homem.

Franco Júnior (2001, p. 138) também endossa o conceito de cultura como tudo aquilo que não faz parte da natureza:

Tudo que foi criado, consciente e inconscientemente, para se relacionar com outros homens (idiomas, instituições, normas), com o meio físico (vestes, moradias, ferramentas), com o mundo extra-humano (orações, rituais, símbolos). Esse relacionamento tem caráter variado, podendo ser de expressão de sentimentos (literatura, arte), de domínio social (ideologias), de controle sobre a natureza (técnicas), de busca de compreensão do universo (filosofia, teologia). Obviamente, todas essas formas se imbricam, se explicam, se reproduzem, se alteram. Constituem um todo, uma globalidade, cada uma delas só ganhando sentido em função das outras, em função do conjunto.

Sendo assim, com a expansão das Ciências Sociais, o termo cultura na atualidade tornou-se abrangente, necessitando, inclusive, de recortes devido aos distintos significados que assume quando aplicado em determinados contextos (cultura empresarial, cultura marginal, cultura brasileira, cultura de massa, etc.).

De acordo Stuart Hall (2005), a globalização está mudando a cultura e os aspectos da identidade cultural na pós-modernidade. Com a proliferação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a partir da década de 70, estaríamos passando, segundo o autor, por um processo de homogeneização cultural que resultaria num declínio das identidades nacionais e locais, substituídas por identidades híbridas (HALL, 2005). As culturas estão se chocando de modo a não ser mais possível identificar o que é produto daquela sociedade por si só e o que seria produto desse pós-modernismo.

Para Laraia (2001), essa expansão e conseqüente fragmentação deixou para a antropologia a tarefa de reformular o conceito de cultura. Temos então a teoria idealista de cultura que a subdivide sob três abordagens: cultura como um sistema cognitivo, aquela que visa analisar os modelos construídos pelos membros da comunidade; cultura como um conjunto de sistemas estruturais; que visa descobrir os processos psíquicos na elaboração de manifestações culturais, tais como a arte e a linguagem; e a cultura como sistemas simbólicos, que observa as manifestações da cultura como instrumentos de controle e regras a partir da elaboração de um código simbólico do que é ou não culturalmente aceito e permitido.

Uma vez que a cultura é antropológicamente a antítese da natureza, ou da barbárie, como afirma Teixeira Coelho (1989, p. 21) ao conceituar cultura como aquilo “que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção [...]”, essas manifestações da cultura, independente da abordagem adotada, são passadas através da transmissão cultural. Cavalli-Sforza *et al* (1982, p. 19, tradução nossa) conceituam a transmissão cultural como “o processo de aquisição de comportamentos, atitudes e tecnologias através da impressão, condição, imitação, ensino e aprendizagem ativos ou combinação destes”¹¹.

Essa discussão liga-se diretamente aos conceitos de infraestrutura e superestrutura trazidos por Marx e Engels (2007), onde a primeira delas é a base econômica da sociedade, enquanto a segunda é a expressão cultural e ideológica da primeira, sendo inclusive pensada estrategicamente para enfraquecer a luta de classes e fortalecer as estruturas opressoras. Podemos traçar um paralelo entre a cultura sob um viés ideológico com o que argumenta Bakhtin (2006) sobre as estratégias da classe dominante para estabelecer as relações de poder através da linguagem. Todo signo é produto de organizações sociais e, segundo o autor, o signo “se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade” e dessa forma, o resultado obtido é que “na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (BAKHTIN, 2006, p. 46).

Retomando o exemplo do funk, o que vimos é uma expressão cultural (superestrutura) que não se encaixava na ideologia da infraestrutura e por isso foi e continua sendo marginalizado, mas que, após muita luta e resistência, tem se cristalizado na música brasileira

¹¹ “Cultural transmission is the process of acquisition of behaviors, attitudes, or technologies through imprinting, conditioning, imitation, active teaching and learning, or combinations of these.”

de forma perceptível, vide a sua exportação. Dessa forma, na indústria cultural, a partir da alteração na superestrutura, as bases da infraestrutura podem ser balançadas, a mudança pode ser sentida e novas possibilidades podem ser enxergadas, na maioria devido à globalização (RUBIM, 2007a).

Dessa forma, os valores culturais podem ser transmitidos de maneira consciente ou não, sendo estes utilizados para reproduzir padrões já estabelecidos, mas também possibilita a ampliação das possibilidades e meios de enxergar o mundo, pois é disso que trata a transmissão cultural, como argumenta Michèle Petit:

construir um mundo habitável, humano, poder encontrar ali o seu lugar e locomover-se; celebrar a vida no cotidiano, oferecer as coisas poeticamente; inspirar as narrativas que cada pessoa fará de sua própria vida; alimentar o pensamento, “formar o coração inteligente”, com diria Hannah Arendt [...] (PETIT, 2019, p. 23).

Neste ponto, Teixeira Coelho (1997, p. 357) diverge da antropóloga francesa, pois segundo ele a transmissão cultural não pode ser confundida com a ação cultural, visto que a primeira se caracteriza por um caráter “essencialmente conservador mesmo quando a meta seja a ampliação do número de indivíduos expostos à arte e à cultura.”. Para o autor brasileiro, a ação cultural é “o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 32). Em outra obra, publicada anteriormente, Teixeira Coelho (1989, p. 12) também caracterizou ação cultural como um processo “com início claro e armado mas sem fim especificado e, portanto, sem etapas ou estações intermediárias pelas quais se deva necessariamente passar - já que não há um ponto terminal ao qual se pretenda ou espere chegar”, antítese da fabricação cultural, onde as etapas eram todas preestabelecidas.

No Brasil as discussões sobre a ação cultural ganharam força no final da década de 70, com a construção dos centros culturais, tornando os equipamentos culturais, como bibliotecas, teatros, museus e cinemas, extremamente popular, tornando-se o sonho de qualquer cidade brasileira (TEIXEIRA COELHO, 1989). Chama atenção a diferença entre relato do autor sobre a ânsia da construção de unidades de informação e cultural no início da década de 80 e o panorama atual cercado de bibliotecas em situações precárias¹², tragédias em grandes

¹² G1. **Bibliotecas públicas têm situação precária em vários estados do Brasil:** Em Manaus, a Biblioteca Pública está abandonada há 3 anos. No Rio, Biblioteca Nacional tem parte de acervo armazenado no cais do porto. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/bibliotecas-publicas-tem-situacao-precaria-em-varios-estados-do-brasil.html#:~:text=As%20bibliotecas%20p%C3%BAblicas%20est%C3%A3o%20em,p%C3%B5em%20obras%20raras%20em%20risco.> Acesso em: 04 jun. 2022.

proporções¹³ e, para aquelas que conseguiram sobreviver esse tempo, o possível fechamento devido à falta de recursos batendo constantemente à porta¹⁴.

Evidentemente, os objetos almejados com as práticas da ação cultural são distintos. Existiriam três parcelas dos sujeitos que apoiam, na teoria ou na prática, as ações culturais: aqueles que querem fazer da cultura um espetáculo; a parcela que quer usar a cultura para promover mudanças sociais benéficas às pessoas marginalizadas; por fim, existe também aqueles que não diferenciam cultura de educação e jogam nas ações culturais a responsabilidade de suprir um sistema educacional falido (TEIXEIRA COELHO, 1989, p. 10).

Na CI, os estudos sobre cultura têm ganhado destaque atrelados principalmente à noção de mediação cultural. Para Lima (2016, p. 34), esses estudos parecem estar acontecendo devido “ao reconhecimento da centralidade da cultura nos processos e nas relações sociais que envolvem a informação e a comunicação”. Quanto à mediação cultural, esta tem em vista proporcionar os meios para que os sujeitos consigam trilhar seu próprio protagonismo na ação cultural, modificando o objeto cultural e ampliando os fins possíveis (LIMA, 2016; PERROTTI; PIERUCCINI, 2008), algo mais próximo da concepção de transmissão cultural elaborada por Petit e citada anteriormente. Compreendemos, então, a mediação cultural como o guarda-chuva sobre três termos:

- **Ação cultural:** “nada mais é do que o conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de criar condições de interação aos usuários e visitantes ao acervo da biblioteca bem como o acesso as informações culturais. Esse serviço é responsável pela organização, programação, execução e divulgação de eventos [...]” (ANDRETTI; CALEGARO; MACHADO, 2008, p. 192). Ex.: contação de histórias, mediação de leitura, clubes de leitura, palestras, etc.
- **Animação cultural:** “[...] animação cultural é conceituada como atividades que têm por razão fomentar produtos culturais como mercadoria cujo valores vindos de fora são introjetados naquele contexto como pertencentes àquela cultura.” (SANCHES; RIO, 2010, p. 119). Ex.: exposições, lançamentos de livros, apresentações teatrais, decoração temática, encontro entre autores e leitores, etc.

¹³ TORRES, Livia *et al.* **Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.** 2018. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2022.

¹⁴ BARBOSA, Diego. **Bibliotecas comunitárias de Fortaleza estão fechando as portas e reivindicam apoio público; entenda.** 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/bibliotecas-comunitarias-de-fortaleza-estao-fechando-as-portas-e-reivindicam-apoio-publico-entenda-1.3219526>. Acesso em: 04 jun. 2022.

- **Fabricação cultural:** “A fabricação é um processo com um início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido. [...] Na fabricação, o sujeito produz um objeto, assim como o marceneiro faz um pé torneado” (TEIXEIRA COELHO, 1989, p. 12). Ex.: oficinas de uma maneira geral, workshops, laboratórios, etc.

A mediação cultural em equipamentos culturais, como bibliotecas públicas e escolares, é uma prática cada vez mais comum tendo em vista o perfil do bibliotecário infoeducador na pós-modernidade (LIMA, 2016; PAJEÚ; ALMEIDA, 2020). É importante frisar que estas vão além das ações comumente associadas a essa terminologia, como mediação de leitura, exposições, atividades musicais ou recreativas nesses espaços; tendo em vista que a informação é também um objeto cultural, a mediação cultural então se faz presente “em todo o fazer bibliotecário, seja nas diferentes etapas do processo de formação e desenvolvimento de coleções, no desenvolvimento de bases de dados especializadas ou nas relações entre usuários e acervos de quaisquer suportes” (PAJEÚ; ALMEIDA, 2020, p. 11).

Milanesi (2003, p. 127) afirma que “a informação é o fio e a Cultura, o tecido. A coletividade tece”, compreendemos então que a cultura é o produto de uma série de processos infocomunicacionais. É através da escrita, do registro, da oralidade, da reprodução de comportamentos, do discurso e diversas outras formas de informar e comunicar que tecemos, conjuntamente, a cultura; dessa forma, entende-se possível alterar os processos culturais através da produção e disseminação de informações que destoam do discurso homogêneo, que nos tirem da inércia capitalista.

Observando então como o conceito de cultura evoluiu ao longo do tempo, fica evidente que as práticas de mediação cultural são instrumentos potentes para modificar aspectos culturais de uma sociedade, sendo utilizados para validar ou combater narrativas e vivências. Já que os atores se tornam protagonistas de sua jornada, a mediação cultural transmuta-se numa plataforma que possibilita que os seus protagonistas estejam plenamente inseridos na prática da cidadania e da democracia. Com isso em mente, seria a mediação cultural um direito fundamental?

É parte do senso comum argumentar que temos não apenas direitos, como também deveres, mas a linha que elenca qual antecede ainda é tênue. Segundo Bobbio (2000), antes da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, os deveres estavam acima dos direitos; ainda que se entendea a relação entre ambos, afinal um não existe sem o outro, mas as obrigações da vida em sociedade vinham antes dos direitos advindos desta. A mudança observada nas Declarações

do Século XVIII é, segundo Bobbio (2000), análoga ao desenvolvimento de uma sociedade individualista, onde o indivíduo vem antes do Estado, já que o Estado é feito pelo indivíduo e não o contrário:

Nessa inversão da relação entre indivíduo e Estado, inverte-se também a relação tradicional entre direito e dever. No que concerne aos indivíduos, vêm de agora em diante antes os direitos e depois os deveres; no que concerne ao Estado, antes os deveres e depois os direitos (BOBBIO, 2000, p. 480)

Algumas etapas para a afirmação dos direitos do homem podem ser observadas. A primeira delas é a de constitucionalização dos direitos através das Declarações do Século XVIII, já que “transformou uma aspiração ideal secular em um verdadeiro e próprio direito, em um direito público subjetivo, ainda que no restrito âmbito de uma nação” (BOBBIO, 2000, p. 481). A segunda etapa é caracterizada pela progressiva extensão dos direitos, isto é, o entendimento da mudança contínua dos direitos que resultou na categorização dos direitos (civis, políticos e sociais). Por fim, a terceira etapa é justamente aquela da universalização dos direitos a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Bobbio acena ainda para uma quarta etapa, caracterizada pela especificação dos direitos. Para o autor, é preciso segmentar esses direitos por sexo, faixa etária e condições de vida, pois os direitos universais não conseguem satisfazer as demandas específicas dos diversos indivíduos. (BOBBIO, 2000, p. 482). A terceira e a quarta estão diretamente ligadas à DUDH e seus desdobramentos por demandas que visem atender à generalização da qual trata o documento.

A DUDH foi proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, resultado da articulação dos países a fim de promover a democracia e a paz entre as nações após os horrores vivenciados nas duas guerras mundiais. A DUDH é um grande ponto de virada na história da humanidade, pois acoberta de direitos básicos todos os indivíduos, colocando-os em pé de igualdade independente de sexo, religião, nacionalidade ou demais especificações. Como afirma a Organização das Nações Unidas (ONU), tal qual saúde, moradia e trabalho, a cultura também é um direito universal:

Artigo 22 – Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recurso de cada Estado dos direitos econômicos, sociais e **culturais** indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (ONU, 1948, grifo nosso)

E mais:

Artigo 27 – 1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. 2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor. (ONU, 1948.)

Fica evidente que a cultura, seja através do acesso, da produção ou dos benefícios que a mesma traz, já era vista não apenas como um direito, mas como essencial para o desenvolvimento e a promoção da dignidade.

Quase meio século depois da promulgação da DUDH, o direito à cultura ganha em território nacional a posição de direito fundamental com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando esta traz em seu 215º artigo que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Os direitos culturais citados no artigo são observados ao longo de toda a Constituição, como o direito autoral (artigo 5º, XXVII e XXVIII); o direito à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX, e art. 215, §3º, II); o direito à preservação do patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII, e art. 215, §3º, inciso I); o direito à diversidade e identidade cultural (art. 215, caput, § 1º, 2º, 3º, V, 242, § 1º); e o direito de acesso à cultura (art. 215, §3º, II e IV).

Já em abril de 1992, entra em vigor no Brasil o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no fim de 1966. O documento visava responsabilizar os Estados pelas eventuais violações aos direitos estabelecidos na DUDH. Segundo o art. 15 do Pacto:

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de: a) Participar da vida cultural; b) Desfrutar o progresso científico e suas aplicações; c) Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor (BRASIL, 1992).

A partir dessas constatações documentais é possível perceber que os direitos culturais são assegurados em várias instâncias. Tendo isso em mente, retomemos a discussão sobre a mediação cultural com o que fala Marie Neumann:

[...] a mediação é o conjunto de processos, intervenções, técnicas, estratégias que facilitam o encontro entre obras de arte / fenômenos artísticos e indivíduos / população. [...] A mediação cultural coloca os indivíduos no centro do processo de apropriação cultural e garante o acesso desses indivíduos ao maior número possível de pessoas nos níveis social, físico e intelectual (NEUMANN, 2012, p. 9).

A mediação cultural não apenas permite a efetivação plena dos direitos culturais, uma vez que cria meios para todos os pontos contemplados pela Constituição brasileira de 1988 (autoral, acesso à cultura, liberdade de expressão artística, científica, intelectual e de comunicação, preservação do patrimônio histórico e cultural, diversidade e identidade

cultural), por exemplo, ela é também um instrumento de cultura que pode contribuir para a gestão da cultura, seja para preservação ou transformação:

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos (SIMIS, 2007, p. 03).

Como adentramos a última das etapas apontadas por Bobbio (2000), é preciso que a mediação cultural vá além de pavimentar o exercício dos direitos culturais, mas seja um potencializador da democratização desses direitos, permitindo que a participação na cultura não seja feita diretamente apenas por aqueles que sempre estiveram no comando, mas sim possibilitando a participação cultural daqueles que estão à margem (população negra, população LGBTQIAP+, povos originários, pessoas em situação de rua, etc.):

Os sujeitos necessitam ocupar seus espaços dignamente na sociedade, espaços que sempre lhe foram negados por todos os regimes políticos, sejam eles ditatoriais ou democráticos. Oprimido e escravizado, simples instrumentos de produção de bens, os homens deverão se transformar: de vítima dos sistemas políticos, passando a serem condutores de uma realidade com direitos e distribuição justa das riquezas de um país. Através das bibliotecas, ou partindo-se delas, podem ser exploradas noções de se ver a vida com mais dignidade [...] (RASTELI; CALDAS, 2015, p. 10-11).

Nesse sentido, a BP precisa se caracterizar como um espaço de mediação cultural, não só como estratégia para promoção da instituição, mas como forma de fortalecer a prática cidadã por diferentes sujeitos a fim de que estes, gozando de seus direitos culturais, possam ressignificar suas ações diárias e imaginar novos caminhos a serem trilhados independente das mazelas que os afligem:

o trabalho de ação cultural bibliotecária deve tomar como ponto de partida a realidade e as vivências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos no processo, buscando uma estreita ligação com o meio ambiente imediato onde se desenvolvem as ações. Entende-se, pois, que a prática da ação cultural nestes moldes opõe-se frontalmente às práticas culturais do Estado, cujas políticas são formuladas a partir de uma visão elitista da cultura que nega à maioria da população o direito de expressar-se culturalmente. Em geral, tais políticas são formuladas visando apenas preservar o que existe ou existiu, e o apoio a atividades e projetos privilegia a concepção de cultura estática, imutável, ao invés de uma cultura dinâmica e viva (CABRAL, 1998, p. 41).

A mediação cultural na BP é uma potência para uma atuação que perpassa o acesso e promove a apropriação e o protagonismo cultural. Para isso, é preciso revisitar o conceito de BP e reconhecer seu papel social frente às desigualdades, avaliando os instrumentos existentes que dão base a esse trabalho.

3 GARANTIR O ACESSO É POUCO, É PRECISO IR ALÉM

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia elaborado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52) traz a seguinte definição acerca da BP: “a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais”. Ainda que esta definição esteja correta, estes espaços possuem mais camadas que o definem do que seria possível contemplar em um verbete de dicionário, e por isso discorreremos neste capítulo sobre a história e o conceito dessa tipologia de biblioteca e seu papel atual frente às questões sociais.

3.1 Reconstrução histórico-conceitual das Bibliotecas Públicas

É muito difícil pensar no conceito e na história das bibliotecas, quaisquer sejam suas tipologias, sem atrelar o pensamento à história dos registros. Registrar é uma prática inerente ao *Homo sapiens*. Desde os primórdios da humanidade possuímos a necessidade de registrar conhecimentos adquiridos, vivências, sentimentos, lembretes para o futuro, etc. – e os suportes usados para essa finalidade foram muitos, desde que o ser humano aprendeu a se comunicar através de signos visuais. Percorreremos o caminho das pedras, blocos de argila, passando pela madeira, papiro, pergaminho, e enfim ao papel (e os livros!), para enfim desembocarmos no digital.

Há dois grandes momentos fundamentais referentes à prática do registro para as bibliotecas. O primeiro deles não tem datação precisa, mas é o momento em que o ser humano descobriu maneiras de registrar em suportes com maior mobilidade do que pedras, possibilitando assim que esses registros pudessem ser acessados mais facilmente. Uma vez que essas novas formas de registrar popularizam e ganham mais adeptos, parece natural a ideia de agrupar esses registros em um mesmo espaço físico a fim de facilitar o seu acesso e localização — e assim nascem as primeiras bibliotecas. Entre os exemplos na Antiguidade temos a Biblioteca de Assurbanipal com uma coleção de 20.000 tábuas de argilas datando VII a.C., e a célebre Biblioteca de Alexandria, datada no século III a.C., e que buscava ser o grande centro informacional da época, agrupando mais de 30.000 volumes.

O segundo momento é a invenção da prensa de Guttenberg em 1452. Este momento foi um grande divisor de águas não só para as bibliotecas, mas para a história da humanidade por completo. Até o momento, a produção e a guarda dos registros era monopolizada pela Igreja Católica e o acesso a estes era privilégio das elites. Com a criação de Guttenberg, a produção e o acesso a esses registros foram sendo lentamente democratizados aos indivíduos que não

faziam parte desses grupos sociais. Com um aumento na produção dos registros impressos, a biblioteca passou a exercer um papel de maior importância para a sociedade (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2011, p. 33). Dessa forma, pode-se argumentar que o ser humano sempre esteve destinado à biblioteca.

Talvez a sentença anterior pode parecer demasiado romântica, ou até mesmo um pouco prepotente, mas precisamos ter em mente que não poderíamos ter chegado em tal ponto da evolução humana se o homem não tivesse feito uso da documentação e da produção de conhecimento registrado que resultou na existência das bibliotecas. Luís Milanesi (2002, p. 10) nos conta a dicotomia entre a produção informacional antiga e contemporânea: se hoje produzimos tanto que somos incapazes de discernir o que devemos ou não salvar e incorporar nas coleções das bibliotecas, antes a produção era tão pontual e rara que parecia óbvio agrupar tudo em um só lugar. Como canta o pernambucano Otto na música “Crua”, presente em seu álbum de “Certa Manhã Acordei de Sonhos Intranquilos” (2009): “há sempre um lado que pesa e outro lado que flutua”. Se por um lado, as bibliotecas na Antiguidade facilitaram a tecelagem do fio do conhecimento, por outro lado, em casos de conflitos de guerra que atingissem diretamente essas coleções, restariam aos sobreviventes nada além de suas memórias para reerguer o que foi perdido.

As bibliotecas surgem, então, visando reunir coleções a fim de preservar a História e garantir consulta a ela. Dessa forma:

Biblioteca significa primeiro “caixa”, depois “armazém de livros”, e vem do grego *biblion*, o rolo de papiro que era a forma mais comum de livro naquela época, quando uma quantidade significativa de textos escritos começou a existir. O próprio *biblion* foi tirado de *bublos*, o núcleo do caule do papiro, um abundante produto egípcio. (POLASTRON, 2004, p. 12, tradução nossa)¹⁵

Com a institucionalização das bibliotecas, fica evidente ao longo do tempo que é preciso segmentá-las, afinal nem todas conseguem atender às demandas informacionais, sociais e culturais de todos os públicos, os chamados “usuários”. Para isso, as bibliotecas dividem-se em diferentes tipologias, e dentre elas, encontramos a BP.

Sobre o seu surgimento, Araújo e Vila (2019, p. 4) afirmam que “A Biblioteca Pública surgiu na Inglaterra no final do século XX, decorrente da Revolução Industrial. Nesta época, a Biblioteca Pública era vinculada à classe operária com a missão de educar e ensinar sobre

¹⁵ Bibliothèque signifie d'abord “boîte”, puis “entrepôt de livres”, et vient du Grec *biblion*, le rouleau de papyrus qui constituait la forme la plus répandue du livre en ce époque, où une quantité appréciable de textes écrits a commencé à exister. Cette *biblion* est elle-même prise de *bublos*, le cœur de la tige de papyrus, un produit égyptien prééminent.

moral”. Segundo as autoras, após a Segunda Guerra Mundial a BP passa ser usada mais frequentemente pela classe média e estudantil, tendo em vista o perfil pacificador e democrático fomentado por essas instituições. As BP “surgiram com a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independentemente de classe social, cor, religião ou profissão. Seus objetivos principais são: - estimular nas comunidades o hábito de leitura; - preservar o acervo cultural” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2011, p. 37). Segundo a FBN, a BP foi mudando sua atuação conforme as mudanças sociais foram ocorrendo:

- Revolução Industrial: o conceito inicial era vinculado à classe trabalhadora e às funções educativas e moralizantes;
- crise econômica dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial: a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosas;
- publicação pela UNESCO, em 1949, da 1ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular;
- década de 1950: início de questionamentos crescentes por parte da classe bibliotecária, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobre o papel da biblioteca pública e sua permanente identificação com os valores da classe média e a cultura de elite;
- décadas de 1960 e 1970: os movimentos culturais contestatórios desencadeiam novos questionamentos sobre o papel da biblioteca pública. Procura-se uma nova função - voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade - de caráter mais social;
- publicação pela UNESCO, em 1972, da 2ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação;
- década de 1980: informação e comunicação são vinculadas ao desenvolvimento das sociedades. Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se reflete em suas funções e conceito;
- década de 1990: sociedade da informação/conhecimento, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. Necessidade dos indivíduos e das sociedades de adaptarem-se às rápidas e crescentes mudanças.
- publicação pela UNESCO, em 1994, da 3ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação. (BRASIL, 2010, p. 20)

No Brasil, as BP trilharam um longo caminho até sua consolidação. As bibliotecas, trazidas ao país pelos jesuítas, eram destinadas aos clérigos, à Família Real Portuguesa e aos burgueses com maiores influências na região, ainda que para estes a utilidade fosse bastante reduzida tendo em vista o analfabetismo prevalecente. Apenas em meados de 1811 temos a primeira BP em solo tupiniquim, ainda que desprovidos de qualquer auxílio governamental para garantir seu funcionamento. Sobre esse resgate histórico, Araújo e Oliveira (2011, p. 35-36) apresentam:

A primeira biblioteca pública surgiu, em Salvador, como expressão da sociedade. Um senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, planejou a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo. A Biblioteca Pública da Bahia foi a primeira a ser fundada com essa característica de não contar com recursos do governo. A experiência não deu certo e o governo passou a dar subsídios e outras bibliotecas públicas floresceram em outras capitais e cidades importantes.

A segunda BP brasileira viria apenas 37 anos depois. Segundo Suaiden (1979) e Lessa (2021), a iniciativa fomentada pela criação da Biblioteca Pública da Bahia resultou na criação de 25 bibliotecas estaduais ao longo do território brasileiro ao longo do século XIX e XX:

Quadro 1 - Criação de Bibliotecas Públicas entre 1831 e 1994

BIBLIOTECA	ANO DE CRIAÇÃO
Biblioteca Pública do Estado do Maranhão	1831
Biblioteca Pública do Estado do Sergipe	1848
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	1852
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	1855
Biblioteca Pública do Espírito Santo	1855
Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	1857
Biblioteca Pública do Paraná	1857
Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	1865
Biblioteca Pública do Estado do Ceará	1867
Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	1870
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	1871
Biblioteca e Arquivo Público do Pará	1871
Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	1873
Biblioteca Estadual do Piauí	1883
Biblioteca Estadual do Mato Grosso	1912
Biblioteca Municipal de São Paulo	1926
Biblioteca Pública do Amapá	1945
Biblioteca Pública do Acre	1948
Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	1945

Biblioteca Pública Câmara Cascudo (Estado do Rio Grande do Norte)	1963
Biblioteca Pública Estadual de Goiás	1967
Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto de Rondônia	1969
Biblioteca Pública Dr. Isaías Paim (Estado do Mato Grosso do Sul)	1981
Biblioteca Pública de Brasília	1990
Biblioteca Pública do Estado do Tocantins	1994

Fonte: Suaiden (1979); Lessa (2021)

É importante frisar que o paradigma foi evoluindo da guarda e preservação para o acesso e democratização e atualmente na perspectiva de mediação. Conforme o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)¹⁶, contávamos em 2020 com cerca de 5.923 bibliotecas públicas que se dividem em municipais, distritais, estaduais e federais, espalhadas pelos 26 estados e Distrito Federal da seguinte maneira:

- 423 bibliotecas públicas na Região Norte (416 municipais e 14 estaduais);
- 1.807 bibliotecas públicas na Região Nordeste (1789 municipais, 17 estaduais e 1 distrital);
- 498 bibliotecas públicas na Região Centro-Oeste (469 municipais, 3 estaduais, 25 distritais e 1 federal);
- 1.274 bibliotecas públicas na Região Sudeste (1266 municipais, 7 estaduais e 1 federal);
- 1.291 bibliotecas públicas na Região Sul (1286 municipais e 5 estaduais).

Gostaríamos de ressaltar duas coisas com esses números. A primeira é que esses dados podem não representar de maneira fiel à realidade atual, tendo em vista o espaço de 2 anos e o contexto pandêmico do vírus COVID-19 que separa a coleta desses dados e a escrita desse texto. A segunda é que, apesar de todo o descaso que as BP sofrem por parte do poder público, este ainda é o equipamento cultural mais numeroso no Brasil no presente. Segundo o Centro Técnico de Artes Cênicas (CTAC)¹⁷, existiam cerca de 1.163 teatros espalhados pelo Brasil em

¹⁶ BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Secretaria Especial da Cultura. **Bibliotecas Públicas do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 09 abr. 2022.

¹⁷ BRASIL. Centro Técnico de Artes Cênicas. Ministério da Cultura (org.). **Espaços Cênicos do Brasil**. Disponível em: <https://www.ctac.gov.br/teatro/resultpesqteatro.asp?map=1>. Acesso em: 09 abr. 2022.

2021, museus são cerca de 3.807, segundo o Registro de Museus Ibero-Americanos (RMI)¹⁸, e 3.507 salas de exibição de cinemas registradas no último levantamento da Agência Nacional de Cinema (ANCINE)¹⁹ em 2019. Esses números ressaltam a potência da BP no cenário brasileiro frente a todas as adversidades.

Ainda segundo o SNBP, as BP são norteadas pelos preceitos estabelecidos pelo “Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas” (1994), produto da PGI Council Meeting da Unesco, realizado em Paris no final de 1994. De acordo com ele, os serviços oferecidos pela BP “baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (IFLA/UNESCO, 1994, p. 1). No manifesto encontram-se também as missões da BP e considerações acerca de seus recursos, legislação e administração.

Sendo assim, as BP seriam equipamentos culturais abertos para a sociedade civil visando democratizar a informação e o conhecimento sem discriminação. Todo usuário deveria ser bem atendido e ter suas demandas informacionais, culturais e sociais sanadas, inclusive fomentando novas demandas nesses sujeitos, através de serviços e ações que tirem estes de suas respectivas zonas de conforto e instigando a evolução constante dos diversos setores atendidos e atingidos por esses espaços:

Cabe ressaltar, no entanto, que os interesses da comunidade não são puros, isentos de interferências. Ao contrário, são produtos das relações, dos embates, dos interesses da sociedade como um todo. São frutos históricos de uma sociedade de classes. Assim, as bibliotecas públicas devem atender a esses interesses, satisfazer a essas demandas, mas, também, e em igual medida, criar novas demandas, favorecer e propiciar a relação dos seus usuários com novos materiais, com formas de sustentação da informação desconhecidas ou pouco conhecidas; devem aproximar o público de manifestações, exteriorizações culturais que não fazem parte do universo cotidiano dos usuários (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 11).

Segundo Fernandez e Machado (2016, p. 15), a BP é definida por sua “condição de estar aberta a todos, possuir acervo generalista, capaz de atender aos interesses de diferentes públicos e oferecer serviços gratuitos para toda a comunidade, sem privilegiar um determinado público” e sobre essa afirmação é preciso analisar alguns pontos:

- a) ***Estar aberta a todos:*** Algumas bibliotecas podem possuir restrição de público. A biblioteca de órgão governamental como o Ministério Público, por exemplo, tem o objetivo de atender aos trabalhadores daquela esfera do poder público, e seu acesso por

¹⁸ ESPANHA. Registro de Museus Ibero-Americanos. Ministerio de Cultura y Deporte. **Museus em números.** Disponível em: <http://www.rmiberoamericanos.org/Home/Recursos>. Acesso em: 09 abr. 2022.

¹⁹ BRASIL. Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual. Agência Nacional do Cinema (comp.). **Dados do cinema.** Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

interessados que não componham o quadro de funcionários pode ser dificultada em algum nível, seja pelo embargo completo ou pela necessidade de reserva, ou justificativa formal para o acesso ao espaço e consulta ao acervo. A BP, por outro lado, tem por objetivo atender toda a sociedade civil e deve facilitar o acesso a todos os sujeitos, isso compreende desde o seu horário de funcionamento, à sua localização e infraestrutura (acessibilidade para PCD, segurança, iluminação, temperatura, etc.);

- b) ***Possuir acervo generalista***: O acervo ainda é uma parte muito importante de uma biblioteca e possui a responsabilidade de atender a demanda de seu público. O acervo de uma BP, ao contrário de uma biblioteca especializada ou universitária, por exemplo, deve conseguir contemplar todas, ou pelo menos boa parte, das áreas do conhecimento, sem grande segmentação de alguma delas. A composição do acervo de uma BP se baseia em seu público real e potencial e se bem planejado a partir de um estudo de usuários será apto para suprir não apenas necessidades atuais como também futuras. Para isso, os títulos, autores e temáticas abordados precisam fugir da narrativa homogênea presente no mercado editorial brasileiro, que privilegia autores e protagonistas homens, cisgêneros, brancos e heterossexuais, conforme aponta Regina Dalcastagné em entrevista²⁰:

as grandes editoras publicam livros que tratam sempre dos mesmos temas e trazem um perfil de autor muito parecido – e são esses livros que são resenhados nos jornais, que estão nas livrarias do país inteiro –, elas estão dizendo ao leitor o que é considerado literatura e quem pode ser chamado de escritor no Brasil. A presença dentro das livrarias e dos jornais é um carimbo do que é considerado literatura: se você quiser ser escritor, tem que se parecer com *isso*. O que é bastante perverso, principalmente quando se pensa na autoria de mulheres, de indígenas, de negros, periféricos ou pobres que estão longe deste circuito e que acreditam que têm algo a dizer, que acreditam que também podem expressar o mundo através da literatura, mas que acabam recusados de algum modo (DALCASTAGNÉ, 2018).

- c) ***Oferecer serviços gratuitos para toda a comunidade***: Desde o serviço de empréstimo e consulta ao acervo às ações de mediação cultural, as atividades de uma BP não deverão cobrar dinheiro ou bens materiais para ofertar o serviço a um usuário, tendo em vista que esta atitude pode aumentar a distância entre a BP e a comunidade. É comum que sejam cobradas multas monetárias pela infração das regras de empréstimo, geralmente atraso na devolução, mas a instituição e seus funcionários devem estar preparados para encontrar alternativas viáveis para aqueles que não possuem condições

²⁰ MASSUELA, Amanda. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. *Cult*, São Paulo, n. 231, 05 fev. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

de arcar com os valores, entre elas, a multa solidária. Pesquisas mostram, inclusive, que a extinção da multa por atraso incentiva a devolução das obras, como no caso da New York Library que, após banir em 2021 as multas por atraso, passou a receber livros que haviam sido emprestados há mais de 50 anos²¹. Entretanto, vale observar que esses serviços podem passar por um processo de cidadania tutelada quando estes, ainda que gratuitos, exigem do usuário um documento ou comprovante de residência, o que acaba por excluir pessoas em situação de rua ou que não possuem registros oficiais.

Infelizmente, os motivos que alimentam o distanciamento entre a teoria e a prática no tocante à BP são numerosos. Além das questões relacionadas ao descaso governamental, resultantes em um acervo geralmente desatualizado, infraestrutura de má qualidade e uma verba quase inexistente para financiar ações diversas; grande parte das BP tem abarcado para si a responsabilidade de sanar demandas educacionais, como apoiar a pesquisa escolar e estimular o hábito de leitura, devido à ausência de bibliotecas escolares na maioria das instituições de educação básica, apesar da Lei 12.244/2010²² que trata da universalização da biblioteca escolar. Conforme já afirmava Milanese décadas atrás: “biblioteca pública é a biblioteca escolar que não existe” (MILANESI, 1986, p. 11).

Fernandez e Machado (2016) também falam sobre como os serviços oferecidos pela BP não devem privilegiar um público específico, ou seja, mesmo que as atividades sejam planejadas para um público alvo, as instituições devem conseguir contemplar todos os públicos em suas diversas atividades de forma que nenhum nicho se sinta deixado para trás em detrimento de outros. Sobre isso, Vergueiro aponta que a linha delimitadora da comunidade a que serve a biblioteca, principalmente a BP, é facilmente borrada quando por equívoco muitos profissionais consideram “apenas e tão somente o usuário real, aquele que vai com grande frequência à biblioteca e se torna, com o tempo, quase íntimo do profissional responsável por ela” (VERGUEIRO, 1989, p. 29).

Como qualquer outro equipamento que sofre influência da cultura, a BP não consegue romper completamente com as amarras que ditam a sociedade moderna, pois estas também são expressões dos conflitos e contradições na sociedade. Ainda que seu objetivo seja o de

²¹ CHERELUS, Gina. The library ends late fees, and the treasures roll in. **The New York Times**. Nova York. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/03/31/nyregion/nyc-library-fines-books-returned.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

²² A Lei 12.244/2010 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de maio de 2010 e dispõe sobre universalização da biblioteca escolar. A Lei dava um prazo de 10 anos para que toda escola, seja pública ou privada, do país possuísse uma biblioteca e um profissional de Biblioteconomia responsável por ela e é fruto da mobilização do Conselho Federal de Biblioteconomia e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (PAJEÚ; ALMEIDA, 2021). Devido à pandemia do COVID-19, o prazo de cumprimento da Lei foi adiado inicialmente para 2022 e posteriormente para 2024.

contemplar todos os sujeitos, é inegável que a mesma ainda reproduz um discurso que prioriza narrativas daqueles que estão no poder: homens, pessoas cisgênero, pessoas caucasianas, pessoas heterossexuais, capitalistas, pessoas pertencentes à classe média, pessoas alfabetizadas e pessoas que não possuem algum tipo de deficiência. Povos originários e imigrantes geralmente não contemplados nos serviços promovidos por essas narrativas.

Aos que não se encaixam em quaisquer partes das categorias de privilégio mencionadas anteriormente, resta o sentimento de não pertencimento, ou uma “felicidade clandestina”, como o título do conto de Clarice Lispector. Para exemplificar, segue um dos relatos da antropóloga francesa Michèle Petit (2013, p. 51) que narra o seguinte episódio:

Infelizmente, quem é pobre se vê privado, na maior parte do tempo, do acesso a esses textos e a essas bibliotecas. Pensa que isso não é para ele. É preciso ter coragem para ousar se aproximar deles. Lembro-me de uma senhora que me abordou muito timidamente no final de uma conferência que eu havia dado em uma biblioteca, na periferia parisiense. Era empregada doméstica. Ouviu falar de um café literário que ocorria na biblioteca e participou de vários. Na noite da minha conferência, esteve a ponto de ir embora; entre o público havia muitos professores e ela pensou que "era elevado demais para ela". Porém, arriscou ficar. Falando da biblioteca, me disse: “Venho aqui para existir”.

Para esses indivíduos, que não se encaixam no padrão da classe dominante, resta a categoria de não-público. Criado em 1968 a partir da Declaração de Villeurbanne, assinada em maio no Théâtre de la Cité, essa noção de não-público surge para separar os “cultos” e os “não-cultos”. O não-público é justamente a parcela da população que sequer é considerada como público, real ou potencial, dos processos culturais. A invenção dessa categoria é excludente, discriminatória, e busca homogeneizar os agentes produtores e consumidores de cultura. Nele, as diferenças entre os sujeitos deixam de ser o plano de fundo e tornam-se o centro da discussão, mas não visando aproximar o que os difere enquanto grupo e os aproxima enquanto sociedade, mas, de fato, como motivadores de uma marginalização permanente:

não porque o "não público" seja outro e diferente que é ou deve ser excluído politicamente da comunidade, certamente, imaginária, do público. É, ao contrário, porque ele é institucional e politicamente constituído como "não público" que aparece, em seguida, como o Outro e que suas diferenças culturais e sociais passam ao primeiro plano. Instaurando uma separação irreduzível, esse discurso realiza, em parte, aquilo que enuncia (FLEURY, 2009, p. 53).

O autor continua dizendo que “a invenção da noção de ‘não público’ participa da naturalização de uma construção social. A discriminação introduzida, não é tanto sociológica quanto precisamente ideológica” (FLEURY, 2009, p. 53). Essa categoria por si só negaria a temporalidade das práticas culturais, tornando permanente uma exclusão que deveria ser

temporária e combatida.

A ideia de um não-público não é amplamente utilizada na literatura científica acerca da BP, mas este é mais um ponto em que teoria e prática se distanciam. A categorização do “não-público” é feita ainda que de maneira velada pela maior parte das instituições, seja na ausência de ações voltadas à população negra, na exclusão de títulos que abordam questões relativas à população LGBTQIA+, na impossibilidade de ser uma pessoa transsexual ser tratada pelo seu nome social nas instalações da instituição ou na dificuldade de acesso por uma pessoa cadeirante. Se essas questões sequer são consideradas pautas pelos profissionais desses equipamentos, então essas pessoas sequer são consideradas público desses espaços.

Através dessas atitudes, ou ausência de atitudes, acaba-se por aumentar o espaço que separa esses sujeitos do espaço da BP e, conseqüentemente, colabora para a perpetuação dessa marginalização e dificulta que esses indivíduos consigam imaginar outra realidade onde haja um deslocamento entre sua posição atual e a posição em que deveriam estar: de igualdade com os demais, tendo suas particularidades vistas e contempladas, não como algo que os difere dos demais negativamente, mas como algo que o individualize.

Tendo em vista o que vimos sobre o histórico e o conceito da BP, fica evidente que a BP não é mais um espaço apenas para a salvaguarda dos registros, mas um ambiente propício para incentivar a leitura, estimular debates, garantir o acesso à informação e, acima de tudo, promover ações de inclusão para toda a sociedade, gratuitamente e indiscriminada. Sendo assim, é mais do que justo afirmar que a BP possui um papel social bastante importante e sobre isso falaremos a seguir.

3.2 Desordenar: O papel social das Bibliotecas Públicas

Uma das primeiras coisas aprendidas nas escolas de Biblioteconomia no país são as leis criadas por Shiyali Ramamrita Ranganathan em 1931²³. Apesar de terem sido criadas há pouco mais de 90 anos, as 5 Leis de Ranganathan são amplamente difundidas entre os estudiosos da área, não apenas por seu valor histórico, mas porque elas são fundamentais para a prática bibliotecária.

Ainda que todas as cinco leis sejam de extrema importância, vamos nos ater um pouco à última delas: *a biblioteca é um organismo em crescimento*. É de praxe que esta seja usada quando falamos do processo de formação e desenvolvimento de coleções, por exemplo, quando

²³ 1 - Os livros são para serem usados; 2 - Para cada livro seu leitor; 3 - Para cada leitor seu livro; 4 - Poupe o tempo do leitor; 5 - A biblioteca é um organismo em crescimento.

pensamos em como a biblioteca deve estar buscando atualizar seu acervo e garantindo espaço para novos materiais, afinal, ela está em crescimento; porém, ainda que este seja um ponto de vista válido, este enunciado é sobre mais do que espaço físico e coleções. A biblioteca é um organismo em crescimento, pois é mutável, está atualizando-se conforme os novos suportes e necessidades da sociedade. Se inicialmente a biblioteca buscava apenas garantir a salvaguarda de materiais para disponibilizá-los aos interessados, como abordado anteriormente, hoje a mesma possui um papel social ainda maior.

Ferraz e Dumont (2018), ao esmiuçar a BP, elencam 12 dimensões fundamentais desses espaços. Segundo as autoras, cada uma dessas dimensões é essencial para garantir que a BP consiga atingir de maneira satisfatória o papel social que ela possui:

Figura 1 - Dimensões Fundamentais da Biblioteca Pública

Dimensões fundamentais			
1	Acervo	7	Acesso às tecnologias
2	Serviços	8	Conhecimento das comunidades
3	Incentivo à leitura	9	Interlocução com a comunidade
4	Preservação da memória local e ação cultural	10	Lugar de encontro
5	Informação à comunidade	11	Construção da cidadania
6	Lugar de aprendizado ao longo da vida	12	Perfil do bibliotecário

Fonte: FERRAZ; DUMONT, 2018, p. 14.

Sobre cada um deles, as autoras argumentam:

- **Acervo:** Tendo em vista a diversidade de grupos a que essa tipologia de biblioteca atende, ou pelo menos deveria atender, o acervo, como porta de entrada para a instituição, precisa refletir a pluralidade dos indivíduos através dos materiais disponíveis aos usuários.
- **Serviços:** Ainda que o empréstimo domiciliar seja o mais popular quando pensamos nos serviços ofertados pela BP, é importante que este não seja o único. A BP precisa

estar atenta às mudanças sociais e buscar ofertar serviços que satisfaçam esses públicos que a buscam.

- ***Incentivo à leitura:*** Uma vez que o acesso à informação é consolidado pela letra registrada, a BP necessita de atividades de incentivo à leitura que devem ir além das já popularizadas destinadas ao público infantil. A “redução de danos” popularizada entre as atividades de incentivo à leitura ao público infanto-juvenil baseando-se na lógica de que se equiparmos leitores na infância eles continuarão leitores pelo resto da vida, exclui aqueles que não possuíram tal incentivo ou até possuíram, mas deixaram de lado por fatores diversos.
- ***Preservação da memória local e ação cultural:*** Conhecer a memória, seja de uma instituição, de um grupo ou de um logradouro, pode ser o catalisador para pensarmos na reelaboração da vida humana a partir do que já foi vivido, uma vez que estas não vem destituídas de experiências e interpretações pessoais, tendo em vista a bagagem pessoal trazida por aqueles participantes da ação cultural. Como abordado no capítulo anterior, na ação cultural aqueles atingidos por ela têm a oportunidade de protagonizar e reinventar os bens culturais, inclusive a informação e a memória registrada. As manifestações culturais contempladas pela BP devem ser livres de amarras ideológicas e devem, assim como seus demais serviços, contemplar diversos grupos sociais, independente de raça, sexo, orientação sexual ou religião.
- ***Informação à comunidade:*** A BP pode ser a única fonte de informação para diversas pessoas, principalmente aquelas de baixa renda, por isso essas bibliotecas precisam estar aptas a fornecer informação útil e de qualidade a qualquer público que a frequente, independente do que ela busque. Ter acesso à informação útil e de qualidade é fundamental para a construção da cidadania, o exercício do ato democrático e o desenvolvimento pessoal.
- ***Lugar de aprendizado ao longo da vida:*** Devido à já citada defasagem das bibliotecas escolares espalhadas pelo país, a BP acaba sendo para muitos um importante espaço de aprendizagem. Uma vez que ela não está diretamente ligada aos espaços formais de ensino-aprendizagem, a BP pode desenvolver atividades que vão além dos currículos escolares e atender pessoas que não estão mais, ou sequer estiveram vinculadas aos espaços de ensino básico e/ou superior. A BP é um espaço propício para se trabalhar a competência informacional, competência crítica em informação e o uso das novas tecnologias.

- ***Acesso às tecnologias:*** Graças à globalização, é impossível passar ileso pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Segundo Silva (2015), assim como a Internet impactou a BP, a BP também impacta a Internet. Como essas bibliotecas acabam sendo o único espaço em que alguns grupos podem ter acesso às novas tecnologias e a Internet, as BP precisam se manter atualizadas também no tocante das TICs, ofertando aos seus usuários não apenas o uso de computadores e serviços referentes à Internet (bibliotecas digitais, armazenamento em nuvem, uso de redes sociais, etc.), mas desenvolvendo capacitações para um uso eficiente desses instrumentos.
- ***Conhecimento das comunidades:*** Para exercer sua função social, as BP precisam estar atentas às comunidades que podem e devem ser atendidas pela instituição. As autoras evidenciam que somente agora alargamos a noção de público que a BP abarca, pois, durante muito tempo, diversos grupos foram deixados em esquecimento, na maioria devido à ausência de visibilidade nas políticas públicas, como os ciganos e quilombolas, citados como exemplos. Apenas conhecendo sua comunidade de usuários reais e potenciais, é que a BP pode aprimorar sua atuação para atender as necessidades desses públicos.
- ***Interlocução com a comunidade:*** Mais do que o conhecimento sobre sua comunidade de usuários, a BP precisa manter um diálogo ativo com elas, não apenas de maneira individual, mas também coletiva e com outras instituições. As autoras ressaltam que a comunidade é a razão da BP existir e por isso a mesma deve fortalecer os laços com a comunidade através de parceria com grupos e organizações para pavimentar um caminho onde a atuação da biblioteca realize mudanças reais na comunidade.
- ***Lugar de encontro:*** A BP pode ser, além de todas as facetas já apresentadas, um espaço de socialização entre indivíduos distintos. Devido ao seu caráter público e perfil democratizador, a BP é vista como um espaço seguro para realizar encontros, debates e conversas. Ainda que alguns sujeitos mais elitistas possam considerar estas práticas sem muita importância, a socialização é um processo fundamental para a construção do ser e da memória social e afetiva de grupos de sujeitos.
- ***Construção da cidadania:*** O acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento da cidadania, seja ela civil, política ou social. Essa cidadania é construída também pelo conhecimento sobre si mesmo e o desenvolvimento de valores fundamentais para a vida em sociedade. A socialização, evidenciada pela BP enquanto

lugar de encontro, também é peça chave para podermos construir nossa própria cidadania com o apoio da BP.

- **Perfil do bibliotecário:** Obviamente, nenhuma das dimensões supracitadas pode existir sem o apoio de um profissional capacitado para lidar com as diversas camadas abarcadas pelo papel social intrínseco à BP. Por isso, os bibliotecários que trabalham nesses equipamentos precisam ter uma visão de mundo que vá além do viés tecnicista difundido na maioria das escolas brasileiras de Biblioteconomia. Os profissionais da BP precisam ter “um vasto conhecimento de estudos de usuários, das políticas públicas e também uma simpatia para as causas sociais” (FERRAZ; DUMONT, 2018, p. 24).

Infelizmente, muitas instituições e os bibliotecários que compõem o quadro de funcionários parecem não ter ainda afinado para esse papel social atribuído à BP. Para Almeida Júnior (2018), as bibliotecas parecem estar mais preocupadas em armazenar informação do que disseminá-la e isso reforça as estruturas de poder existentes, pois mesmo a informação escolhida para ser armazenada é reflexo daqueles a quem a sociedade tem privilegiado ao longo da História:

A responsabilidade das bibliotecas em preservar o conhecimento gerado pelos dominadores. O próprio conhecimento deve ser entendido como dominador, na medida em que representa apenas os interesses de um determinado grupo, exatamente aquele que exerce seu poder sobre os outros, poder esse sustentado e legitimado no âmbito do discurso, por Deus, pela força e pelo povo. Este último, claro, refere-se ao que surgiu após a Revolução Francesa e nos primórdios da democracia. Ainda hoje a democracia vale-se do povo apenas como base para sua sustentação, excluindo-o de qualquer participação importante nas decisões e destinos da sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 17).

E sobre a BP, mais especificamente, o autor elenca algumas das fontes pelas quais tais equipamentos continuam reproduzindo essa prática, apesar de sua função social latente:

A passividade; o isolamento; a falta de interesse em promover mudanças; o apego incondicional ao tecnicismo; a defesa de uma pretensa neutralidade e imparcialidade; o enfoque prioritário e exclusivo no livro e na leitura; a idéia de que os problemas são resolvidos dentro apenas de seu pequeno espaço; o discurso que advoga a democratização da informação, mas inteiramente dissociado de uma prática voltada para o atendimento de uma ínfima parcela da população; a falta de uma participação efetiva na vida do país; todos esses pontos resultaram numa biblioteca pública com um perfil tradicional (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 69).

Já na década de 80, Luís Milanese problematizou a ausência de discussões em torno do papel da BP, pois para o senso comum não há mistérios acerca destes equipamentos: são grandes coleções dispostas ao grande público, em geral estudantes. “A discussão de seu papel raramente é feita, pois parece que é impossível a biblioteca desdobrar-se em significações”

(MILANESI, 1986, p. 10). A BP é, conforme o seu manifesto, a porta de entrada para o conhecimento, porém, quase uma década antes da versão final do documento elaborado pela IFLA/Unesco, Milanesi já ia além: *a biblioteca é uma bomba-relógio*:

Toda biblioteca é permanentemente perigosa e, embora esteja sempre atrelada a agentes reprodutores da ideologia de Estado, é o espaço que mais pode subverter a produção cultural. É uma bomba relógio que pode explodir a qualquer momento, pois contém o elemento básico para a ação do indivíduo - a informação. Ao ordenar os registros do conhecimento humano, a biblioteca reúne discursos contraditórios e assim se torna uma fonte de conflitos, um ninho de desordem. Explode o dogmatismo de um conhecimento único muito próximo à fé e à verdade absoluta. Passa a incomodar as pessoas com o demônio das possibilidades múltiplas (MILANESI, 1986, contracapa).

Como falado anteriormente, a BP tem o objetivo de garantir o acesso à informação à comunidade, sem distinção ou preconceitos, porém o papel social desses equipamentos culturais ultrapassa isso. Se o espaço da biblioteca é usado para o consumo passivo da informação ou os materiais que compõem o acervo são usados para validar um ponto de vista e privilegiar uma única narrativa, geralmente a dominante, a BP em nada terá contribuído para a desordem utilizável como combustível para nos levar ao futuro. Garantir o acesso é pouco, é preciso ir além.

A desordem pode causar pavor na maioria dos bibliotecários e cientistas da informação, afinal, eles foram formados para garantir a ordem. Desde a disposição dos livros nas estantes à formatação desse texto, a ordem é o objetivo final da atuação bibliotecária e ir contra ela pode parecer profano para os profissionais da área, mas é justamente a sua contraposição que nos levou a existir. Se há ordem, é porque um dia houve desordem e se esta não tivesse existido, nós não nos faríamos necessários. Essa é a visão que a BP precisa assumir para si e aplicar nos serviços oferecidos aos seus usuários.

Althusser (1983) argumenta que o Estado recorre a uma série de aparelhos para fortalecer um viés ideológico sustentado por opressões. Equipamentos culturais como a biblioteca, assim como outros setores da sociedade, como instituições religiosas, a TV, o rádio, as redes sociais, as instituições políticas etc., estão a serviço de uma ideologia. Reproduzir esta ideologia sem questionar a quem interessa sua existência ou quais as consequências para aqueles que não são contemplados por esta é contribuir para o funcionamento de uma máquina opressora para aqueles que estão à margem. Afinal, para existir um topo, é preciso que haja uma base.

A BP não pode ser um espaço ordeiro, é preciso que seja incômodo, que seja questionador, que fomente discussões, e que seus usuários sejam desafiados. O incômodo causado por esses espaços afeta inclusive bibliotecários que saem das escolas de Biblioteconomia treinados para a ordem das bibliotecas universitárias e especializadas, resultado de programas pedagógicos que relegam às eletivas temas pertinentes à atuação nesses espaços, como mediação cultural e biblioterapia (SANTOS, 2018; ALMEIDA, 2020). “No instante que ela passa a ser considerada uma necessidade, está cumprindo o seu papel. Ela deve ter importância tal que, deixando de existir, a lacuna seja sentida e que isso faça diferença” (MILANESI, 1986, p. 180). A comunidade não pode sair imperturbável diante da existência de uma biblioteca.

A BP não existe apenas para dispor informações em variados suportes, ela existe para colocar o dedo na ferida, pois essas feridas estão lá e ignorá-las não faz com que elas desapareçam:

É preciso pensar que o fundamental não é a informação em si, mas o conflito que traz [...] O fundamental não é o conteúdo, a carga ideológica, mas a força dos antagonismos em choque. Só através desses embates é que se torna possível estruturar um discurso que num instante pode ser assumido como a verdade rigorosamente dentro da lógica, mas que, ainda, pode e deve ser aperfeiçoado. É aí que entra a biblioteca, não a real, mas a imaginária, aquela que pode vir a ser, aquela que deverá ser. Como centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem (MILANESI, 1986, p. 25).

Milanesi evidencia também que, para que a BP cumpra seu papel social, esta não pode ser regulamentada por instrumentos de censura que busquem manter a ordem. Sendo assim, precisamos tirar do senso comum que a censura exerce seu poder apenas de maneira direta e explícita; a censura não é apenas a proibição e a repressão, mas dificultar o acesso também através de ações e discursos velados, ideologias disfarçadas de burocracia e impotência.

A prática dessa censura pelo profissional da Biblioteconomia, repudiada inclusive segundo o Art. 2º do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário (CFB, 2018), acaba por tornar a BP como mais um instrumento de exclusão social para grupos marginalizados, geralmente pessoas pretas, LGBTQIA+, pessoas de classes mais baixas, pessoas analfabetas. Dessa forma, os indivíduos que compõem esses grupos acabam passando por um processo de revitimização, i. e. tornam-se vítimas novamente, pois sofrem dentro desses espaços a mesma violência que sofrem fora deles.

Barros (2015, p. 67-68) aponta a dissonância entre o que diz a nossa Carta Magna sobre igualdade e os deslizes que cometemos enquanto sociedade para garantir que estes valores sejam de fato postos em prática. Se a ideia do “outro” que se difere de nós mesmos por qualquer

característica é criada a partir do preconceito, isto é, um conceito pré-estabelecido, nada mais lógico que a BP se utilize de seu instrumento de trabalho, a informação, para trazer luz ao desconhecido. Para cada ação de exclusão, uma ação de inclusão e estas ações precisam ser críticas. “A ação crítica é a ação que objetiva desordenar. O desejo de desordem é o desejo de uma nova ordem” (MILANESI, 1986, p. 160). A desinformação, estado que a BP teoricamente combate, é o que garante o conformismo, quanto mais informação um indivíduo ou uma classe possui, maiores as chances de triunfo na busca pelos seus objetivos.

Ao destrinchar a premissa trazida no Manifesto IFLA/Unesco de 1994 sobre o acesso indiscriminado à BP, Barros (2015) evidencia os deslizamentos cometidos que impedem a igualdade de acesso: quanto ao acesso físico à unidade de informação; quanto à idade; quanto à raça; quanto ao sexo; quanto à religião; quanto à nacionalidade; quanto à língua e quanto à condição social. Para fins dessa pesquisa, vamos nos ater ao que a autora evidencia quando fala sobre o preconceito quanto à sexualidade:

O aspecto mais evidente é a homofobia, quando os profissionais não conseguem conviver pacificamente e respeitosamente com pessoas de outras orientações sexuais, principalmente quando elas se apresentam em pares ou grupos de afinidades. As necessidades de informações específicas que porventura esses grupos requeiram não deveriam suscitar estranhamento, embaraços ou preconceitos (BARROS, 2015, p. 76).

Pessoas que fogem às normas de gênero e sexo impostas pela sociedade, ou seja, lésbicas, homossexuais, bissexuais, transsexuais, assexuais, pansexuais, pessoas não-binárias, *queers* e outras designações de gênero e sexualidade representadas pela sigla LGBTQIAP+ sofrem com uma série de dificuldades na sociedade. Uma parte expressiva desses obstáculos tem sua raiz no preconceito. A BP possui os instrumentos necessários para promover a inclusão social desses indivíduos, porém, registros da participação desses equipamentos nesse processo ainda são pontuais.

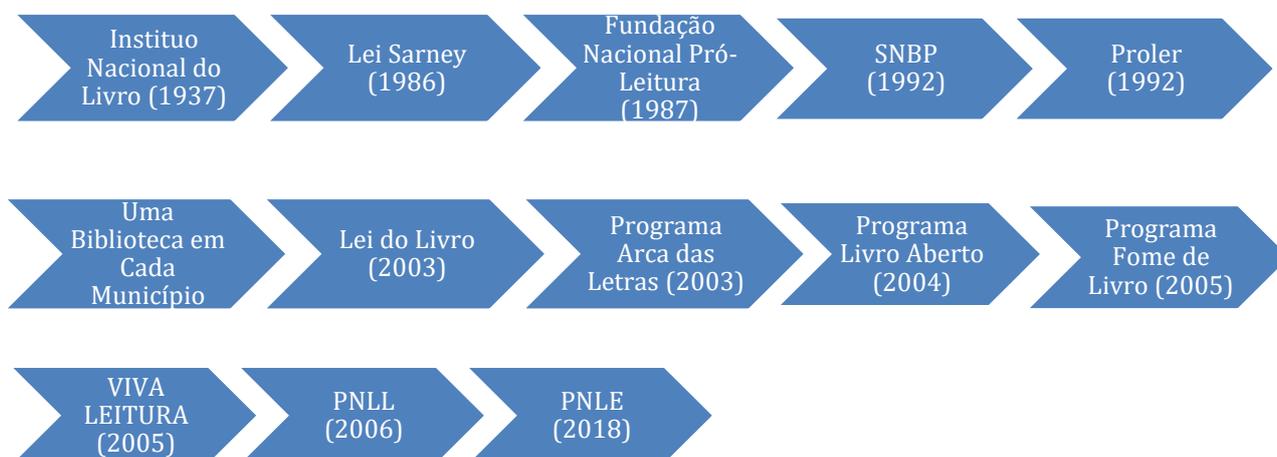
Essa participação ínfima das BP frente ao combate da LGBTQIAPfobia pode ter causas diversas. Uma vez que estas são instituições geralmente ligadas diretamente ao Governo, as mesmas podem sofrer pressões para se manter na ideologia dominante ou sofrer ataques de censura quando se desviam do projeto político vigente. O medo de represálias de setores conservadores da sociedade ou até mesmo os ideais dos profissionais que compõem o quadro de funcionários da instituição, resultando numa baixa burocracia representativa, podem afetar diretamente a participação da BP nessas discussões. A grande questão é que talvez falte um aparato legal que regularize a atuação das BP frente a essas questões, por isso vamos agora ter uma visão panorâmica das políticas públicas voltadas a essa tipologia de biblioteca no Brasil.

3.3 Políticas Públicas para Bibliotecas Públicas

As políticas públicas são uma subárea da Ciência Política e que se consolidou como disciplina acadêmica nos Estados Unidos durante o século XX. O estudo das políticas públicas já era comum na Europa, contudo o foco era sobre o papel do Estado e do governo; quando esta disciplina começa a tomar forma entre os cientistas norte-americanos, são as ações do governo que são objeto de estudos dos mesmos, partindo do pressuposto que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 21). A área de políticas públicas conta com quatro “pais” fundadores: H. Laswell, que na década de 30 visou ligar os debates acadêmicos às práticas de governo; H. Simon, que em 1957 propôs a criação de conjuntos de regras e incentivos para maximizar as ações dos decisores públicos; C. Lindblom, cuja contribuição em 1959 e 1979 levou à incorporação de outros elementos aos estudos das políticas públicas, como o papel das eleições e das burocracias; e D. Easton, que em 1965 definiu políticas públicas como uma relação entre formulação, resultados e ambiente (SOUZA, 2006).

Infelizmente, quando falamos de políticas públicas para BP no Brasil, o que temos é um cenário fértil com iniciativas que, ainda que válidas e de suma importância, deixam a desejar em contemplar todas as facetas de atuação dessas bibliotecas. Rocha e Oliveira (2020) conduzem um excelente resgate histórico das políticas públicas para bibliotecas no Brasil, desde meados da década de 30 até 2018. As políticas públicas realizadas pelo Governo Federal do Brasil podem ser representadas pelo seguinte fluxograma:

Figura 2 - Fluxograma das Políticas Públicas para Bibliotecas



Fonte: Rocha; Oliveira (2019); Soares (2019).

Foram identificadas 13 políticas públicas voltadas para as BP em mais de 80 anos. Segundo Machado (2010, p. 94), “o discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas públicas, mas, na prática, pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições”. É interessante notar que 6 dessas políticas foram instituídas durante o primeiro e segundo mandatos do presidente reeleito em 2022 Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sendo este o governo que mais implementou políticas voltadas às BP. Em suma, estas são as políticas públicas para BP:

Quadro 2 - Políticas Públicas para Bibliotecas

POLÍTICA PÚBLICA	ANO	DESCRIÇÃO
Instituto Nacional do Livro	1973	Foi criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937 e foi responsável pela “criação de novas bibliotecas e apoio na manutenção das já existentes, distribuição de livros para essas bibliotecas, e capacitação de profissionais que atuavam nesses espaços” (ROCHA; OLIVEIRA, 2020, p. 267). É importante enfatizar que ainda que o INL tenha um papel importantíssimo para as bibliotecas públicas do país, o órgão refletia o caráter autoritário do Estado Novo e distribuía apenas livros e autores que estavam alinhados à ideologia do governo à época.
Lei Sarney	1986	Fruto da Lei n. 7.505/1986, buscava incentivar o desenvolvimento cultural do país.

		Através dos recursos dessa lei, o INL promoveu o “Viagens à Leitura”, que buscava incentivar a leitura e distribuiu mais de 180.000 livros para cerca de 3.000 bibliotecas conveniadas (ROCHA; OLIVEIRA, 2020, p. 268).
Fundação Nacional Pró-Leitura	1987	Criada a partir da Lei 7.624, de 5 de novembro de 1987, a Fundação buscava, entre outras coisas, promover e difundir o livro, bem como estimular a criação e a publicação de obras, além de incentivar a leitura. Luís Milanesi (2003) problematiza que, ainda que as transformações tecnológicas já engatinhassem, persistia-se o enfoque na distribuição de livros.
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1992	Criado por meio do Decreto Presidencial n. 520, de 13 de maio de 1992, o SNBP possui uma série de objetivos; entre eles: a criação e atualização dos acervos das bibliotecas públicas, bem como firmar convênios com entidades culturais a fim de promover os livros e as bibliotecas.
Programa Nacional de Incentivo à	1992	Foi uma ação do extinto

Leitura		Ministério da Cultura que buscou, através de parcerias com as secretarias municipais e estaduais de educação e cultura, incentivar a leitura e promover capacitação para bibliotecários. (MACHADO, 2010)
Programa Uma Biblioteca em Cada Município	1993	Segundo Machado (2010, p. 100), “tinha o objetivo de implantar bibliotecas pelo país. O compromisso era de distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas.”
Programa Nacional do Livro	2003	Fruto do Decreto Presidencial n. 10.753/2003, o PNL tem como foco a cadeia produtiva do livro: produção, edição, difusão, distribuição e comercialização. Busca dar subsídio para que autores sejam publicados a fim de fomentar o mercado editorial brasileiro.
Programa Arca das Letras	2003	Segundo Machado (2010, p. 101), tinha o objetivo de “criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços. O projeto prevê o envio de uma caixa-estante, fabricada por

		sentenciados de penitenciárias estaduais, com uma coleção de 230 livros.”
Programa Livro Aberto	2004	Buscava ampliar o número de BP e modernizar as já existentes. Criou mais de 1.000 novas bibliotecas e modernizou quase 700 outras. Durou até 2011.
Programa Fome de Livro	2005	Nasceu com o objetivo de articular as ações entre Estado, empresas privadas e sociedade civil.
VIVALEITURA	2005	Prêmio criado para valorizar as ações de democratização de leitura espalhadas pelo Brasil, realizadas principalmente em BP.
Plano Nacional do Livro e Leitura	2006	Dividindo-se em 4 eixos estratégicos de atuação: 1 - Democratização do acesso; 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; 4 - Desenvolvimento da economia do livro.
Política Nacional de Leitura e Escrita	2018	A partir da Lei n. 13.696/2018 nasce a PNLE. Entre seus objetivos estão a democratização ao livro e aos suportes informacionais, a ampliação dos

		acervos físicos e digitais de bibliotecas de acesso públicos e o desenvolvimento da economia do livro de forma que resulte na aquisição de acervos para as bibliotecas.
--	--	---

Fonte: Rocha; Oliveira (2019); Soares (2019)

Quando analisamos as políticas públicas acima, o que temos é um panorama monocromático advindo do paradigma físico da CI (CAPURRO, 2003): basicamente todas elas estão voltadas ao acervo e ao objeto livro. Somos incapazes de pensar a biblioteca para além dessas duas coisas? Segundo Ramos (2017, p. 43):

Levando-se em conta os programas e projetos do governo federal, tanto os antigos quanto os mais recentes, percebe-se que as bibliotecas públicas ainda não atingiram sua devida importância perante as autoridades e a sociedade. A maioria dos programas visa à criação de novas bibliotecas, pautados no incentivo à leitura e acesso à informação, porém a visão de uma biblioteca pública de lugar de formação de cidadania e cultura ainda é pouco difundida.

Observando as políticas públicas de cultura que abarcam as BP, podemos observar o que Rubim (2010) chama de “tristes tradições da política cultural no Brasil”, são elas: caráter tardio, autoritarismo, fragilidade institucional e instabilidades. A primeira delas trata do tempo que o campo das políticas culturais levou para se consolidar em terras brasileiras, pois até meados de 1930 não havia políticas culturais, apenas ações culturais pontuais especialmente na área de patrimônio.

A segunda tradição reflete a dualidade dos governos autoritários existentes na História do Brasil que, apesar do esforço em higienizar o que se entende como “cultura” e do apagamento contínuo de culturais fora do eixo erudito, também são responsáveis por marcos legais importantíssimos no campo das políticas públicas, como no INL, fundado durante a Era Vargas. Segundo o autor, a tradição também pode ser vista no autoritarismo estrutural na sociedade brasileira, onde a desigualdade social e econômica aumenta o espaço dos sujeitos marginalizados no acesso à cultura e aos bens culturais.

A fragilidade institucional é evidenciada não apenas na ausência de políticas públicas elaboradas no campo da cultura, mas também na escolha deliberada do governo de deixar a cultura a cargo de instituições privadas, constatada pelo número de políticas públicas existentes para BP. Por fim, a quarta tradição proposta pelo autor, as instabilidades são percebidas na

descontinuidade dos projetos culturais e das políticas públicas, como fica mais do que evidente no governo do presidente eleito em 2018, onde não apenas o Ministério da Cultura foi extinto e rebaixado ao nível de secretaria no Ministério da Cidadania, mas com a dança de cadeiras entre os secretários responsáveis pela pasta, somando um total 6 secretários durante todo o mandato, sendo que 5 entraram e saíram nos primeiros 24 meses de governo²⁴. São essas quatro tradições que acabam por configurar o campo das políticas públicas no país.

Machado (2010) ressalta que as políticas públicas para BP foram criadas sob um viés tecnicista e elitista com propostas uniformes para facilitar o tratamento administrativo. As políticas públicas existentes são escassas e não dão conta de contemplar a BP enquanto um equipamento cultural multifacetado. Como afirma Castrillón (2011, p. 36):

Um país requer bibliotecas que possam ir mais além desse plano mínimo de trabalho. Bibliotecas que, em primeiro lugar, se convertam em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate sobre os temas que dizem respeito a maiorias e minorias; bibliotecas onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas.

Para isso, é necessário que abandonemos essa visão tecnocrática, pois o fazer da BP está além das estantes e prateleiras e precisamos de políticas públicas que consigam embasar essa atuação.

Um caminho viável para trilhar essa mudança pode estar dentro do campo de atuação das políticas públicas: as políticas culturais. Para Teixeira Coelho (1997, p. 293):

a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.). Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento

²⁴ PERASSOLO, João. Mario Frias foi o mais longo secretário da Cultura de Bolsonaro; veja os outros: além de regina duarte, pasta teve integrante demitido por flertar com nazismo e economista sem experiência na área. **Folha de São Paulo**, São Paulo, em linha, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/03/mario-frias-foi-o-mais-longo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-veja-os-outros.shtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam.

Então, a política cultural atualmente se difere das demais políticas públicas pela participação ativa da sociedade em sua elaboração, considerando os direitos e a vida cultural dos indivíduos, como afirma Albino Rubim (2007a, p. 42):

Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura. Tal negociação, entretanto, é sempre bom lembrar, acontece entre atores que detêm poderes desiguais e encontram-se instalados de modo diferenciado no campo de forças que é a sociedade capitalista contemporânea. Assim, políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores político-sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, através de debates e crivos públicos.

Como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a DUDH impactaram a participação social nas políticas culturais pode ser observado pelo quadro abaixo:

Figura 3 - Ciclo das Políticas Culturais Brasileira

CICLO	CARACTERÍSTICAS CULTURAIS	INSTRUMENTO NORMATIVO	PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES
Chegada da Família Real	Diversas instituições culturais e educacionais foram criadas.	Decretos Régios (Outorgados)	Ignorada/Nula
Segundo Reinado	Mecenato literário, artístico e científico protagonizado por D. Pedro II.	Decretos Régios (Outorgados)	Ignorada/Nula
Era Vargas	O rádio cresce como importante veículo de comunicação e integração nacional. A censura se impôs à liberdade de expressão de artistas e literatos.	Decretos-Leis (Outorgados)	Ignorada/Nula
Governos Militares	O AI-5 controlava os meios de comunicação. Artistas e jornalistas eram proibidos de expressar qualquer tipo de crítica ao governo.	Decretos-Leis (Outorgados) e Atos Institucionais	Ignorada/Nula
Democracia	Apesar de alguns retrocessos, equívocos e negligências no campo cultural, a liberdade de expressão se consolidou.	Leis (Promulgadas)	Considerada

Fonte: Gouveia Júnior (2012, p. 112).

Albino Rubim (2007b, p. 13) afirma que “falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas”. O autor considera como dimensões essenciais para as políticas culturais: a noção de política; o conceito de cultura; a elucidação dos públicos pretendidos (RUBIM, 2007a). Para Isaura Botelho (2001, p. 74), as políticas culturais abarcam a cultura sob duas dimensões: antropológica e sociológica. Na primeira delas “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam

suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, enquanto na sociológica a cultura se constitui no âmbito especializado, sendo “uma produção elaborada com a intenção implícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”.

Sendo assim, pensando na BP como um espaço de mediação cultural para garantir o gozo dos direitos culturais e a participação na vida cultural da sociedade, é evidente que as políticas públicas existentes para esses espaços não dão conta de abarcar sua atuação e papel social tão potentes na contemporaneidade. Tendo em vista essa defasagem, as políticas culturais, uma vez que contam com a participação de atores político-sociais, ainda que não dissociados das estruturas culturais de poder e opressão, representam uma das soluções mais viáveis para fortalecer a atuação de uma BP contemporânea que foque na alteridade, na diferença e na diversidade de públicos. A formulação de políticas culturais pode ser um fator decisivo na consolidação de ações que busquem lutar contra a discriminação, o preconceito e a marginalização de grupo sociais, entre eles a população LGBTQIAP+.

4 DO GLS AO ALFABETO INTEIRO: o movimento LGBTQIAP+ no Brasil

Em janeiro de 2018, o apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido pela alcunha de Ratinho, veio ao seu perfil em uma rede social, que consta no momento desta pesquisa com quase 5 milhões de seguidores, tecer comentários sobre a obra audiovisual “Entre Irmãs” (2017). O longa-metragem, dirigido por Breno Silveira e roteirizado por Patrícia Andrade, é ambientado na década de 1930 e foi exibido em formato de minissérie na TV aberta. Ao assistir um dos episódios, o apresentador Ratinho disparou em vídeo na rede social: “Eu estava aqui vendo a novela da Globo, aquela coisa de cangaceiro e tal. Mas poxa, a Globo colocou viado até em filme de cangaceiro, gente? Naquele tempo não tinha viado não”²⁵.

Ainda que recheada de teor homofóbico, a fala do apresentador traz à tona uma máxima no senso comum: a de que a população LGBTQIAP+ é uma “invenção” recente. Para a parcela reacionária da população, a liberdade sexual e de gênero é fruto de uma flexibilização dos papéis de gênero e sexualidade trazidos por governanças de esquerda, impulsionados por discussões sobre uma suposta “ideologia de gênero” que tem como público alvo as crianças, a representação máxima da inocência e do puritanismo destinadas desde sua concepção a serem cisgênero e heterossexuais, a serem corrompidas com um também suposto “kit gay”.

Ratinho e adeptos a essa linha de raciocínio ficariam surpresos ao ler os relatos trazidos por João Silvério Trevisan (2018), como os do padre Manoel da Nóbrega em 1549, o de Pero de Magalhães de Gândavo em 1576 e o de Jean de Léry em 1577, que documentam a existência de indivíduos que desafiam as normas de gênero e sexualidade em nosso território desde os tempos do Brasil Colônia. São diversos os relatos sobre a prática homossexual entre indígenas de diferentes tribos, o que chocou os europeus já centrados no ideal católico de heterossexualidade, ou indígenas designados como homens ao nascer, mas que renegam os papéis masculinos da tribo e desempenham trabalhos e funções sociais femininas.

Respondendo ao Ratinho: fica mais do que claro que tinha sim viado na década de 30, assim como tinha viado antes disso, continua tendo viado até hoje e continuará tendo porquanto dure a espécie. O que talvez precise ser evidenciado é como a cultura trazida pelos portugueses moldou os séculos seguintes para uma sociedade que deixou para trás a liberdade pregada pelos povos originários e instaurou uma heterossexualidade compulsória que levou tantos brasileiros a viver uma vida ilusória para se encaixar nos padrões culturais do que é ser homem ou mulher. Segundo Vieira Júnior (2005, p. 20), “as elites brasileiras apresentam-se de maneira defensiva

²⁵ VEJA (ed.). **Ratinho reclama de novelas da Globo: ‘tem muito viado’**. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/ratinho-reclama-de-novelas-da-globo-tem-muito-viado/>. Acesso em: 05 maio 2022.

com relação a homossexualidade, tendo nesta defesa os ideais da tradição patriótica e dos valores patriarcais como uma das formas de controle, reorganizando a moldura da repressão sexual na vida brasileira.”

Com a promulgação da DUDH feita pela ONU em 1948, os movimentos sociais que lutavam por ideais individuais e coletivos de grupos que eram historicamente oprimidos ganharam respaldo e força para continuar ou até mesmo consolidar a sua luta, como o movimento feminista, do movimento negro e posteriormente do movimento LGBTQIAP+, este último com grande contribuição de pautas trazidas pelo movimento feminista. Segundo Pajeú e Almeida (2021), o movimento feminista ganha força na década de 1970 e traz para a discussão a partir de autores como Simone de Beauvoir o conceito de gênero enquanto construção social fruto de um processo cultural.

Foram as discussões acerca dos papéis de gênero e sexualidade, sobre o que é ser homem ou mulher a parte de cromossomos e características biológicas, que possibilitaram aos cientistas sociais discorrer sobre como esses papéis influenciam na visão cultural de sexualidade. A heteronormatividade tão cultuada através do mundo reforça que existe um comportamento ideal de gênero - cisgênero, homens viris e mulheres afeminadas - e sexualidade - heterossexual, monogâmico, virgem até o casamento etc. -, cabendo àqueles que não correspondem a essas expectativas a categoria de desviante das normas. Para estes fica relegado um lugar de opressão, mas também de fetichização, já que o Brasil, por exemplo, figura em 2021 o país que mais mata transsexuais no mundo²⁶ é também um dos que mais consome conteúdo pornográfico com pessoas trans²⁷.

Foi esse conjunto de opressões que envolve, além do óbvio preconceito, questões relacionadas à saúde pública, direitos fundamentais e participação política que levaram a população que hoje conhecemos como LGBTQIAP+ a se organizar enquanto movimento social. Ainda que houvesse pequenas fagulhas de articulação do movimento LGBTQIAP+ já na década de 60 na América Latina, o Brasil enfrentou um empecilho a mais com a Ditadura Militar de 1964 que regado por um conservadorismo disfarçado de patriotismo que seria anos depois ressuscitado pelo presidente eleito em 2018 tornou as práticas românticas, sexuais e

²⁶ Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, 2022. 144 p. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 06 maio 2022.

²⁷ BENEVIDES, Bruna. **Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos)**. 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 06 maio 2022.

individuais dos sujeitos não heteronormativos uma questão policiada pelo Estado (GREEN *et al.*, 2018).

Um acontecimento que serviu de certa forma como catalisador das articulações do movimento LGBTQIAP+ ficou conhecido como Revolta de *Stonewall*. De acordo com Pajeú e Almeida (2021, p. 6):

O levante recebe esse nome por uma noite recheada de adrenalina no Stonewall Inn, um bar gay aberto na Christopher Street, Nova York, três anos antes. Devido um hostil sistema legal, batidas policiais em bares “gays” eram rotineiras; travestis eram presas e frequentemente espancadas, enquanto homens gays e mulheres lésbicas eram humilhados. Contudo, na madrugada de 28 de junho de 1969, em mais uma dessas batidas policiais as coisas não ocorreram como usual: travestis resistiram à prisão, homens gays recusaram-se a mostrar suas identidades e mulheres lésbicas se negaram a ir às viaturas.

A partir disso, seguiram-se, então, 5 dias corridos de protestos pedindo o fim da discriminação, ajudando a projetar através da maior potência mundial o movimento de busca pela igualdade de direitos aos sujeitos LGBTQIAP+ (ALMEIDA, 2009). Até hoje os acontecimentos e consequências daquela madrugada na *Christopher Street* estão cristalizadas na história mundial e na cultura pop, tema de obras da literatura, do cinema e da música²⁸. A Revolta de *Stonewall* é, inclusive, a razão de junho ser considerado o mês do orgulho LGBTQIAP+.

Sofrendo instintivamente influências do movimento *black power*, do movimento de contracultura, do levante de *Stonewall*, dos debates feministas sobre papéis de gênero e sexualidade e da libertação pregada pelo movimento *hippie*, é na década de 1970 que surge, segundo Almeida (2009), o até então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e é a partir dele que o movimento LGBTQIAP+ como conhecemos hoje toma forma:

²⁸ GOES, Tony. **Depois de Stonewall, os LGBTQ+ invadiram a cultura pop**. 2019. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/columnistas/tonygoes/2019/06/depois-de-stonewall-os-lgbtq-invadiram-a-cultura-pop.shtml>. Acesso em: 10 maio 2022.

Figura 4 - Marcos para o movimento LGBTQIAP+ no Brasil

Anos 60	- Organização entre homossexuais masculinos para socialização.
Anos 70	- Primeiras formas de organização política entre homossexuais masculinos. - Criação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).
1979	- Grupo Somos anuncia sua existência em debate na USP.
1980	- Criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista.
1980-1992	- Realização de seis edições do Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO).
1993	- Realização do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. - Realização do I Encontro Nacional de Travestis. - Criação do Festival de Cinema GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).
1995	- Realização do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. - Realização do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS. - O movimento torna-se Movimento de Gays e Lésbicas (MGL).
1997	- Realização do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. - Realização do II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS.
1998	- Adequando-se ao movimento internacional, adota-se a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – Travestis e Transexuais).
2008	- Realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT. - Mudança da sigla para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Fonte: Almeida (2009, p. 67)

Facchini (2005) determina três grandes ondas para o Movimento LGBTQIAP+ no Brasil. A primeira delas vai de 1978 a 1983, a segunda de 1984 a 1992 e a terceira de 1992 a 2005. A primeira onda ganha força a partir da década de 1980, com o surgimento e a proliferação do HIV e conseqüentemente da AIDS, a população LGBTQIAP+ acaba sendo a mais afetada pela nova epidemia. A AIDS acaba ficando conhecida como “peste gay” ou “câncer gay” tendo em vista o grande número de pessoas trans, homossexuais e bissexuais infectadas e sendo utilizada por uma parcela conservadora como argumento para reforçar a suposta profanidade das práticas sexuais que fugiam ao padrão heterocentrado que considera esta uma espécie de castigo divino de uma entidade punitivista (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

A epidemia da AIDS marca um ponto de ruptura para o movimento LGBTQIAP+ não apenas por todo preconceito e desinformação acerca do recorte dessa população dentro de uma questão epidemiológica, mas por fomentar os debates acerca da saúde da população que integra a população LGBTQIAP+, uma vez que a saúde desses sujeitos continua até hoje sendo um tema negligenciado. É interessante ressaltar que, apesar de todo estigma que atrela o HIV e a AIDS à homossexuais e transsexuais, segundo dados do Sistema de Informação e Agravos de Notificação - SINAN do Ministério da Saúde²⁹, o número de indivíduos do sexo masculino

²⁹ SINAN. **Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2022.

com 13 anos ou mais diagnosticados com AIDS em 2021 tem uma diferença quase imperceptível entre heterossexuais - 1.377 casos - e homossexuais - 1.399 casos.

Como resultado da epidemia de AIDS dos anos 70 e 80, observamos o surgimento de grupos articulados pela batalha contra a desinformação e o descaso com a população LGBTQIAP+, como o já citado MHB, o grupo Somos (1978) e o Grupo Gay da Bahia (1980). Outro marco pertinente para o movimento LGBTQIAP+ brasileiro ocorreu apenas um mês antes da primeira reunião do grupo Somos. Em abril daquele ano foi lançado o jornal “*Lampião da Esquina*”, a primeira publicação de circulação nacional que tinha como público os desviantes da norma e é até hoje considerado objeto de estudo por cientistas sociais por ser a principal fonte de informação da população LGBTQIAP+ até o fim de sua circulação em 1981. Segundo McRae (2018, p. 43), “seus editores pretendiam originalmente não só lidar francamente com a homossexualidade, como também forjar alianças com outras "minorias" com reivindicações específicas, como os negros, feministas, índios e representantes do movimento ecológico”. O *Lampião* não passou despercebido pela censura que a imprensa enfrentava no período da Ditadura Militar, acusados de ferir a moral e os bons costumes e sofrendo meses de intimidação e humilhação (MCRAE, 2018).

O Grupo Gay da Bahia foi, como aponta Mott (2019, p. 211), “a primeira ONG homossexual a ser registrada como sociedade civil e de utilidade pública municipal” e foi responsável por encabeçar a articulação com o Conselho Federal de Medicina para a retirada da homossexualidade da lista de doenças, feito alcançado em 1985; anos antes da decisão da OMS de retirar a prática homossexual dos seus catálogos médicos e mudar o termo de *homossexualismo*, cujo sufixo remete a doenças, para homossexualidade, em 1990. Em 1986, o Grupo Gay da Bahia, em conjunto com os grupos Triângulo Rosa (Rio de Janeiro) e Libertos (São Paulo), iniciam uma batalha pela inserção da “discriminação por orientação sexual” no Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde se afirma que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”; batalha essa sendo perdida devido à força da bancada religiosa.

Como podemos perceber pelo exposto, os marcos da articulação do movimento aconteceram espaçadamente e foram encabeçados em sua maioria pelo G da sigla. O espaçamento pode ser justificado porque “nem toda forma de ação política coletiva é um movimento social em sentido técnico” (GREEN *et. al.*, 2018, p. 11); quanto ao protagonismo gay no movimento, é importante frisar que isso acontece já que homens cisgêneros, ainda que homossexuais e sendo assim desviantes da norma, detém dos privilégios de seres

biologicamente masculinos em uma sociedade machista, patriarcal e racista. Por isso a autora cita como um marco importante para o movimento a mudança contínua da sigla que representa essa população: de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) no começo da década de 1990, para GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais) em 1998 e, após 10 anos, o deslocamento do *L* para a frente da sigla a fim de “privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade pelo qual foram submetidas” (ALMEIDA, 2009, p. 67). Ainda hoje a sigla continua a mudar visando acompanhar as discussões relacionadas às temáticas e demandas da população.

Em 1995, a deputada Marta Suplicy elabora o Projeto de Lei n.º 1151, dispendo sobre a Parceria Civil Registrada entre relações homoafetivas, visando dar aos casais homossexuais contornos jurídicos, formalizando o contrato e estabelecendo direitos e deveres antes restritos aos casais formados por indivíduos cisgêneros e heterossexuais. O projeto foi extremamente criticado pelo setor conservador, tanto da Câmara de Deputados, quanto da sociedade civil. Quase 30 anos depois, o PCR ainda não foi votado. No ano seguinte, em 1996, o Plano Nacional de Direitos Humanos se torna o primeiro documento oficial do governo brasileiro a citar pessoas LGBTQIAP+, tratadas à época apenas como *homossexuais*, como um *grupo vulnerável*, chamando atenção para as mazelas enfrentadas por esses sujeitos.

Não podemos deixar de citar também a primeira *Parada da Diversidade* que aconteceu em junho de 1997, mesmo ano em que o Conselho Federal de Medicina autoriza as cirurgias de redesignação de sexo em pessoas trans brasileiras, na Avenida Paulista, importante avenida da maior metrópole do Brasil, com o tema “Somos muitos, estamos em todas as profissões” (CAMARGOS, 2018). Com cerca de 2 mil pessoas em sua primeira edição e mais de 3 milhões em sua última edição presencial antes da pandemia da COVID-19³⁰, a *Parada* é não apenas uma manifestação cultural do orgulho de ser que foi negado a esses sujeitos por tanto tempo, mas como uma plataforma de reivindicação de direitos, denúncia de mazelas e debates sobre o futuro almejado para toda a sociedade.

Em 23/03/1999, foi a vez do Conselho Federal de Psicologia somar à luta LGBTQIAP+ com a aprovação do Resolução n. 1/99, que proíbe as supostas terapias conhecidas como “cura gay”, que visavam a reorganização dos papéis de gênero e sexuais de indivíduos que fugiam à matriz cisgênero heterossexual, geralmente envoltas de práticas celibatárias, violência física e

³⁰ PINHONI, Marina. **Parada LGBT reuniu 3 milhões na Paulista, segundo organização; veja o que deu certo e o que deu errado.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/parada-lgbt-reuniu-3-milhoes-na-paulista-segundo-organizacao-veja-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2022.

psicológica. Outro ponto marcante para o movimento social aconteceu em 2004 com o projeto Brasil Sem Homofobia, criado durante o primeiro mandato do três vezes eleito e atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que objetivava uma série de ações articuladas com ONGs para combater a homofobia e promover a diversidade sexual.

Apesar do que já foi conquistado em território nacional, como a utilização do nome social para travestis e pessoas trans em todos os órgãos públicos a partir do Decreto presidencial nº 8.727 de 28 de abril de 2016 e a criminalização da LGBTQIAPfobia pelo STF em 13 de junho de 2019³¹ equiparando este ao crime de racismo sendo imprescritível e inafiançável, os direitos LGBTQIAP+ continuam muito frágeis. Essa fragilidade fica mais que evidente quando, ainda que a homofobia tenha sido criminalizada, registramos no ano de 2021 cerca de 300 mortes resultantes de LGBTQIAPfobia no Brasil em 2021, conforme o Grupo Gay da Bahia³². Dessas mortes, temos 276 assassinatos (um deles, inclusive, de uma pessoa heterossexual confundida com homossexual) e 24 suicídios registrados.

Números como estes são apenas a ponta do iceberg de um problema muito maior. A LGBTQIAPfobia enraizada na sociedade vai além da violência física, sendo principalmente psicológica, resultado do não acolhimento dessas pessoas em espaços que deveriam ser públicos, como bibliotecas, por exemplo. Segundo Santos (2016), a candidatura política de pessoas LGBTQIAP+ ainda é escassa, com apenas 10,9% para cargos acima de vereador, e a taxa de sucesso ainda ínfima. Podemos observar então que as violências vividas pela população LGBTQIAP+ são abundantes e a não participação política e a falta de acolhimento nos espaços públicos é por si só mais uma dessas opressões. A partir disso, um questionamento é levantado: seria a desinformação também uma forma de opressão?

Conforme argumentam Capurro e Hjørland (2003), o conceito de informação é mutável, cada área do saber tem sua própria definição do que seria ou não informação. Para a CI, a informação é mais do que um conjunto de fatos, eventos, notícias, opiniões, instruções ou acontecimentos comunicados através da decodificação de símbolos sonoros e/ou visuais; ela é um fenômeno multifacetado e mais complexo do que se é possível cobrir. É indiscutível como a CI bebe na fonte de diversas outras áreas, como a Sociologia e a Psicologia, para existir. Para Capurro (2003, n. p.), a CI tem duas raízes, uma delas “está ligada a todos os aspectos sociais

³¹ “Em 2006 houve a apresentação da lei de criminalização da LGBTQfobia, o PLC 12/2006. No entanto, o projeto foi arquivado em 2014, já que o governo não concordou em realizar uma audiência com representantes do movimento LGBT” (FUNDO BRASIL, [20–])

³² OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022. 78 p. (Relatórios do Grupo Gay da Bahia). Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

e culturais próprios do mundo humano” e a outra aos impactos tecnológicos, principalmente da computação.

Buscando explicar de que forma a CI se consolidou no esboço que temos hoje, Capurro (2003) estabelece três paradigmas epistemológicos para a CI ao longo do tempo. O primeiro deles, o *paradigma físico*, baseia-se numa epistemologia fisicista, no algo que o emissor transmite ao receptor. O autor evidencia, inclusive, a relação deste paradigma com a concepção da informação-como-coisa proposta por Buckland (1991). O segundo, o *paradigma cognitivo*, buscava tratar “de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário” (CAPURRO, 2003, n. p.), partindo da premissa de que há, obrigatoriamente, uma necessidade informacional que surge de um estado cognitivo anômalo.

O último dos paradigmas estabelecidos por Capurro (2003) é o *paradigma social*. Nesta terceira fase dos paradigmas epistemológicos da CI, o usuário deixa de ser visto como um ser meramente cognitivo ou isolado, mas como um resultado de suas interações sociais e do contexto sociocultural em que está inserido. Sendo assim, o próprio conceito de informação é influenciado pelas relações dos sujeitos com o meio e do meio com os sujeitos e passa a ser considerado então como um reflexo dessas relações, logo, a informação é uma construção social por si só. A consolidação deste paradigma requer da CI a adoção de teorias mais humanistas e, segundo Capurro, a adoção da Hermenêutica como base teórica.

A informação como construção social é fundamental para entendermos um fenômeno que tem ganhado grande destaque não só na área da CI, mas entrado nas discussões de toda a sociedade civil: a desinformação. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 120) definem desinformação como “escassez de informação, informação errônea”, ou seja, além das novas concepções (*malinformation, misinformation e disinformation*)³³, a desinformação é entendida também como a ausência de informação. Para Demo (2000), não é possível dissociar informação e desinformação, tendo em vista que “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos” (DEMO, 2000, p. 39). Demo (2000) ainda afirma que na Sociedade da Informação, a desinformação é um dos pilares para garantir privilégios e manter as dinâmicas de poder que levam às opressões:

A informação não pode ser receita pronta, mas o desafio de a criar, mudar, refazer. O risco de manipulação é intrínseco, mas é no risco que podemos reduzir a manipulação. A sociedade da informação informa bem menos do

³³ Estas são algumas definições contemporâneas abarcadas no grande guarda-chuva que é a desinformação. Para mais ver: SANTOS-D'AMORIM, Karen; MIRANDA, Májory Fernandes de Oliveira. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Santa Catarina, v. 26, p. 01-23, 16 mar. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e76900>.

que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes (DEMO, 2000, p. 41).

O acesso à informação é garantido ao povo brasileiro segundo o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e por isso, esse acesso precisa ser democratizado para se efetivar não apenas como um direito civil, mas como um direito social e político essencial para a prática da cidadania, tendo em vista o paradigma social da informação. Entende-se, então, que usar estratégias e práticas para propagar a desinformação, seja como informação errônea ou como dificultar o acesso à informação, pode ser considerado como um ato de censura. Segundo Cavalcanti (2022), a visão foucaultiana sobre a censura, chamada pelo autor de *interdição*³⁴, é “um impedimento que ocorre por negação da existência, invalidação da permanência, segregação e criminalização dos discursos que expressam a diversidade social em favor de uma narrativa hegemônica, homogênea e sanitizada” (CAVALCANTI, 2022, p. 17).

Noble (2018) detalha o modo como a desinformação fortalece as estruturas de poder. Os próprios mecanismos de busca de informação refletem os valores culturais dos responsáveis por sua criação e/ou manutenção. A autora esmiúça a maneira como os algoritmos do Google são utilizados para oprimir mulheres, pessoas pretas, latinas e asiáticas através de resultados de buscas que consideram relevantes páginas e conteúdos que vão desde pornografia até racismo, sexismo e xenofobia: “Media stereotypes, which include search engine results, not only mask the unequal access to social, political, and economic life in the United States as broken down by race, gender, and sexuality; they maintain it” (NOBLE, 2018, p. 155)³⁵. Para a autora, as políticas públicas são fundamentais para avaliar e regulamentar as informações disseminadas, as quais são responsáveis por moldar a identidade de um grupo.

Quando centros de informação e cultura, como bibliotecas, teatros, museus e arquivos, desinformam sobre tópicos que são pertinentes à população LGBTQIAP+ temos um retrato, falsamente sutil, do que é a censura em sua prática, atrelada no imaginário popular a um passado recente, como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ou, particularmente aos brasileiros, a Ditadura Militar (1964-1985). Infelizmente, práticas evidentes de censura podem

³⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 80 p.

³⁵ "Estereótipos midiáticos, que incluem resultados de mecanismos de busca, não apenas mascaram o acesso desigual à vida social, política e econômica nos Estados Unidos determinado por raça, gênero e sexualidade; eles o mantêm (NOBLE, 2018, p. 155, tradução nossa).

ser observadas mesmo agora, afirmam Pajeú e Cavalcanti (2022), como o caso do catálogo do *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* em 2017.

Ishimoto, Garcia e Sousa (2018), a partir do conceito de silêncio elaborado por Orlandi (2007), reiteram a ausência de material voltado aos sujeitos LGBTQIAP+ em bibliotecas como atos de censura que silenciam vozes, narrativas e possibilidades daqueles que não se encaixam na matriz heterossexual, garantindo a perpetuação do “normal” em contraponto ao “desviante”. Para Orlandi (2007), o silêncio não é apenas aquilo que não é pronunciado, mas também o eco presente no silêncio em si. Se o silêncio é instaurado, se dissemina o discurso de que aquilo é silenciado porque não tem valor e, sendo assim, precisa ser apagado, jogado embaixo do tapete e deve cair em ostracismo. A censura do próprio direito de ser.

Se o bibliotecário brasileiro repudia (em teoria) todas as formas de censura, como afirma o artigo 2º do seu Código de Ética e Deontologia, é preciso que esse profissional esteja atento às suas próprias atitudes e os discursos que ganham forças através da sua atuação. As narrativas consentidas na seleção de material ou os tópicos que ganham palco para existir nas ações culturais determinam o tipo de sociedade que a biblioteca, seja de qual tipologia for, aspira ajudar a construir. A biblioteca e o fazer diário do bibliotecário frente a desinformação e a censura podem reforçar as estruturas de opressão ou contribuir para a emancipação dos sujeitos, cabe a estes decidir de qual lado da História querem estar (PAJEÚ; CAVALCANTI, 2022).

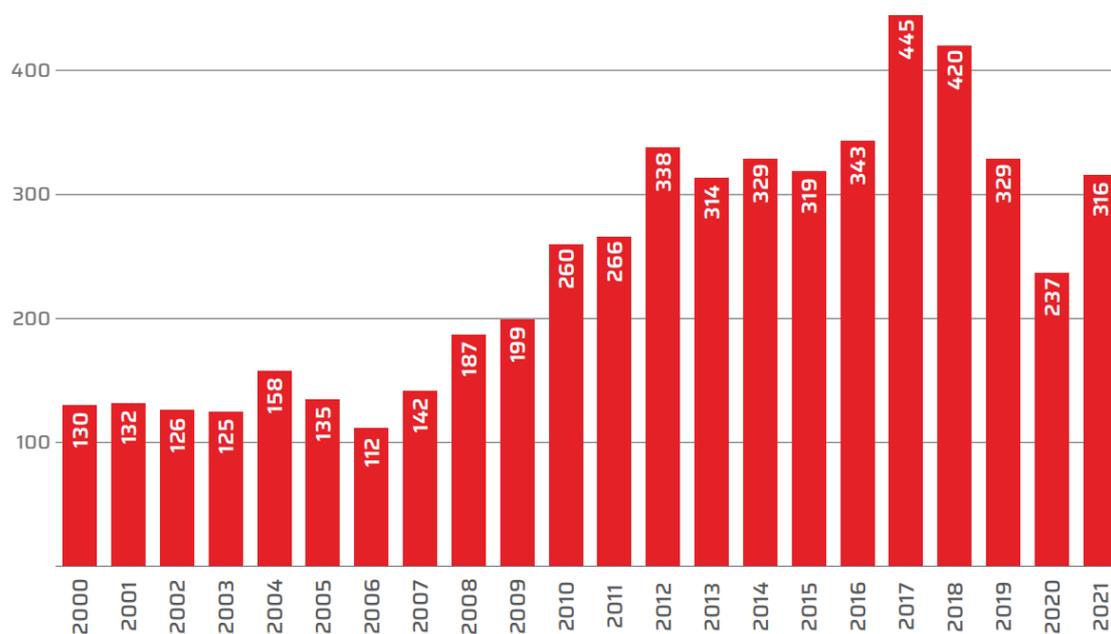
Como abordado anteriormente, os debates que fomentam as questões de gênero e sexualidade ganharam força por volta da década de 1970 e sofreram (e continuam sofrendo) diversas mudanças, inspiradas por obras como “Vigiar e Punir” (1975) e “História da sexualidade” (1976) de Michel Foucault, “Queer Theory: Lesbian and Gay sexualities” (1991) de Teresa de Laurentis e “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” de Judith Butler (1990). Neste último, Butler discorre sobre como o gênero como não apenas parte de um determinismo biológico, mas também cultural:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

O resultado de uma cultura de gênero e sexualidade coerente à matriz heterossexual, termo que a autora usa para se referir à heterossexualidade compulsória e a

heteronormatividade socialmente imposta, resulta no que autora define em uma palestra na Universidade Federal de São Paulo em 2017 como uma “postura de ódio e censura é baseada em medo, medo de mudança, medo de deixar os outros viverem de uma maneira diferente da sua”³⁶. Analisando o “Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2021” (2022)³⁷ realizado pelo Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil, fica mais do que evidente como uma cultura que teme e (escolhe) desconhece(r) corpos LGBTQIAP+ se comporta para apagar essas vidas e existências a fim de suprimir mudanças na infraestrutura social. Como é possível observar, a violência, o ódio e a censura têm se manifestado incessantemente no século XXI em solos brasileiros, subindo mais de 33% entre 2020 e 2021:

Figura 5 - Número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil entre 2000 e 2021



Fonte: Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil (2021, p. 16)

Dos dados coletados em 2021, 45% das mortes são de pessoas gays, 44,62% de travestis e mulheres transsexuais, 3,80% de mulheres lésbicas e 0,95% de pessoas bissexuais. Quanto à faixa etária, a maior porcentagem pertence a jovens entre 20 e 29 anos, como no caso de Henrique Antônio, homem gay de 24 anos que foi morto, decapitado e teve seu pênis mutilado

³⁶ CartaCapital. #AoVivo: Judith Butler: Por uma convivência democrática radical. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bl-JVei-EM>. Acesso em: 01 ago. 2022.

³⁷ OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL (org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2021**. Florianópolis: Acontece, Antra, Abgl, 2022. 72 p. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

em janeiro de 2020 em Pernambuco³⁸ ou caso de Sofia, travesti morta a pedradas em fevereiro de 2022 em Fortaleza³⁹. Não parando por aí, essa cultura LGBTQIAPfóbica ainda faz vítimas como Alex de 8 anos que, em 2014, foi espancado, morto e teve o fígado dilacerado pelo próprio pai apenas por gostar de lavar louça e “não andar como homem”⁴⁰, isto é, não desempenhar os papéis culturais de gênero que eram esperados pela genitália que portava entre as pernas; apenas uma criança que sequer teve a chance de descobrir quem poderia ser. Que os seus nomes jamais sejam esquecidos.

A onda regressista trazida com o presidente eleito em 2018 é refletida nos altos números notificados entre 2018 e 2021, considerando inclusive que estes não refletem de maneira fiel a realidade, tendo em vista as subnotificações e as violências físicas, psicológicas, econômicas e estruturais que não resultaram em mortes e, portanto, não contabilizaram na pesquisa supracitada. A participação política de pessoas LGBTQIAP+ é essencial para mudar essa situação, mas nem mesmo estas estão a salvo de passarem por situações de violência, como mostra “A política LGBT+ brasileira: entre potências e apagamentos” (2022)⁴¹, relatório da #VoteLGBT, que mostra que mesmo entre pessoas LGBTQIAP+ eleitas democraticamente, 49% sofreram ataques por sua orientação sexual; 32% sofreram ataques por serem mulheres e 29% sofreram ataques por sua identidade de gênero em espaços legislativos.

Ainda que com direitos já conquistados, como exposto anteriormente, é evidente que ainda carecemos de iniciativas e ações que adentrem na infraestrutura e modifiquem de fato as superestruturas para com sujeitos LGBTQIAP+. Considerando a opressão resultante da desinformação sobre as questões de gênero e sexualidade, manifestada em atos de censura e apagamento, e toda a garantia à informação prevista em lei e nos documentos que norteiam a prática da Biblioteconomia, a BP possui a missão social de esclarecer sobre essa temática e compor sua atuação tendo essa perspectiva em vista.

³⁸ PORTAL FOLHAPE (Pernambuco) (ed.). **Maquiador é morto e tem cabeça e pênis decepados em Moreno; amiga é presa**. 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/maquiador-e-morto-e-tem-cabeça-e-penis-decepados-em-moreno-amiga-e-pre/128311/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

³⁹ SISNANDO, Jéssika. **Travesti de 22 anos é morta a pedradas em Fortaleza**. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/11/travesti-de-23-anos-e-morta-a-pedradas-em-fortaleza.html>. Acesso em: 01 ago. 2022.

⁴⁰ ALVES, Maria Elisa. **Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça**. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-fígado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342>. Acesso em: 01 ago. 2022.

⁴¹ CARDOSO, Evorah. **A política LGBT+ brasileira: entre potências e apagamentos**. São Paulo: #VoteLGBT, 2022. 38 p. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/62839ef52f76f546de002ce0/1652793081067/220517_vote_relatorio_2022.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

5 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 24), a metodologia científica é responsável por nos introduzir “no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias”. O problema da pesquisa, assim como sua natureza e espaço-temporal são fatores determinantes para o planejamento de uma pesquisa (KÖCHE, 2011). Dessa forma, estão descritos neste capítulo os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar de forma satisfatória o objetivo dessa pesquisa.

Para melhor compreensão das temáticas utilizou-se o materialismo histórico-dialético método desenvolvida por Karl Marx que busca explicar como as sociedades humanas se desenvolvem e mudam ao longo do tempo. Segundo Marx, as condições materiais de existência, como as relações sociais e as forças produtivas, são os principais determinantes das mudanças históricas. O método histórico-dialético marxista se baseia na ideia de que todas as coisas contêm contradições internas, e que essas contradições levam a mudanças e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2019).

Consideramos pertinente o uso do pós-estruturalismo, uma vez que destaca a relevância das estruturas na formação do indivíduo, mas coloca em xeque a coerência das dicotomias que compõem essas estruturas. O pós-estruturalismo questiona a ideia de que o sujeito é definido exclusivamente pelas estruturas que possuem singularidade, coerência e estabilidade, o que resultaria em um sujeito universal (PETERS, 2000). Além disso, o método pós-modernista foi usado para questionar e desestabiliza as narrativas dominantes e as categorias estabelecidas de análise, se concentrando nas diferenças, nas contingências e nas múltiplas perspectivas, destacando a importância do contexto e da subjetividade na compreensão da realidade (SANTOS, 2007).

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), quanto à sua **natureza**, esta pesquisa é de cunho aplicado, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35), neste caso, a ausência de políticas culturais voltadas à população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas na capital pernambucana. A **abordagem** escolhida, ainda conforme os autores supracitados, é qualitativa, pois não se preocupa com aspectos que podem ser mensurados numericamente, mas com aspectos de dinâmicas sociais e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização

de variáveis” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Quanto aos **objetivos**, a pesquisa pode ser caracterizada como exploratória, uma vez que visa trazer mais atenção ao problema e construir hipóteses acerca (GIL, 2008). Quanto aos **procedimentos**, estes são, de acordo com Severino (2017, p. 93), bibliográfico, pois “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”, e documental, já que “não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Quanto às etapas utilizadas para o alcance satisfatório do objetivo, encontram-se descritas da seguinte forma:

- a) Levantamento bibliográfico sobre as temáticas que compõem o referencial, tais como o conceito de cultura, bibliotecas públicas e sua função social, história da população LGBTQIAP+ e o funcionamento de políticas públicas. Para esta etapa não foram escolhidos recortes de tempo;
- b) Consulta documental às políticas públicas ao nível federal e municipal, no tocante das bibliotecas, livro, leitura e produção cultural;
- c) Realizaram-se, conforme Apêndice A, entrevistas com os bibliotecários responsáveis por BP na cidade de Recife. Tendo vista a extensão da capital pernambucana, que possui área total de 218,843km² abarcando 94 bairros divididos em 6 regiões político-administrativas (Centro, Norte, Nordeste, Oeste, Sudeste e Sul), foram selecionadas para a coleta de dados 5 bibliotecas, uma de cada região, a fim de contemplar a diversidade da cidade, a saber:
 - **Centro:** *Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco - BPE* (bairro de Santo Amaro);
 - **Norte:** *Biblioteca Afrânio Godoy - COMPAZ Governador Eduardo Campos* (bairro de Alto da Santa Terezinha);
 - **Nordeste:** *Biblioteca Marcus Accioly - SESC Casa Amarela* (bairro da Mangabeira);
 - **Oeste:** *Biblioteca Jornalista Carlos Percol - COMPAZ Escritor Ariano Suassuna* (bairro do Cordeiro);
 - **Sudeste:** *Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite* (bairro de Afogados).

Infelizmente, a região Sul da cidade do Recife não possui uma BP e por isso não foi incluída na coleta de dados. As entrevistas tiveram por objetivo verificar se as questões

relacionadas à população LGBTQIAP+ estão sendo abordadas nas bibliotecas públicas de Recife e, caso sim, de que forma, bem como coletar a opinião desses profissionais sobre a ausência de legislações pensadas para assegurar que temáticas afins à população LGBTQIAP+ sejam tratadas nos espaços das BP. Com essas entrevistas, buscou-se identificar uma possível demanda por parte da classe bibliotecária pela criação de políticas culturais para a realização de ações voltadas à população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife.

Para abordagem dessas entrevistas utilizou-se a Análise de Conteúdo, definida por Bardin como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44), apresentando uma síntese das respostas com os trechos considerados mais pertinentes tendo em vista as perguntas e os objetivos da pesquisa.

- d) A partir da análise dos dados coletados na etapa anterior, buscou-se apresentar diretrizes para elaboração de políticas culturais contemplativas à população LGBTQIAP+ no espaço das BP.

5.1 Contexto dos locais de coleta

Como **instrumentos** para a coleta de dados foram feitos de uso de entrevistas estruturadas, sendo “aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna” (SEVERINO, 2017, p. 95), e possui entre suas vantagens a de não expor “os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado” (GIL, 2008, p. 122).

5.1.1 Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPE) foi criada a partir da Lei 293 em 1852 ainda com o nome Biblioteca Pública Provincial. Após uma série de mudanças de endereço entre o século XIX e XX, a BPE está localizada desde 1971 na Rua João Lira no bairro de Santo Amaro. Com cerca de 270 mil livros e 370 mil volumes de periódicos. O acervo é composto por obras de referências (dicionários, enciclopédias, atlas, guias, almanaques etc.), coleções especiais (obras raras, iconografias, mapotecas, manuscritos, obras em braile, coleção pernambucana e periódicos) e um setor circulante composto por obras de diversas áreas do conhecimento, como filosofia, psicologia, ciências sociais e literatura (brasileira, estrangeira e infanto-juvenil).

A BPE atua com serviço de referência, apoio em pesquisa escolar, consulta e empréstimo de livros e documentos, além de atividades de ação cultural, como lançamentos de

livros, exposições de telas, poemas e livros, recitais e oficinas. A BPE conta com um núcleo de línguas, para o ensino de inglês e espanhol, com certificação da Secretaria de Educação de Pernambuco, e com a Praça da Informação, com estações de computador com acesso gratuito à Internet e serviços de orientação para a navegação na Web.

A BPE é responsável também pelo Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco – SBPE, oferecendo serviços de diagnóstico, supervisão, orientação técnica, capacitação e atividades de extensão nas bibliotecas públicas municipais, além de cadastrar essas bibliotecas no Sistema Estadual e incentivar à implantação e manutenção das mesmas. Cabe à instituição também a coleta dos livros para depósito legal, conforme Lei 12.435/2003, divulgando as obras e os perfis dos escritores pernambucanos, bem como abrigar o Escritório de Direitos Autorais, atendendo através dele os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Seu horário de funcionamento de segunda a sexta-feira é de 08:00 às 20:45 e de 09:00 às 13:00 aos sábados. A entrevista foi realizada presencialmente, com duração de cerca de 1 hora, tendo sido gravada a fim de ser transcrita.

Imagem 1 - Fachada da BPE



Fonte: Site da BPE⁴².

⁴² Disponível em: <http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=3>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Imagem 2 - Setor de referência da BPE



Fonte: Secretaria de Educação⁴³

⁴³ Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=5604>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Imagem 3 - Mediação cultural no setor infanto-juvenil da BPE



Fonte: Página do Facebook da BPE⁴⁴

5.1.2 Biblioteca Afrânio Godoy - COMPAZ Governador Eduardo Campos

A Rede de Bibliotecas pela Paz é uma iniciativa da Secretaria de Segurança Cidadã (SESEC) da Prefeitura do Recife e conta atualmente com sete bibliotecas públicas municipais, quatro delas integrantes de Centros Comunitários pela Paz (COMPAZ). As bibliotecas da Rede de Bibliotecas pela Paz inspiram-se nos modelos de bibliotecas parque de Medellín e Bogotá, espaços que colaboraram para diminuir os índices de violência na Colômbia, e possuem a missão de “Prevenir a violência e fortalecer a cidadania, fomentando a relação cotidiana da comunidade com a leitura, a escrita e o aprendizado – bases fundamentais para democracia” (PERNAMBUCO, 2021, p. 3). As unidades do COMPAZ são construídas em pontos estratégicos da capital pernambucana, bairros com altas taxas de violências, a fim de promover a cultura de paz nesses contextos.

O COMPAZ Governador Eduardo Campos foi o primeiro centro da rede construído em Recife e teve sua inauguração em 12 de março de 2016. O COMPAZ e a Biblioteca Afrânio

⁴⁴ Disponível em: https://web.facebook.com/biblioteca.pe/photos?locale=pt_BR. Acesso em: 28 dez. 2022.

Godoy se localizam na Rua Aníbal Benévolo, no Alto Santa Terezinha. Com mais de 15 mil volumes em seu acervo e 850m², essa foi a maior biblioteca construída pela prefeitura do Recife (RECIFE, 2022). Além de empréstimo e consulta ao acervo composto por livros, periódicos, CDs e DVDs, a biblioteca também oferece consulta à internet, oficinas, atividades culturais e rodas de diálogos. Seu funcionamento é de terça a sexta-feira, das 09:00 às 21:00, e das 09:00 às 13:00 aos sábados e domingos.

Além dos serviços oferecidos pelo próprio espaço da biblioteca, a Biblioteca Afrânio Godoy também dá suporte às outras atividades do COMPAZ Governador Eduardo Campos, que inclui atividades educacionais como cursos de robótica, educação financeira e programação de games; esportivas, como natação, ginástica e basquete; serviços como mediação de conflitos, junta militar e assistência social e diversos outros. A entrevista foi realizada virtualmente, com duração de cerca de 1 hora, tendo sido gravada a fim de ser transcrita.

Imagem 4 - Fachada do COMPAZ Governador Eduardo Campos



Fonte: Barros (2021)⁴⁵

⁴⁵ Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/compaz-do-recife-reabrem-com-capacidade-reduzida-confira-os-novos/179174/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Imagem 5 - Mediação cultural na Biblioteca Afrânio Godoy



Fonte: Jornal do Comércio⁴⁶

5.1.3 Biblioteca Marcus Accioly - SESC Casa Amarela

O Serviço Social do Comércio — SESC é resultado da Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclave), uma iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional das Indústrias, que teve sua primeira edição realizada em maio de 1945, na cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro. Com duração de cinco dias e presidida por João Daudt d'Oliveira, buscava fomentar um estudo conjunto acerca dos problemas econômicos do país, analisando o contexto interno e externo. Originava-se então, pelo Decreto-Lei n.º 9.853, em 13 de setembro de 1946, o SESC.

Em 5 de março de 1947, menos de um ano após sua criação, a entidade instala-se em Pernambuco buscando favorecer para o trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo, e para a comunidade pernambucana, principalmente de baixa renda, a edificação de uma sociedade mais justa e com uma melhor qualidade de vida. Sendo ainda hoje referência nacional na prestação de serviços sociais de primor, o Departamento Regional de Pernambuco

⁴⁶ Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2016/03/14/biblioteca-e-atividades-esportivas-movimentam-o-primeiro-dia-de-funcionamento-do-compaz/index.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

atinge mais de 90 municípios do estado com projetos e ações promovidos por suas 20 unidades fixas em 14 cidades e 6 unidades móveis.

A Biblioteca Marcus Accioly integra a Rede de Bibliotecas do SESC em Pernambuco, que conta atualmente com 16 bibliotecas e 1 biblioteca móvel, e faz parte da unidade do SESC em Casa Amarela. A instituição se localiza à Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, no bairro da Mangabeira, zona Nordeste da cidade do Recife. A Biblioteca Marcus Accioly possui um acervo de quase 7.000 volumes, além de estações de computadores com acesso à internet, buscando fortalecer “as pesquisas e percepções que permitam a auto-educação, colocando à disposição acervos e eventos que despertem interesses e necessidades da clientela, além do fácil acesso e desenvolvimento de práticas de incentivo à leitura” (SESC, 2022). Na sua programação, a biblioteca conta com oficinas, saraus, rodas de leitura, contação de histórias e palestras, além de dar suporte às atividades dos outros setores da instituição. A entrevista que levou pouco mais de 40 minutos foi realizada através do Google Meets e foi gravada a fim de ser transcrita.

Imagem 6 - Fachada do SESC Casa Amarela



Fonte: Freitas (2021)⁴⁷

⁴⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/04/unidades-do-sesc-tem-servico-para-auxiliar-pessoas-com-dificuldade-a-agendar-vacinacao-contr-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

Imagem 7 - Mediação cultural na Biblioteca Marcus Accioly



Fonte: Sesc⁴⁸

5.1.4 Biblioteca Jornalista Carlos Percol - COMPAZ Escritor Ariano Suassuna

A Biblioteca Jornalista Carlos Percol é integrante da Rede de Bibliotecas pela Paz e por isso busca “Ser reconhecida como Biblioteca modelo, tornando-se um ponto de convivência e propagação da cultura de paz, leitura, entretenimento e lazer, atraindo o público através de diversas formas de manifestar o conhecimento” (PERNAMBUCO, 2021, p. 3). A Biblioteca Jornalista Carlos Percol, assim como o COMPAZ Escritor Ariano Suassuna, se localiza à Av. Abdias de Carvalho, no bairro do Cordeiro.

Essa unidade do COMPAZ e sua biblioteca foram inauguradas em 27 de março de 2017, pouco mais de um ano após a inauguração do COMPAZ Governador Eduardo Campos e da Biblioteca Afrânio Godoy⁴⁹. A Biblioteca Jornalista Carlos Percol possui um acervo com mais de 7.000 volumes, entre livros, CDs, DVDs e periódicos, e oferece serviços de empréstimo e consulta, além de computadores com acesso à internet, cabines para estudo e atividades culturais, como mediação de leitura, oficinas de cartoneira, rodas de diálogos e apresentações musicais e circenses. A biblioteca também fornece um apoio às outras atividades oferecidas pelo COMPAZ Escritor Ariano Suassuna, entre elas estão aulas de vôlei, badminton, capoeira, assistência judiciária e consulta ao Procon. A Biblioteca Jornalista Carlos Percol participou da

⁴⁸ Disponível em: <https://www.sescpe.org.br/2018/11/09/no-sesc-casa-amarela-alunos-aprendem-sobre-o-folclore/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

⁴⁹ GABRIEL DIAS. Portal Folhape. **Compaz Escritor Ariano Suassuna, na Zona Oeste do Recife, é inaugurado**. 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/compaz-escritor-ariano-suassuna-na-zona-oeste-do-recife-e-inaugurado/22389/>. Acesso em: 25 dez. 2022.

coleta de dados de forma remota e teve duração de pouco mais que 1 hora, tendo sido gravado para fins de transcrição.

Imagem 8 - Fachada do COMPAZ Escritor Ariano Suassuna



Fonte: Prefeitura do Recife⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-o-compaz-fabrica-de-cidadania-do-recife>.

Acesso em: 28 dez. 2022.

Imagem 9 - Biblioteca Jornalista Carlos Percol



Fonte: Gondim (20--)⁵¹

Imagem 10 - Atividade da Biblioteca Jornalista Carlos Percol na área externa do COMPAZ



Fonte: Prefeitura do Recife⁵²

⁵¹ Disponível em: http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/galeria/2017,04,04,7159_galeria.html. Acesso em: 28 dez. 2022.

⁵² Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/node/289675>. Acesso em: 28 dez. 2022.

5.1.5 Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite

A Biblioteca Popular de Afogados teve sua criação autorizada a partir da Lei n.º 1696 em 1952, implantada pela Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, tendo sua inauguração três anos depois, em 1955. A biblioteca esteve ligada à Gerência de Centros de Pesquisa e Formação Cultural da Diretoria de Gerência de Equipamentos Culturais a partir de 1979, com a criação da Fundação de Cultura da Cidade do Recife. A Biblioteca Popular de Afogados é uma referência entre as bibliotecas públicas recifenses há muito tempo (PERNAMBUCO, 2022).

Com obras que incluem livros didáticos, técnicos, universitários, e da literatura universal, que passeiam entre literatura brasileira, universal, juvenil, infantil e biografias, além de CDs, DVDs, enciclopédias, dicionários, periódicos e almanaques diversos, o acervo conta hoje com mais de 17.000 volumes. Esse acervo está disponível para consulta e empréstimo, mas estes são apenas alguns dos serviços oferecidos pela biblioteca que disponibiliza também estação de computadores com acesso à internet, aulas de xadrez, além de realizar atividades culturais como rodas de diálogos, contações de histórias, apresentações musicais e concurso de poesias. A biblioteca funciona das 09:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira.

Em 2016 a Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite foi revitalizada e passou a fazer parte da Rede de Bibliotecas Pela Paz, compartilhando com as outras bibliotecas a missão de difundir a cultura de paz, estimular o acesso à leitura e o conhecimento e a prática cidadã. A Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia e a Biblioteca Popular de Casa Amarela Jornalista Alcides Lopes são até o momento as únicas bibliotecas da Rede de Bibliotecas Pela Paz que não estão integradas a uma unidade do COMPAZ. Para essa pesquisa, realizou sua participação de forma virtual, em uma entrevista que durou pouco mais de 1 hora e foi gravada para fins de transcrição.

Imagem 11 - Fachada da Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite



Fonte: Página do Facebook da Biblioteca Popular de Afogados Jornalista Ronildo Maia Leite⁵³

Imagem 12 - Biblioteca Popular de Afogados após revitalização



Fonte: Barros (2017)⁵⁴

⁵³ Disponível em: <https://web.facebook.com/profile.php?id=100069163786999>. Acesso em: 28 dez, 2022.

⁵⁴ Disponível em: <https://m.blogs.ne10.uol.com.br/casasaudavel/2017/01/24/biblioteca-de-afogados-jornalista-ronildo-maia-leite-promove-la-contacao-de-fabulas-para-idosos/>. Acesso em: 28 dez, 2022.

Imagem 13 - Mediação cultural realizada na Biblioteca Popular de Afogados



Fonte: Tenório (2017)⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/04/2017/biblioteca-popular-de-afogados-completa-um-ano-de-reinauguracao>. Acesso em: 28 dez. 2022.

6 ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista o que foi previamente exposto, sobre o papel social das BP e as questões de gênero e sexualidade, resolveu-se colocar uma lupa na cidade do Recife, capital de Pernambuco, visando averiguar em que pé está a atuação das BP espalhadas pela cidade no que toca a população LGBTQIAP+, bem como a percepção das pessoas a frente desses espaços sobre as demandas informacionais desses sujeitos e a ausência de políticas culturais para nortear o debate sobre questões de gênero e sexualidade no espaço das bibliotecas.

6.1 Resultado das entrevistas

A fim de garantir respostas mais sinceras e resguardar a integridade dos participantes, a identidade dos entrevistados foi preservada. Sendo assim, cada um deles receberá um pseudônimo de uma personalidade queer retirada do livro “Heróis e exílios: ícones gays através dos tempos” de Tom Ambrose, publicada pela editora Gutenberg em 2011 com tradução de Elisa Nazarian. A ideia do formato de apresentação das respostas e do pseudônimo dos entrevistados é inspiração direta do artigo “A literatura que não ousa dizer seu nome: percepções das bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) acerca da mediação de leitura com temática LGBT” de Carlos Wellington Soares Martins e Thais dos Santos Rodrigues, presente no livro “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTIA+ na Ciência da Informação”.

As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade dos participantes, sendo algumas presencialmente e outras, virtual. A entrevista foi guiada pelo roteiro que consta no Apêndice A, mas sem se manter preso a ele, possibilitando uma troca contínua de conhecimentos. Ao todo, foram entrevistadas 5 pessoas, sendo 4 profissionais de biblioteconomia, 1 homem e 3 mulheres, e 1 pedagogo. As pessoas entrevistadas tinham entre 26 e 43 anos.

Inicialmente buscou-se entender qual o aporte teórico que os profissionais à frente dessas instituições possuem sobre a temática.

Quadro 3 - Respostas sobre formação dos entrevistados

Você já participou de algum curso/formação/ação cujo tema era diversidade de gênero e sexual?	
Benvenuto Cellini	“Participei sim, por ser profissional da educação sempre busquei participar e conhecer sobre esses temas transversais para nortear

	uma educação mais justa e igualitária. Faz parte do nosso rol de formação.”
Catharina Linck	“Eu cheguei a me inscrever duas vezes num curso ofertado pela Prefeitura [do Recife], da Secretaria da Mulher, mas eu nem iniciei. Depois do Congresso de Biblioteconomia, formaram-se grupos de estudo e um deles tratava sobre essa temática nas bibliotecas e eu entrei. Eu fiquei recebendo vários e-mails, discussões, estudos, mas eu não aprofundei de fato.”
Gertrude Stein	“Eu só participei de uma, anos atrás, aqui na própria instituição. Devido a uma situação de homofobia onde um funcionário terceirizado pegou dois adolescentes gays dentro do banheiro e deu um tapa em um desses garotos; isso levou a ONG ‘Movimento LGBT Leões do Norte’ a fazer uma formação de 1 semana para ampliar os horizontes daqueles funcionários da casa com a cabeça mais fechada.”
James Baldwin	“Não lembro; acredito que não. Pesquisei sobre, mas nenhum curso ou formação. Devo ter visto algum trabalho em congressos, ENEB [Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação], EREBD [Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação], pois é um tema que estava sempre em pauta. Posso ter participado, mas algo marcante mesmo eu não lembro.”
Oscar Wilde	“Apenas aquelas realizadas pela própria instituição à qual a biblioteca está ligada.”

Fonte: O autor (2022)

Pôde-se observar que a grande maioria possui um aporte ainda muito incipiente, com baixa iniciativa em busca de conhecimento, com exceção de Benvenuto Cellini, único entrevistado que não é bibliotecário. Isso traz luz a um problema já apontado no capítulo 3, no qual observamos uma Biblioteconomia brasileira que ainda assimila muito do viés tecnicista e que parece querer enxergar de maneira muito turva uma atuação que vá além do tradicional serviço de referência, códigos decimais de classificação e normas de catalogação.

Silva e Aluzo (2019), afirmam que essa persistente preocupação com a parte técnica da atuação bibliotecária, tem formado profissionais com baixo empoderamento, passivos e pouco críticos dentro do processo de ensino-aprendizagem. Evidencia-se, então, a necessidade de uma biblioteconomia mais firmada no paradigma social, e para tanto, necessitando que a formação dos profissionais seja modernizada e acompanhe as discussões e necessidades atuais da sociedade.

Utilizando o gancho da pergunta anterior, foi questionado se as bibliotecas ou as instituições a que estão ligadas realizaram treinamento(s) para os funcionários tendo o trabalho com a população LGBTQIAP+ como público-alvo.

Quadro 4 - Respostas sobre treinamento das instituições

Houve algum treinamento para os funcionários visando o trabalho com a população LGBTQIAP+?	
Benvenuto Cellini	“Sim, a instituição à qual a biblioteca faz parte conta com gerências para tratar de temas raciais e relacionados à comunidade LGBTQIAP+ que sempre realizam treinamentos e formações. Então participamos com bastante frequência.”
Catharina Linck	“Tivemos treinamento. Algumas formações são organizadas; cada mês é uma temática e já teve uma formação com esse tema.”
Gertrude Stein	“O único treinamento foi esse mencionado anteriormente, que contemplou apenas os funcionários da casa. Inclusive os funcionários envolvidos no ocorrido que levou à formação sequer participaram dessa atividade por serem terceirizados.”
James Baldwin	“Não, nunca houve. Agora temos um grupo de estudos com os bibliotecários ligados à instituição onde sempre surgem temas sociais, mas ainda é bem recente e foi uma iniciativa dos próprios funcionários, não da gestão.”
Oscar Wilde	“Sim, os funcionários são instruídos a lidar com essas questões de forma muito natural, evitando possíveis constrangimentos quanto ao uso do nome social, do gênero de tratamento, etc.”

Fonte: O autor (2022)

Observa-se que grande parte dos entrevistados passaram por algum treinamento em seu local de trabalho, mas chama a atenção a resposta dada por Gertrude Stein, que demonstra que a única ação desse tipo ocorreu devido a um caso de homofobia envolvendo funcionários e usuários. É interessante notar que, como relatado por ela durante a pergunta anterior, a formação ocorreu não por iniciativa da própria instituição, mas por intervenção de uma ONG que já atua no combate à LGBTQIAPfobia em Pernambuco.

Em seguida, foi questionado sobre o público que frequenta essas bibliotecas.

Quadro 5 - Respostas sobre treinamento das instituições

A biblioteca considera a população LGBTQIAP+ como usuários reais ou potenciais?	
Benvenuto Cellini	“Consideramos usuários reais. Nesse território [em que a biblioteca está localizada] existe uma presença muito ativa da comunidade LGBTIA+. [...] Inclusive por alguns dos nossos colaboradores se identificarem como membros dessa comunidade.”
Catharina Linck	“Eu acredito que são usuários reais. Por mais que não façamos muitas atividades ainda, até porque não é legal fazer um evento só para isso, mas atende todo mundo. Só não supre a demanda enquanto biblioteca porque tem poucos livros sobre essa temática no nosso acervo; se brincar não tem nenhum.”
Gertrude Stein	“Não há um trabalho específico [para a população LGBTQIAP+], mas devido uma reforma proposta pelos funcionários há um trabalho mais humanizado de forma geral.”
James Baldwin	“Usuários reais. Tanto do grupo jovem da instituição quanto das escolas em torno da biblioteca que frequentam o espaço, sempre tem pessoas da comunidade [LGBTQIAP+].”
Oscar Wilde	“A função da biblioteca pública é atender a todos sem distinção. Não percebemos uma demanda pontual específica. Atendemos a todos.”

Fonte: O autor (2022)

O sentimento que fica após observarmos algumas respostas da terceira pergunta é de que caráter generalista da BP é usado como forma de se escusar do fato que os sujeitos que fazem parte dessa população ainda são considerados apenas como usuários potenciais, quiçá como não-público, definição elaborada por Fleury que visitamos anteriormente no terceiro capítulo. Trazendo luz para algumas respostas, surgem outros questionamentos. Oscar Wilde, por exemplo, diz não perceber uma demanda específica do público LGBTQIAP+ que frequenta a biblioteca, mas será que ela não existe de fato ou não tem sido feito um trabalho para que ela seja percebida?

Catharina Linck, por mais que afirme que a população LGBTQIAP+ sejam usuária real, infere que não há nenhum livro no acervo sobre a temática, trazendo à tona mais uma vez a ausência de uma biblioteconomia social que se manifeste através das coleções de uma biblioteca, como aponta Almeida (2022, p. 10):

precisamos que as coleções dessas bibliotecas reflitam essa atuação social da Biblioteconomia, não mais rígida, burguesa e fria, mas empática, sensível e

comprometida com as questões dos mais diversos sujeitos que encontram nesses espaços e em seus acervos um caminho possível para a mudança.

Ainda assim, é preciso considerar que as BP oferecem outros serviços e produtos que vão além da consulta e empréstimo do acervo, incluindo, como vimos anteriormente, atividades de formação, orientação para busca, uso e produção de informação, mediação cultural, etc. Por isso, pensando no público que frequenta essas bibliotecas, na ausência ou na presença de pessoas LGBTQIAP+, questionou-se sobre os produtos e serviços ofertados aos usuários.

Quadro 6 - Respostas sobre serviços voltados à população LGBTQIAP+ nas bibliotecas

A biblioteca oferece serviços e produtos voltados para a população LGBTQIAP+? Se sim, quais? Se não, por quê?	
Benvenuto Cellini	“Oferecemos sim. Temos um acervo muito plural, muito acessível, e sempre tentamos trazer esses temas transversais para rodas de diálogos. Não chamamos de palestras, é sempre roda de diálogos, conversas, papos retos, e esses temas transversais são norteadores. [...] Como é um território muito forte para essa comunidade, não faria sentido deixá-los de fora. Inclusive a biblioteca fomenta na comunidade o ‘gaymado’ e lá levamos o debate, não apenas da prática esportiva, mas para fortalecer a pluralidade da sociedade.”
Catharina Linck	“Eu acredito que sim, abraçando não só esse público, mas todos. Mas atividades voltadas para esse público ainda não, até porque passamos um tempo sem atividades, tivemos poucas esse ano.”
Gertrude Stein	“Não oferece ainda, por se tratar de uma biblioteca pública, os serviços e produtos são mais generalizados. [...] Uma coisa que pode talvez atrapalhe essas coisas de acontecerem é que a biblioteca não passou pelo processo de modernização que estava previsto, mas aos poucos a instituição vem retornando com isso.”
James Baldwin	“Ofertamos sim. Não é nada periódico, mas é algo que a gente sempre tenta abordar nas ações. Coisas rotineiras de biblioteca mesmo: posição dos livros do acervo da biblioteca, divulgação nas redes sociais... Fizemos o BiblioCultural, um evento para celebrar o centenário da Semana de Arte Moderna e na culminância a mediação escolhida foi as artes cênicas. Fizemos uma roda e com a bandeira do Brasil em mãos cada um deveria fazer um protesto, algo que gostaríamos de mudar no país, e a pauta LGBTQIAP+ foi muito discutida. Na Mostra Pedagógica de Artes, no ano passado, trabalhamos o livro “Amar é crime” de Marcelino Freire, onde o autor traz diversas temáticas sociais importantes e entre elas a diversidade sexual e a LGBTfobia. Essas são algumas atividades marcantes que fizemos nesse sentido.”

Oscar Wilde	“Na biblioteca temos um calendário de ações em que embutimos essas temáticas. Não há um tempo específico para ofertar, por exemplo, uma roda de diálogo sobre homofobia, mas se um parceiro vem com uma proposta para oferecer damos um jeito de incluir no calendário. Principalmente porque, como biblioteca pública, é muito incerto se vai ter ou não adesão do público.”
--------------------	---

Fonte: O autor (2022)

Pôde-se observar que grande parte das bibliotecas entrevistadas relatam oferecer serviços e ações sobre as questões de gênero e sexualidade, porém evidencia-se novamente o aspecto tradicional da BP em algumas falas, como as de Catharina Linck e Oscar Wilde, que atrelam o debate sobre questões LGBTQIAP+ com a exclusão de sujeitos que não se identificam como parte dessa população, ainda que essa seja uma temática que diz respeito a todos, pois o papel da biblioteca precisa ser formativo, informativo e afetivo.

Nota-se que o formato mais utilizado na discussão das questões de gênero e sexualidade seja a roda de diálogo, o que pode ser resultado da falta de material e/ou acervo que possibilite outros formatos de mediação cultural. Um dos destaques vai para a fala de Benvenuto Cellini sobre o apoio da biblioteca ao “gaymado”⁵⁶, que evidencia uma biblioteca cuja atuação transpassa as paredes que a delimitam e alcançam o espaço onde a informação e o debate se fazem necessários. Ao invés de uma espera passiva para que a demanda chegue à biblioteca, Benvenuto Cellini aponta uma biblioteca ativa que vai atrás da demanda e do seu público.

A pergunta seguinte foi exclusiva sobre pessoas trans e travestis, pois, como vimos no capítulo 4, vivemos no país que mais matou pessoas trans e travestis no mundo no ano de 2021. Questionou-se o preparo dessas bibliotecas para o acolhimento humanitário com esses sujeitos.

Quadro 7 - Respostas sobre o tratamento de pessoas trans e travestis nas bibliotecas

No caso das pessoas trans e travestis, a biblioteca é preparada para lidar com o nome social dessas pessoas? Considerando sistema, tratamento, etc.	
Benvenuto Cellini	“Sim, o sistema tem um campo específico para nome social. Inclusive somos orientados a [no ato do cadastramento do usuário] perguntar primeiro o nome social antes de qualquer coisa para que ele seja identificado pelo nome e gênero de preferência.”
Catharina Linck	“Sim, realmente fizemos um treinamento para isso. Na prática,

⁵⁶ Prática esportiva do popular jogo infantil queimado, também conhecido como queimada ou jogo do mata, realizado por grupos de pessoas LGBTQIAP+.

	ainda não presenciei nenhuma situação nesse sentido. No sistema, temos o campo do nome social. Elaboramos há pouco a cartilha para o empréstimo de livros e o cadastro do usuário e colocamos o espaço para o nome social.”
Gertrude Stein	“Hoje, sim, considerando o tratamento dos funcionários, mas o sistema é desatualizado e ainda não possui campo para o nome social. A alternativa encontrada foi colocar o nome social entre parênteses depois do nome de registro.”
James Baldwin	“Estamos com um sistema novo e muita coisa ainda está em construção. Uma coisa que percebemos foi essa questão do nome social, que não tinha esse campo no sistema, e levamos isso à gestão que conseguiram incluir isso no nosso sistema. Quanto ao tratamento, eu acredito que sim, a equipe é ciente quanto a essas questões e trata sim pelo nome social.”
Oscar Wilde	“Sim, na sequência do cadastro, o nome social se encontra após o nome de registro. Após colocarmos todas as informações presentes no documento apresentado no ato de cadastro, somos instruídos a perguntar o nome social. Se no documento já constar essa informação, não precisamos nem perguntar, mas, caso não, a pergunta já é padrão. É um direito. Sempre precisamos ofertar formações nesse tocante pra continuar batendo nessa tecla.”

Fonte: O autor (2022)

Felizmente, quase todas as respostas foram positivas sobre o tratamento de gênero e o uso do nome social na inscrição da biblioteca. Cerqueira, Denega e Padovani (2020) argumentam que o tratamento e uso do nome social são imprescindíveis para o processo de validação e autoaceitação, resultante na inclusão social das pessoas trans e travestis, principalmente envolvendo serviços e espaços públicos.

Destaca-se a resposta de James Baldwin relatando que, quando o sistema atual foi implementado na biblioteca em que trabalha, o campo para o nome social não existia, mas foi posteriormente incluído por reivindicação dos próprios bibliotecários. Gertrude Stein é a única que responde negativamente quanto ao campo do nome social na inscrição; a solução encontrada pela instituição de colocar o nome social após o nome de registro, ainda que tenha boas intenções, promove a revitimização e o apagamento da identidade desses sujeitos, uma vez que o nome tido como morto é a primeira informação sobre ele recuperada.

Sendo assim, questionou-se também sobre eventuais banheiros existentes na instituição e sobre estes serem espaços seguros às pessoas LGBTQIAP+ que frequentam essas bibliotecas.

Quadro 8 - Respostas sobre banheiros nos prédios das bibliotecas

O prédio em que se localiza a biblioteca possui banheiros? Esses banheiros são inclusivos, ou seja, são espaços seguros para usuários e funcionários, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade?	
Benvenuto Cellini	“Sim, nossos banheiros são todos inclusivos, com placas na porta deixando isso bem claro. A instituição a que a biblioteca está ligada faz questão de que essa seja uma política bem efetiva e afetiva. [...] Inclusive todos os banheiros, masculinos e femininos, possuem fraldário; é muito raro ver fraldário em banheiros masculinos. Isso também mostra o cuidado nessas questões.”
Catharina Linck	“Sim, nos banheiros têm adesivos falando ser para usar conforme a pessoa se enxerga, no seu gênero. Eu não sei os funcionários da limpeza, que ficam na manutenção dos banheiros, mas eu nunca presenciei nenhuma situação ou soube que eles passaram por algum treinamento para evitar algum constrangimento.”
Gertrude Stein	“Não posso afirmar, mas acredito que sim. Não há nenhuma sinalização quanto a isso, mas desde a situação mencionada anteriormente nada do tipo voltou a acontecer. Mas subentende-se que a pessoa pode usar o banheiro que se sente mais à vontade.”
James Baldwin	“Nossos banheiros são sinalizados apenas como masculino e feminino, não há nenhuma sinalização de inclusão como vemos em outros espaços. Acredito que pode haver algum constrangimento por parte dos próprios frequentadores da instituição.”
Oscar Wilde	“Todos os banheiros possuem plaquinhas na porta informando que esse espaço é de quem se identificar, independente de gênero, raça, sexualidade, classe social...”

Fonte: O autor (2022)

Todas as instituições possuem banheiros, mas, ainda que as respostas tenham sido unânimes quanto aos usuários poderem usar o banheiro conforme o gênero que se identificam, duas delas não possuem sinalização nesse sentido. É importante destacar que, conforme relato por Gertrude Stein anteriormente, uma das instituições já teve, inclusive, um caso de homofobia envolvendo o espaço do banheiro. Para reverter esse cenário e evitar situações como essa, tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5008/2020, de autoria de David Miranda (PSOL-RJ), que “proíbe expressamente a discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero em banheiros, vestiários e assemelhados, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho” (BRASIL, 2020).

Ainda que uma sinalização sobre o quão inclusivo o sanitário é, presente nas respostas de Benvenuto Cellini, Catharina Linck e Oscar Wilde, não seja o único trabalho que uma instituição precisa fazer nesse sentido, esta pode ser uma boa solução para evitar possíveis constrangimentos como relatado por James Baldwin. Ainda assim, fica a ressalva de Catharina Linck sobre a existência de sinalização, mas nenhum treinamento realizado com os funcionários responsáveis pela manutenção que ficam, conseqüentemente, mais presentes nesses espaços.

Um destaque positivo foi o dado por Benvenuto Cellini sobre a existência de fraldários nos banheiros masculinos, uma vez que estes são encontrados com muito mais facilidade em banheiros femininos, resultado das papéis de gênero que relega à mulher o papel de cuidar dos filhos, como vimos no capítulo 4.

Adiante, os entrevistados foram perguntados sobre uma possível importância na atuação das pautas da comunidade LGBTQIAP+.

Quadro 9 - Respostas sobre temáticas LGBTQIAP+ nas bibliotecas

Você considera que é importante que as bibliotecas abordem temáticas relativas à população LGBTQIAP+? Por quê?	
Benvenuto Cellini	“Extremamente. É importantíssimo que paremos com esse padrão capitalista de debater temas em datas específicas como a consciência negra só em novembro, ou os direitos das mulheres só em março... Inclusive estamos em discussão sobre a construção desse calendário de ações da biblioteca para o ano que vem, pensando em debater questões como essas o ano inteiro. É importantíssimo que a biblioteca ofereça esse espaço e fomente para que esses movimentos sociais ocupem a biblioteca.”
Catharina Linck	“Eu acredito que sim. Nós vivemos ainda numa sociedade muito preconceituosa e todo mundo tem direitos iguais, então a gente quer que todo mundo seja olhado com respeito, com carinho e que se sinta à vontade vivendo nisso de ir e vir para qualquer lugar. A gente vê bastante no nosso público infantil uma fala carregada com muito preconceito, então é extremamente importante tratar e fazer atividades para esse despertar.”
Gertrude Stein	“Óbvio que sim. Como é uma biblioteca pública, todos precisam ser contemplados. Fica difícil devido à ausência de propostas chegando à instituição, pois acho improvável que a gerência vá atrás dessas parcerias para fazer as ações acontecerem.”
James Baldwin	“Eu acho importante, pela própria questão do respeito à

	diversidade. As bibliotecas precisam fortalecer essa pauta.”
Oscar Wilde	“Importantíssimo. Por atendermos ao público geral, todos são usuários, todos têm direitos. É preciso estar reafirmando isso o tempo todo. Assim como os nossos acervos precisam estar preparados também.”

Fonte: O autor (2022)

Foram unânimes as respostas positivas, apontando principalmente a importância das bibliotecas em propagar o respeito e a inclusão desses sujeitos, tendo em vista o papel da BP frente às populações marginalizadas, conforme relatado nos capítulos 2 e 3 desse trabalho. Destaca-se a fala de Catharina Linck sobre a importância em tratar essas temáticas com as crianças, sensibilizá-las desde cedo a fim de construir uma sociedade mais igualitária num futuro próximo, como corrobora Vieira e Karpinski (2019, p. 71): “conhecer as minorias sociais e as causas de sua exclusão por meio da literatura infantil não só ajuda a criança a romper os preconceitos estabelecidos pela sociedade, como fomenta a criação do senso crítico.”

Contudo, podemos observar um contraponto entre as respostas dadas a essa pergunta, apontando a importância das bibliotecas em tratar essas temáticas, e aquelas dadas à pergunta 4, onde algumas respostas relataram não oferecer ações à população LGBTQIAP+ a fim de manter um trabalho generalizado, tendo em vista o perfil da BP. Seria então importante tratar dessas temáticas, mas essa importância é ignorada em detrimento de uma atuação “generalista”?

Fica o questionamento se esse trabalho geral, para todos, consegue alcançar as pessoas LGBTQIAP+, povos originários, pessoas em situação de rua, pessoas analfabetas, etc. Gertrude Stein destaca a necessidade de proposições que venham da própria comunidade, escusando a BP do seu papel de realizar campanhas e ações que chamem esses grupos para dentro desses espaços a fim de que essas propostas sejam construídas conjuntamente, pois a BP não pode esperar passivamente por essas mudanças, ela precisa fomentá-las.

Considerando a importância das temáticas LGBTQIAP+ nas bibliotecas, questionou-se aos participantes sobre a visibilidade ou a ausência dela nas bibliotecas em geral.

Quadro 10 - Respostas sobre visibilidade LGBTQIAP+ nas bibliotecas

Você acredita que a população LGBTQIAP+ encontra visibilidade nas bibliotecas em geral? Por que isso acontece?	
Benvenuto Cellini	“Infelizmente não. Deveria, mas infelizmente ainda não. Acho que estamos avançando, mas ainda há muito que ser feito. Acredito que [isso aconteça] por questões burocráticas. A biblioteca precisa ser mais acessível. Nós, enquanto bibliotecas públicas, precisamos avançar mais para que tenhamos espaços bacanas, inclusivos e que celebrem essa pluralidade.”
Catharina Linck	“Sinceramente, eu acho que não. Eu pensei em responder sim, por causa da minha bolha, mas quando a gente sai dela e vai para outros espaços de bibliotecas, eu acho que ainda não existe tanto quanto eu acredito que seja necessário. Acho que isso acontece na minha bolha porque já existe essa sensibilidade em saber da importância da temática, de trabalhar esse tema e explorar isso no dia a dia da biblioteca, no acervo, nas atividades... Mas quando você observa outras bibliotecas, principalmente escolares, eu ainda enxergo muita dificuldade em abordar essas temáticas.”
Gertrude Stein	“Eu particularmente não. Acredito que [isso aconteça] por serem reivindicações relativamente recentes, que acabaram sendo abafadas no governo atual.”
James Baldwin	“Acredito que algumas mais do que outras. Algumas bibliotecas têm um trabalho mais forte quanto à população do que a maioria das bibliotecas. Acredito [que isso aconteça] por certo medo de represálias.”
Oscar Wilde	“Ainda não. Acredito que isso aconteça porque as bibliotecas ainda enfrentam dificuldade em acompanhar as mudanças sociais. Pensando no acervo mesmo: a gente solicita aquisição de uma temática que está bombando e quando a compra chega já tem outro assunto do momento. Fica difícil acompanhar, mas tentamos nosso melhor.”

Fonte: O autor (2022)

Novamente, as respostas foram unânimes. Alguns atribuem essa invisibilidade a um déficit generalizado das bibliotecas em acompanhar as mudanças sociais, reverberando a necessidade de uma biblioteca mais ativa no tocante dessas pautas. Gertrude Stein destaca inclusive o abafando dessas discussões durante o governo do único presidente não reeleito da história do Brasil, que pode estar diretamente ligada ao medo de represálias apontado por James

Baldwin como um dos motivos da baixa visibilidade das temáticas LGBTQIAP+ nas bibliotecas.

Ainda assim, não podemos esquecer que essa invisibilidade se dá pelos fatores já apontados ao longo deste trabalho, como a ausência de políticas públicas e políticas culturais, escolas de Biblioteconomia focadas no processamento técnico resultantes em profissionais passivos incapazes de acompanhar as discussões das pautas sociais, além da LGBTQIAPfobia que está enraizada na sociedade construída sobre uma base machista, patriarcal, racista, burguesa e higienista.

A pergunta seguinte foi sobre a demanda dos usuários destas bibliotecas por temáticas LGBTQIAP+.

Quadro 11 - Respostas sobre demandas LGBTQIAP+ nas bibliotecas

Você enxerga que existe uma demanda do público que frequenta a biblioteca por temáticas LGBTQIAP+? Se sim, qual o mais buscado? Livros, cursos, debates?	
Benvenuto Cellini	“Sim. O que eles mais buscam são rodas de conversa sobre respeito e inclusão. A maioria dos nossos usuários são estudantes do ensino básico e eles chegam com essas demandas porque as escolas ainda não têm pautado essas discussões. Cartilhas e panfletos também são buscados, sobre questões LGBTQIA+ e gravidez na adolescência, por exemplo. Como o número de literaturas no acervo ainda é baixo, eles buscam por esses outros suportes.”
Catharina Linck	“Eu ainda não presenciei nenhuma situação, nem por livro e nem por atividade, mas conhecendo o meu público: tendo livro e tendo atividade sobre, eles vão abraçar a ideia.”
Gertrude Stein	“Não existe uma demanda. Pelo menos ela não foi notada ainda”
James Baldwin	“Existe. O que eles mais buscam são livros. Nós temos alguns livros com essa temática no nosso acervo, mas acredito que falta investir na aquisição de mais e novos títulos.”
Oscar Wilde	“Não notamos ainda uma demanda pontual. Acredito que o usuário nessa condição [membro da população LGBTQIAP+] pode buscar na biblioteca informação sobre qualquer coisa, que não esteja obrigatoriamente ligado à essas questões, como qualquer outro usuário, porque a biblioteca pública é para todos.”

Fonte: O autor (2022)

As respostas foram mistas. Gertrude Stein, Catharina Linck e Oscar Wilde não notaram ainda uma demanda em suas bibliotecas. Interessante notar que entre os que apontaram a existência dessa demanda, James Baldwin foi o único que relatou que livros eram o mais buscado, enquanto Benvenuto Cellini relatar uma busca maior por rodas de diálogos e debates. Isso pode acontecer por um número ainda baixo de títulos LGBTQIAP+ nos acervos das bibliotecas, como apontado por James Baldwin e Benvenuto Cellini.

Contudo, evidencia-se que não houve relatos sobre essas demandas ou que a ausência delas tenha sido constatada através de um estudo de usuários, sendo este uma parte importante para a apropriação desses usuários do espaço da BP, pois “sem um estudo de usuários destas minorias torna-se inviável o planejamento de qualquer atividade inclusiva tendo em vista o desconhecimento das realidades dessas pessoas e suas reais necessidades de informação” (VIEIRA; KARPINSKI, 2019, p. 73). A biblioteca parece esperar a demanda aparecer por parte de outra pessoa, porém se o debate está na sociedade, então as ações, acervos e políticas de informação e mediação cultural devem fazer esse debate e torná-lo visível.

Adentrando o tópico das políticas culturais para bibliotecas, os entrevistados foram questionados sobre políticas para a população LGBTQIAP+ nas BP.

Quadro 12 - Respostas sobre políticas culturais para LGBTQIAP+ nas bibliotecas

Você acredita e conhece que a criação de políticas culturais poderia assegurar a inserção dessas temáticas nas bibliotecas públicas?	
Benvenuto Cellini	“Claro, quanto mais políticas, melhor. Acredito que a partir de 2023 o Governo Federal estará mais voltado para políticas efetivas, visando o cuidado, o zelo, o amor... Acredito que com isso poderemos avançar mais no respeito e na tolerância. É importante que sejam políticas transversais; que a cultura esteja na biblioteca, que a educação também esteja. Não adianta que alguma secretaria faça alguma ação isolada. Não dá para falar sobre as questões LGBTs sem falar de saúde, do acesso à cultura, à tecnologia, empregabilidade... Quanto mais políticas públicas, mais acolhida a comunidade LGBTQIA+ vai estar.”
Catharina Linck	“Não conheço nenhuma política, acredito que não exista e pior: também não vejo nenhuma movimentação nem trabalho para se ter uma política nesse sentido. Seria maravilhoso, mas a gente mal consegue verba para comprar livros... Não conseguimos nem acompanhar as temáticas com o nosso acervo.”
Gertrude Stein	“Acredito que com a criação de políticas públicas a situação muda de figura. Faço um paralelo com o movimento das questões raciais,

	hoje posso salientar que podemos fazer mais coisas relacionadas à comunidade negra devido à criação de políticas públicas. Falta essa aproximação do legislativo à comunidade [LGBTQIAP+].”
James Baldwin	“Acredito que sim. Não conheço nenhuma política pública voltada para essa temática.”
Oscar Wilde	“Não conheço políticas públicas de grande visibilidade, mas acredito que os núcleos que já tratam dessas temáticas existentes nas secretarias e prefeituras podem ser fortalecidos pela criação de políticas públicas nesse sentido. As políticas públicas são de larga escala, mas acho que o que é muito importante é a parceria com quem já atua nesses segmentos.”

Fonte: O autor (2022)

Todos os entrevistados afirmaram não conhecer nenhuma política cultural nesse sentido específico, mas grande parte afirma que políticas públicas nesse sentido específico podem viabilizar o tratamento das questões de gênero e sexualidade nas bibliotecas. Gertrude Stein, inclusive, faz um paralelo bastante interessante com as questões relativas à raça que ganharam mais força social quando foram amparadas por políticas públicas que democratizaram essas discussões. Conforme já apontado a deficiência das políticas culturais para bibliotecas, questionou-se, portanto, a existência de uma demanda por parte desses profissionais para a criação de uma política cultural visando remediar essa situação específica.

Quadro 13 - Respostas sobre demandas profissionais por política cultural

É uma demanda para você, enquanto profissional, a criação de uma política pública para nortear a atuação das bibliotecas públicas quanto à população LGBTQIAP+?	
Benvenuto Cellini	“Sim, é super válido. Inclusive nós, agentes públicos, precisamos provocar esses debates. É muito importante que esses espaços públicos sejam provocadores para acolher essa população. É essa demanda, quando a gente não provoca, a sociedade provoca e a provocação vem de diversas maneiras. Basta apenas estar atento e disposto a querer ouvir essas provocações.”
Catharina Linck	“Eu não tenho essa demanda, mas se tivesse eu abraçaria com unhas e dentes.”
Gertrude Stein	“Como somos uma biblioteca pública, temos que ser generalistas, mas acredito que ações para esse público seriam bem-vindas sim. Então não é uma demanda minha, especificamente, mas poderia somar. A razão da biblioteca é o público.”

James Baldwin	“Sim, é uma demanda minha, seria bem importante.”
Oscar Wilde	“Sim, é importante que se tenha, sim. Porém, mais importante para mim, é que dentro dessa política geral existam ações que se aproximem dos espaços públicos, pois é nesses lugares que estão as pessoas. O bom da política pública é que ela independe do governo, mas ela ainda fica muito longe dos locais.”

Fonte: O autor (2022)

Os entrevistados reiteram a importância de políticas culturais nesse sentido. Oscar Wilde destaca a força de uma política pública porque ela independe de governo, o que poderia evitar o abafamento desses temas mencionados anteriormente por Gertrude Stein. Embora Oscar Wilde, Catharina Linck e Gertrude Stein afirmem a importância dessas políticas, não as pontuam como demandas profissionais. Quando questionados sobre os pontos que poderiam formar uma política cultural para a população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas, as respostas foram as seguintes:

Quadro 14 - Respostas sobre ações de uma política cultural para temática LGBTQIAP+

Quais ações poderiam ser desenvolvidas para essa população que pudessem formar uma política?	
Benvenuto Cellini	“Acho que o ponto principal é a criação de um fórum temático para ouvir essas demandas. A partir desse fórum, com certeza vão estar surgindo oficinas, propostas de seminários, rodas de diálogos... O ponto principal é ouvir essa população, até para gerar um sentimento de pertencimento. É mega válido a inclusão de mais títulos dessa temática no acervo, mas é importante lembrar que só ter o livro na estante não é o suficiente, é preciso criar ações e estratégias para mediar esse acervo. Só a aquisição não é o suficiente.”
Catharina Linck	“Eu acredito que primeiro poderiam ser formados grupos de diálogo para escutar esse público, entender quais são as necessidades, e aí formar uma grande rede com vários profissionais de diversas áreas para construir isso coletivamente. Mas cartilhas, pensar num acervo proporcional, palestras e em possíveis parceiros, participando das campanhas da própria prefeitura... Pegar materiais informativos e usar durante o ano todo.”
Gertrude Stein	“Firmar parcerias com ONGs e outras instituições, facilitaria essas ações de acontecerem. Acredito que com a realização de um estudo de usuários poderíamos ver que tipo de atividades essa clientela

	quer e detectar as necessidades desse grupo. A gente fala tanto de inclusão, mas com tanta inclusão a gente precisa tomar cuidado pra não excluir.”
James Baldwin	“Acho que um calendário de ações culturais para a biblioteca seria importante. Buscar mais parcerias com grupos LGBTQIAP+, instituições com trabalho já voltado para essa população, e diretrizes para o nosso trabalho na biblioteca mesmo: o que a gente pode ter no acervo, o que a gente pode ofertar em termos de serviço, clubes de leitura temáticos e saraus. Algo mais voltado para o dia a dia da biblioteca mesmo, mas acredito que parcerias principalmente seriam bem importantes.”
Oscar Wilde	“Acredito que o fundamental é versar sobre o que é direito de todos. Não ações que sejam restritivas sobre temáticas específicas. É necessário que essas questões sejam temas transversais e sejam versados em todas as ações da biblioteca, nas rodas de conversas, nas exposições, no acervo...”

Fonte: O autor (2022)

Um ponto em comum entre todos os entrevistados é a importância de parcerias entre as bibliotecas e instituições que já tenham um trabalho voltado à população LGBTQIAP+. Essa interseção pode ser fruto do já citado déficit das escolas de Biblioteconomia em oferecer apoio teórico-prático para o trabalho com esses públicos, fomentando uma sensação de insegurança em realizar esse trabalho individualmente. Outro ponto que se repete é a necessidade de ouvir os usuários sobre as demandas reais, deixando em evidência o possível desconhecimento sobre essas demandas até o momento da entrevista. Destaca-se também entre as respostas a importância de um calendário de ações culturais que possam servir de norte e a aquisição periódica de mais títulos para compor acervo. Por fim, questionou-se aos entrevistados sobre a frequência das ações dessa política cultural.

Quadro 15 - Respostas sobre periodicidade da política cultural para temática LGBTQIAP+

Em qual periodicidade devem ocorrer os pontos de uma política cultural para temáticas LGBTQIAP+ na biblioteca pública?	
Benvenuto Cellini	“Uma vez ao mês. As questões de gênero e sexualidade são um tema tão rico que nos possibilita a criação de subtemas para falar o ano inteiro. É importante não só a discussão, mas ações efetivas para a população LGBTQIA+. [...] É importante que tenhamos muitas atividades e ações atitudinais para podermos acolher essa população.”

Catharina Linck	“Tem de acontecer sempre, todo mês. Uma vez por mês, no mínimo. São 26 dias por mês da biblioteca funcionando, então tem tempo e horário pra fazer atividades com várias temáticas.”
Gertrude Stein	“Fazendo parcerias, mesmo que de forma particular, pode acontecer aleatoriamente, ao longo do ano todo. Se tem o mês de junho, acho que pode ter um foco maior, mas é preciso fazer nos outros meses também para manter uma constância.”
James Baldwin	“Durante todo o ano. Tem essas datas e a gente tem que abordar nelas, trabalhar sobre, mas se estender mesmo, não ficar restrito.”
Oscar Wilde	“Acredito que esses temas precisam ser versados com as outras temáticas e ações ao longo de todo ano. Esses temas são transversais, a gente precisa aprender sobre respeito desde à escola.”

Fonte: O autor (2022)

Mais uma vez, houve unanimidade nas respostas. Todos os entrevistados acreditam que as questões de gênero e sexualidade deveriam ser trabalhadas na biblioteca ao longo de todo o ano, possivelmente todo mês, como sugerem Benvenuto Cellini e Catharina Linck. Para o mês de junho, onde se comemora no mundo inteiro o Mês do Orgulho LGBTQIAP+, as atividades da biblioteca seriam mais focadas e recorrentes, dando destaque ainda maior a esses sujeitos e aos temas relativos a eles.

O que pudemos perceber através dessas entrevistas é um aparente consenso sobre o papel das BP no fomento das discussões relativas a gênero e sexualidade, porém a atuação dessas bibliotecas ainda é pontual e espaçada. Fica evidente que esses profissionais ainda não possuem arcabouço teórico suficiente para um trabalho mais efetivo, seja devido aos projetos políticos-pedagógicos das escolas de Biblioteconomia, seja pela própria instituição à que a biblioteca está ligada, não dispor isso aos seus funcionários. Uma política cultural para bibliotecas parece ser a virada de chave necessária para reverter essa situação, implementando ações durante o ano todo abarcando as 12 dimensões da BP elencadas por Ferraz e Dumont (2018).

6.2 Proposta e diretrizes

A partir do resultado das entrevistas exposto anteriormente, buscou-se elaborar a modulação de diretrizes que norteiem um trabalho mais inclusiva das BP do Recife para a discussão das questões de gênero, sexualidade e temáticas transversais à população LGBTQIAP+ e suas demandas informacionais. Ficou evidente, a partir das entrevistas, que a

maior demanda dos profissionais que atuam nesses espaços é o fortalecimento de parcerias com instituições que embasem o trabalho direcionado a esses sujeitos, devido à defasagem em suas formações acadêmica. Notou-se também a importância de elencar possibilidades de atividades de mediação cultural que possam integrar-se à programação e os serviços dessas bibliotecas. A política cultural estrutura-se da seguinte forma:

Diretrizes para inclusão da população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas

1 Missão

2 Propostas de ações para a biblioteca

2.1 Ações internas

2.1.1 Banheiros

2.1.2 Ciclos de formação

2.1.3 Estudos de usuários

2.2 Serviços para usuários

2.2.1 Uso do nome social

2.2.2 Acervo

2.2.3 Mediação cultural

3 Potenciais parceiros

4 Avaliação periódica

1 Missão

Estas diretrizes têm por missão fortalecer as bibliotecas públicas da cidade do Recife como espaços de produção, fomento e acolhimento às questões de gênero e sexualidade, considerando as demandas informacionais da população LGBTQIAP+ e a promoção de cultura e informação como instrumento de combate aos índices de violência física, estrutural e simbólica que aflige esses sujeitos.

2 Propostas de ações para a biblioteca

Entende-se, para que as bibliotecas atuem almejando cumprimento da missão dessa política, a necessidade de ações internas, para os funcionários desses espaços, e externas, para seus usuários.

2.1 Ações internas

2.1.1 Banheiros

Os banheiros dessas bibliotecas devem configurar-se como espaços seguros para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, e isso precisa estar sinalizado, preferencialmente nas portas. Recomenda-se que os banheiros sejam destinados a todos os gêneros, contendo sinalização conforme ilustramos na imagem 14. Caso seja do interesse da instituição mantê-los separados por gênero, placas conforme imagens 15 e 16, por exemplo, devem representar a inclusão desses espaços.

Imagem 14 - Placa de Banheiro Inclusivo



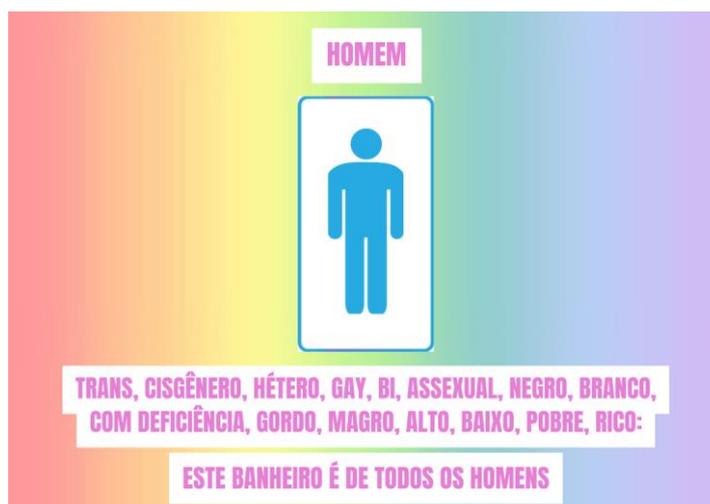
Fonte: O autor (2022)

Imagem 15 - Placa de Banheiro Feminino Inclusivo



Fonte: O autor (2022)

Imagem 16 - Placa de Banheiro Masculino Inclusivo



Fonte: O autor (2022)

2.1.2 Ciclos de formação

É preciso que os profissionais atuantes nessas bibliotecas, desde gestores até serviços gerais, estejam a par dos debates e avanços sociais englobados nas questões de gênero e sexualidade:

- *Não passarão!:* formação onde sejam abordadas as lutas pelos direitos das mulheres e a importância das ações das feministas para a conquista desses direitos, reforçando atitudes hoje entendidas como machistas, mas que foram naturalizadas e estão enraizadas na sociedade há muito tempo. Tópicos como estupro conjugal, violência sexual e machismo estrutural fazem parte do rol de possíveis assuntos para a atividade;
- *Sopa de letrinhas:* formação onde sejam esclarecidas as diferenças entre gênero e sexualidade, abordando o entendimento de cada letra da comunidade LGBTQIAP+ e o quanto importante é que nenhuma letra seja apagada em detrimento de outra nas atividades e ações diárias da biblioteca;
- *Todo herói usa capa:* formação destinada à conscientização sobre a importância do uso de preservativo nas relações sexuais e outras formas de evitar infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando a epidemia de AIDS enfrentada por pessoas desviantes da norma heterossexual no Brasil e no mundo a partir da década de 1980;
- *Nome morto, pessoa viva:* formação focada nos direitos das pessoas trans e travestis, a importância do uso do nome social e constrangimento resultado do nome de registro e do uso dos pronomes incorretos. É importante reforçar que pessoas não-binárias também fazem parte da comunidade trans e a melhor forma de lidar com elas, tendo em

vista que algumas preferem que seja usado apenas um pronome, outras os dois e ainda quem prefira que seja usado o pronome neutro;

- *Mediar para aproximar*: formação destinada a pessoas bibliotecárias, psicopedagogos, arte-educadores e mediadores de leitura visando apropriação da literatura LGBTQIAP+, seja ela visada ao público infanto-juvenil ou adulto, para realização de mediações de leitura dentro dessa temática como atividades da biblioteca.

2.1.3 Estudos de usuários

Os estudos de usuários é uma parte fundamental para a atuação da biblioteca quantos às questões de gênero e sexualidade, pois através dele é possível conhecer seu público e suas demandas informacionais. Para tanto, recomenda-se que sejam realizados questionários contendo campos para o usuário, caso deseje, assinalar sua identidade de gênero e sexualidade. É preciso que esse questionário abarque desde o acervo da biblioteca, aos serviços ofertados e tratamento dos funcionários. Recomenda-se também a criação de fóruns abertos onde usuários, funcionários e gestores poderiam debater abertamente sobre as demandas, serviços e atividades da instituição, promovendo um espaço seguro para diálogos e melhorias.

2.2 Serviços para usuários

2.2.1 Uso do nome social

O uso do nome social em órgãos públicos é direito de pessoas trans e travestis desde 2016 e, como tal, precisa ser respeitado. O nome social deve ser ofertado em todos os serviços da biblioteca que envolvem inscrição, seja para consulta e empréstimo do acervo, acesso aos equipamentos ou atividades de mediação cultural. O uso dos pronomes deve ser igualmente respeitado. Em casos em que a pessoa trans e travesti não possui o nome retificado em seus documentos, a biblioteca em seu papel de oferta e uso social da informação, deve orientar o usuário no processo de emissão desses documentos.

2.2.2 Acervo

Temáticas relativas às questões de gênero e sexualidade devem compor o acervo da biblioteca, desde obras de literatura, ciências sociais, artes, saúde e medicina, independente do suporte, sejam livros, cartilhas, folders, CDs ou DVDs. Recomenda-se que, a cada aquisição feita por compra da instituição, 20% do material selecionado contemple temáticas relacionados à população LGBTQIAP+. O material precisa ser atualizado e estar alinhado à Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da biblioteca.

2.2.3 Mediação cultural

Elaboradas através do conceito de mediação cultural, termo guarda-chuva que abarca as práticas de ação, animação e fabricação cultural, as propostas a seguir buscam nortear as

atividades da biblioteca, sugerindo que essas mediações façam parte do calendário desses espaços e aconteçam durante todo o ano, ganhando maior intensidade com a proximidade de datas temáticas às discussões:

- Palestras: sobre gênero, sobre sexualidade, sobre direitos das mulheres, sobre direitos LGBTQIAP+, sobre violência sexual, sobre ISTs, sobre economia criativa para população LGBTQIAP+, etc.
- Mediação de leitura: livros infantis para abordar questões não heteronormativas para crianças, envolvendo casais homoafetivos ou pessoas que não se identificam com o sexo biológico, livros que contenham releitura de contos de fadas que coloquem mulheres em posição de poder, livros visando a conscientização de crianças sobre educação sexual, etc.;
- Exposições de livros: escritos por e para mulheres; escritos por e para sujeitos LGBTQIAP+, biografias de pessoas importantes para o movimento feminista e LGBTQIAP+, livros sobre os papéis de gênero; livros sobre educação sexual, tais como ISTs e violência sexual, etc.;
- Exibições de curtas e longa-metragem: filmes produzidos por e para mulheres; filmes produzidos por e para pessoas LGBTQIAP+, documentários sobre o movimento feminista e movimento LGBTQIAP+, cinebiografias de mulheres e sujeitos LGBTQIAP+, animações infantis com personagens queers, etc.;
- Jogos recreativos: jogos para conscientizar sobre atitudes machistas, dinâmica de conscientização sobre assédio sexual, jogos visando questionar papéis de gênero, recreação envolvendo materiais com mulheres em posição de protagonismo, etc.;
- Oficinas: oficina de escrita literária, oficina de drag queen, oficina de elaboração de currículo visando inserir mulheres e pessoas LGBTQIAP+ no mercado de trabalho, oficina de arte queer, oficina de encadernação de material sobre gênero e sexualidade, etc.;
- Apresentações culturais: apresentação de peças teatrais com protagonistas LGBTQIAP+, apresentações artísticas de ONGs que trabalham com acolhimento de grupos marginalizados, apresentação musical de corais formados por mulheres e/ou sujeitos LGBTQIAP+, apresentações artísticas voltadas à cultura LGBTQIAP+, como vogue e drag queens, etc.;
- Murais: mural sobre os direitos da população transsexual em 29 de janeiro devido ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, mural temático em 08 de março

sobre o Dia Internacional das Mulheres, mural temático sobre personalidades LGBTQIAP+ durante o mês do orgulho, mural temático em 28 de junho sobre o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+, mural com temática sáfica em 29 de agosto sobre o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, mural temático sobre escritores bissexuais no Dia da Visibilidade Bissexual, comemorado em 23 de setembro, etc.;

- Rodas de bate-papo: bate-papo sobre gênero e sexualidade, roda de diálogo sobre respeito à diversidade com base na DUDH, bate-papo sobre a importância dos movimentos sociais para os direitos das mulheres, conversa sobre a importância da prevenção e testagem de ISTs, etc.;
- Clubes de leitura: voltados à literatura LGBTQIAP+, clubes de leitura com obras feministas, clube de leitura voltado à antropologia de gênero e sexualidade visando aproximar o público acadêmico desses espaços públicos, clubes de leitura para pais e responsáveis de sujeitos LGBTQIAP+, etc.

3 Potenciais parceiros

A articulação com parceiros é fundamental para fortalecer o trabalho à população LGBTQIAP+ nas bibliotecas públicas de Recife. Dessa forma, estão aqui listados possíveis parceiros que atuantes na cidade do Recife que podem colaborar com as instituições, tanto para os ciclos de formação quanto para os serviços prestados aos usuários dessas bibliotecas:

- Centro de Referência Clarice Lispector da Prefeitura do Recife:
Local de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexista. Oferece, além de atendimento jurídico e psicológico às vítimas, atividades voltadas aos filhos e filhas de mulheres atendidas.
Logradouro: Rua Doutor Silva Ferreira, 122, Santo Amaro - Recife
Contato: (81) 3355-3008; (81) 3355-3009; (81) 3355-3010
- Centro de Referência em Cidadania LGBT da Prefeitura do Recife:
Local de acolhimento e atendimento à população LGBTQIAP+, prestando serviços de atendimento jurídico, psicológico e assistencial, com foco nas vítimas de violência.
Logradouro: Rua dos Médicos, 86, Boa Vista - Recife
Contato: (81) 3231-1553
- Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT:
Responsável por promover a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Estado de Pernambuco. O Comitê trabalha em rede e oferece, entre outros

serviços, acompanhamento e orientação às pessoas trans em processo de reafirmação de gênero, serviço ambulatorial para pessoas LGBTQIAP+ e centros de acolhimento.

Logradouro: Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi - Recife

Contato: lgbtsespe@gmail.com; (81) 3184-0436

- Instituto Boa Vista:

ONG atuante nas questões relacionadas aos Direitos Humanos e às pautas Socioambientais. O Instituto oferece assistência jurídica, social e psicológica e fomenta ações em prol da economia cultural, do envelhecimento saudável e combate ao etarismo, saúde e empregabilidade da população LGBTQIAP+ recifense.

Logradouro: Rua das Ninfas, 84A, Soledade - Recife

Contato: (81) 3072-9799; (81) 9893-8941

- Leões do Norte:

ONG atuante no combate à violência e na promoção de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAP+. Oferecem serviços de acolhimento e aconselhamento jurídico, além de promoverem oficinas, palestras e cursos de formação. São os responsáveis pelo aplicativo Rugido, destinado a facilitar as denúncias e acompanhamentos de casos de LGBTQIAPfobia.

Contato: Instagram @leoesdonortelgbt

- Núcleo de Políticas LGBT da UFPE:

Responsável pelo planejamento e implementação de ações afirmativas, assim como elaboração e divulgação de materiais, visando o acolhimento, acompanhamento e permanência da população LGBTQIAP+.

Logradouro: Av. Economistas, 09, Cidade Universitária - Recife

Contato: nucleo.lgbt@ufpe.br; (81) 2126-3101

- SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia:

ONG fundada na década de 80 visando lutar contra o racismo, a pobreza e a LGBTQIAPfobia a fim de mobilizar e organizar politicamente as mulheres em prol de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. A organização promove cursos, palestras, publicações de revistas, artigos e livros com escritos feministas, além de apoiar financeiramente coletivos femininos.

Logradouro: Rua Real da Torre, 593, Madalena - Recife

Contato: sos@socorpo.org.br; comunicacao@socorpo.org.br; (81) 3087-2086

- TODXS:

Organização sem fins lucrativos que atua em todo o Brasil buscando promover a inclusão de sujeitos LGBTQIAP+ através oficinas, treinamentos, serviços de consultoria, feiras para discussão de pautas relativas a gênero e sexualidade. Além dos serviços ofertados, a TODXS conta com uma biblioteca on-line onde é possível baixar gratuitamente calendário anual com pautas para a diversidade, cartilhas sobre letramento racial e direitos LGBTQIAP+, guias, mapeamentos de violência de gênero, etc.

Contato: contato@todxs.org

4 Avaliação periódica

Em busca de melhoria contínua a fim de alcançar sua missão, a política em questão precisa ser revisada em uma periodicidade de 2 (dois) anos. Entrando em contato com as bibliotecas públicas localizadas à cidade do Recife, a política deve ser avaliada com base em:

- Adesão dos funcionários aos ciclos de formação;
- Melhorias físicas e estruturais das instituições;
- Adesão do público aos serviços oferecidos;
- Parcerias estabelecidas entre as bibliotecas e instituições externas;
- participação efetiva no debate e discussão das políticas culturais, incluindo participação nos Fóruns de Cultura e compondo os Conselhos Municipais de Cultura para contribuir na formulação e implementação do Plano Municipal de Cultura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o estudo, pudemos observar que a função social da BP tem encontrado dificuldade em sair do papel. Mesmo sendo o equipamento cultural de maior número no Brasil atual, a BP enfrenta, além do óbvio descaso, sucateamento e deliberada sabotagem por parte dos governantes, percalços para realizar uma atuação menos passiva na sociedade. Ainda que esses espaços tenham passado por mudanças ao longo dos séculos, visando democratizar a leitura, o acesso à informação e aos bens culturais, eles ainda funcionam como aparelhos ideológicos do Estado, em maior ou menor grau, proporcionando serviços, atividades e materiais àqueles que já possuem suas parcelas de privilégio na sociedade.

Durante muito tempo, a cultura foi vista como algo a ser adquirido, uma herança que eleva o indivíduo a outro nível do status quo e o coloca em condição de erudito, acima daqueles que não “tem” cultura. Evidentemente, os únicos capazes de alcançar essa posição eram aqueles que tinham acesso aos bens culturais, à arte, música e literatura, e assim os equipamentos culturais se estabeleceram como lugares de transmissão cultural que geram naqueles que nunca estiveram em evidência um sentimento de não pertencimento, como mostra Petit (2013), ainda que ocupar aquele espaço seja não apenas um direito, mas também um dever.

A cultura e a mediação cultural se fundamentam como direito através de documentos oficiais, mundialmente como a DUDH ou federalmente como a Constituição da República Federativa do Brasil, porém o senso comum ainda encontra dificuldade em formalizar um conceito de cultura que engloba as práticas, ações e sentidos de pessoas à margem da sociedade, como as pessoas pretas, povos originários e membros da população LGBTQIAP+.

A mediação cultural, através das atividades de fabricação, animação e ação cultural, permite que aqueles envolvidos nela criem os meios para atingir os fins almejados, reimaginando sua realidade e se permitindo prospectar um futuro sem as mazelas que os afligem. Assim, a mediação cultural, além de um direito, é fundamental para que as BP consigam cumprir com a missão social intrínseco a esses equipamentos.

Infelizmente, os sujeitos desviantes da norma heterossexual enfrentam um conjunto de violências, desde simbólica à física, que dificulta sua participação ativa na democracia e uma prática plena da cidadania. A luta organizada dessa população tem encontrado vitórias em diversos âmbitos, como a revogação das práticas de “cura gay”, na promoção das cirurgias de redesignação sexual pelo SUS, no combate à desinformação sobre ISTs, o direito à união estável, na criminalização da LGBTQIAPfobia, entre outros, mas a população LGBTQIAP+

ainda não se encontra presente nos serviços ofertados por espaços culturais, como o caso das BP.

As BP possuem a potência de desestabilizar os paradigmas sociais, mas parecem escolher a omissão em prol de um utópico acesso universal, generalista, mas que acaba por sua vez apagando vivências, abafando demandas e silenciando vozes em fundos de armários. As narrativas homogêneas presentes nas estantes e nas ações desses espaços perpetuam sistemas de opressão responsáveis pelos altos índices de violência e baixa participação cidadã de pessoas LGBTQIAP+.

Além da censura, antes velada, mas foi legitimada nos últimos anos devido a um governo golpista, fascista, racista e classista, essa dificuldade enfrentada pelas BP em acompanhar as reivindicações dos movimentos sociais se justifica nas políticas públicas para bibliotecas, que ainda enfrentam as três tristes tradições apontadas por Albino Rubim (2010). Em mais de 80 anos, as BP não conseguiram desfrutar de políticas públicas capazes de acompanhar as mudanças paradigmáticas da CI (CAPURRO, 2003); elas são em sua maioria voltadas para construir prédios e distribuir livros, ainda que essas ações por si só não configurem o que é, ou deveria ser, a biblioteca no século XXI.

Assim como a BP, a população LGBTQIAP+ mesmo com todos os movimentos organizados e conquistas alcançadas ainda parece se manter alheia às políticas culturais e como estas são instrumentos poderosos de inclusão, legitimação e participação política e social de sujeitos postos à margem. Recorrer a políticas culturais é viabilizar que a cultura seja vista como um direito de todos e não de uma suposta elite cultural que visa manter uma superestrutura que privilegia uns e mata outros.

De fato, há uma insuficiência das políticas culturais para a comunidade LGBTQIAP+ nas BP e a partir da coleta de dados feita nas BP localizadas em regiões distintas da cidade do Recife pudemos observar um trabalho visando às questões de gênero e sexualidade ainda ínfimos e que não dá conta de abarcar a diversidade de camadas e subjetividades presentes na temática. As atividades de mediação cultural nesse sentido são pontuais e parecem existir mais por uma demanda dos usuários do que da própria força de vontade daqueles responsáveis por esses espaços.

Se por um lado esses profissionais têm uma parcela de culpa aplacada pela falta de embasamento teórico-prático oferecido pelas escolas de Biblioteconomia, evidencia-se a contradição entre profissionais formados para garantir o acesso às informações, mas não parecem buscá-la para si mesmos. As iniciativas que visam trabalhar as questões de gênero e sexualidade na CI, ainda que não sejam deveras numerosas, existem: há artigos, livros, bases

de dados, teses, TCCs, grupos de estudos... Há, inclusive, essa dissertação. Justificar que o trabalho não é feito porque não foi ensinado na graduação é atestar a falha em conseguir elaborar para si o que se pretende elaborar o usuário: um novo conhecimento.

Através das entrevistas realizadas, pôde-se perceber que as BP recifenses, como as de todo o país, encontram-se ainda despreparadas para abordar questões da população LGBTQIAP+, com coleções que não contemplam esses sujeitos, estudos de usuários incipientes, ausência de políticas culturais e, o que talvez seja um dos fatores mais decisivos, uma inércia, como afirma Catharina Linck no Quadro 12: “acredito que não exista e pior: também não vejo nenhuma movimentação nem trabalho para se ter uma política nesse sentido”.

Mesmo que durante o ano de 2020 tenham sido contabilizadas 1.854 vítimas de LGBTQIAP+ em Pernambuco⁵⁷, as BP do Recife parecem não estar buscando somar na luta contra a violência estrutural que resulta nesses casos, nem no processo de acolhimento e inclusão social desses sujeitos, ainda que estes sejam um público espontâneo desses equipamentos culturais, como apontado Lemes (2019). As diretrizes elencadas neste trabalho, podem nortear a criação de uma política cultural, seja ela local, regional ou nacional, que contemple a população LGBTQIAP+ em todos os aspectos fundamentais do espaço da biblioteca.

A criação de uma política cultural para a população LGBTQIAP+ nas BP é a garantia de que esses equipamentos sejam espaços seguros para lidar com as demandas informacionais e culturais desses sujeitos, indo de não-público para usuários reais. É necessário que essa política cultural, diferente de outras, consiga ir além de estantes e armários. Ela precisa ir do acervo às instalações, do atendimento às práticas de mediação cultural, evidenciando a atuação da biblioteca no combate à heteronormatividade e na celebração da diversidade sexual e de gênero.

Evidentemente, urge que as áreas de Biblioteconomia e CI sejam capazes de deixar para trás a espera passiva por supostas demandas informacionais e sejam capazes de se apropriar ativamente dessas discussões. O que tem sido feito é válido, mas não dá conta de abarcar a dimensão dessas pautas sociais. É necessário que os estudiosos dessas áreas deem o mesmo valor dado às pesquisas sobre determinados fenômenos informacionais, por exemplo, às

⁵⁷ NUNES, Kleber. Violência contra pessoas LGBTQIA+ dispara em Pernambuco: ao todo, foram 1.854 vítimas de crimes como ameaça, agressão, estupro e homicídio, 860 a mais do que em 2019. **Marco Zero**: Pernambuco. Pernambuco, 11 maio 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/violencia-contr-pessoas-lgbtqia-dispara-em-pernambuco/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

pesquisas que vão de encontro ao povo e ao espaço das bibliotecas. É preciso que esses espaços voltem a ser ocupados e sejam objetos de fazer ciência.

Acredita-se que com a volta do Ministério da Cultura, da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e do debate da efetivação da PNLE e do PNLL proporcionadas pelo presidente eleito democraticamente, Lula (PT), em 2023, poderemos prospectar melhorias para as BP do país, como a efetivação da Lei 12.244/2010 que poderá retirar o peso que esses espaços carregam pela ausência de bibliotecas escolares (MILANESI, 1986), além da implantação do Sistema Nacional de Cultura e da descentralização dos recursos do Estado para os municípios, propostas do terceiro mandato do presidente. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a avaliação das políticas culturais para bibliotecas que podem surgir nessa nova fase do Ministério da Cultura e de que forma as questões de gênero e sexualidade tem ou não sido incluídas nessas políticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços.

Londrina: Eduel, 2013. 293 p. Disponível em:

https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso

em: 16 abr. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Prefácio. In: SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle de (org.). **Biblioteconomia social**: epistemologia transgressora para o século XXI.

São: ABECIN, 2018. p. 17-22. Disponível em:

<https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/216/191>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.).

Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

(Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

ALMEIDA, A. H. F. de. Políticas públicas para formação e desenvolvimento de coleções, comunidade LGBTQIA+ e representatividade: um estudo do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação**, [S. l.], v.

18, 1–22, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1790>. Acesso em:

28 dez 2022.

ALMEIDA, A. H. F. de. **Quando as questões de gênero invadem a biblioteca: a função da biblioteca escolar na celebração à diversidade**. 2019. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ALMEIDA, N. F. P. de. **A diversidade entra na escola**: história de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. 239 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13769/1/Neil.pdf>. Acesso em:

06 maio 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.

ANDRETTI, C. R.; CALEGARO, E. M.; MACHADO, M. Da lagarta para borboleta: ação cultural como estratégia de marketing no sistema integrado de bibliotecas da UNIVALI - SIBIUN. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.1, p.189-200, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/542/668>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Cap. 2. p. 29-42. (Didática).

ARAÚJO, Emily Lima Galdino de; VILA, Monise Danielly Pessoa. A biblioteca e suas tipologias. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 13., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: EGRN, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://www.congesp.rn.gov.br/anais/publiatuais/27.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Maria Helena T. C. de. Atividades culturais e a inclusão na biblioteca pública. In: SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **A biblioteca pública em contexto: cultural, econômico, social e tecnológico**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 67-82. (Ciência da Informação e da Comunicação).

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392001000200011>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5008, de 23 de dezembro de 2020**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1938131. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. **Lex**: Diário Oficial de 07/07/1992, p. 8713. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira.

Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/106.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

CAERES GONÇALVES, Marllon; PERES GONÇALVES, Josiane. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-6, 25 abr. 2021. Revista Ciências Humanas. <http://dx.doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N. *et al.* **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434.

CAPURRO, Rafael et al. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 12, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 25 maio 2022

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

CAVALLI-SFORZA, L. L.; FELDMAN, M. W.; CHEN, K. H.; DORNBUSCH, S. M.. Theory and Observation in Cultural Transmission. **Science**, [S.L.], v. 218, n. 4567, p. 19-27, out. 1982. American Association for the Advancement of Science (AAAS).
<http://dx.doi.org/10.1126/science.7123211>.

CERQUEIRA, Ticiana Damasceno; DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; PADOVANI, Andréa Sandoval. A importância do nome social para autoaceitação e aceitação social do público "trans". **Feminismos**, Bahia, v. 2, n. 8, p. 26-39, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34894/23830>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT e o ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/797VnWgmBHvsnvbJJytzKnP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.

FERNADEZ, Cida; MACHADO, Elisa. **Bibliotecas públicas: um equipamento cultural para o desenvolvimento local**. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016.

FERRAZ, Marina Nogueira; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Dimensões Essenciais das Bibliotecas Públicas. **Ciência da Informação em Revista**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 11-28, 7 maio 2018. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/cirev.2018v5n1b>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FLAURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: SENAC, 2009.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FUNDO BRASIL (ed.). **A LGBTfobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização**. os números, a violência e a criminalização. [20-]. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 12 maio 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA JÚNIOR, Mário. **A gestão da memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco**. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10455/1/mario_gouveia_dissertacao.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

GREEN, James N. *et al.* **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**: 1994. São Paulo: 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ISHIMOTO, A. T.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. E. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 351-366, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2217>. Acesso em: 15 out. 2022.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (org.). **Pra que serve a biblioteca públicas?:** novas configurações para o século 21. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44.

LIMA, Celly de Brito. **O bibliotecário como mediador cultural**: concepções e desafios à sua formação. 2016. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/publico/CELLYDEBRITOLIMAVC.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. O campo da informação no ordenamento político de gênero. In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha, 2019. p. 41-70. (Selo Nyota).

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Incid**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 94, 20 jul. 2010. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v1i1p94-111>.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. *et al.* **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Pode, na Ciência da Informação, o LGBTI+ falar?** 2021. Ciência da Informação Express. Disponível em: <https://www.cienciadainformacaoexpress.com/post/pode-na-ci%C3%A2ncia-da-informa%C3%A7%C3%A3o-o-lgbti-falar>. Acesso em: 25 set. 2022.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Há uma luta de classe nos livros: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal.** 2019. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2768/2/CARLOS%20WELLINGTON-MARTINS.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; RODRIGUES, Thais dos Santos. A literatura não ousa dizer seu nome: percepções das bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) acerca da mediação de leitura com temática LGBT. In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação.** Florianópolis: Rocha, 2019. p. 279-301.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura.** 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê, 2002.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N. *et al.* **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018. p. 211-225.

NEUMANN, Marie. **Une cellule de médiation culturelle pour Vevey: enjeux, état des lieux et projet pilote.** 2012. Lausanne: Formation continue en gestion culturelle, Universités de Genève et Lausanne et l'association Artos, 2012.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism.** New York: New York University Press, 2018.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. **Elementos do materialismo histórico e dialético.** São Paulo: Paco, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar: proposta de calendário comemorativo da diversidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1448>. Acesso em: 06 maio 2022.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F.. Mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. 1-17, 2 out. 2020. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660541/23097>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PAJEÚ, Hélio Márcio; CAVALCANTI, Marcyelis Maria. Censura e ideologia: o caso do catálogo queermuseu. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 64, p. 1-16, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200640023>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PERNAMBUCO. Prefeitura do Recife. **Rede de Bibliotecas Pela Paz**: modelo institucional. Recife, 2021.

PERNAMBUCO. Secretaria de Cultura do Recife. Prefeitura do Recife. **Áreas culturais**: bibliotecas. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/bibliotecas.php>. Acesso em: 25 dez. 2022.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. São Paulo: Autêntica, 2000.

PETIT, Michèle. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. São Paulo: Editora 34, 2019.

POLASTRON, Lucien X. **Livres em feu**: histoire de La destruction sans fins de bibliothèques. Paris: Éditions Denöel, 2004.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil.**

2017. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6582/3/Versao%20final_dissertacao.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

RASTELLI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Cultura, ação e mediação em bibliotecas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, São Paulo. **Caderno de Resumos.** Marília: Unesp, 2015. p. 1-22. Disponível em:

<http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/3/49#:~:text=Buscou%2Dse%20referencial%20partindo%2Dse,anima%C3%A7%C3%A3o%20cultural%20e%20fabrica%C3%A7%C3%A3o%20cultural..> Acesso em: 04 jan. 2023.

RECIFE. Prefeitura do Recife. Conheça o Compaz, a Fábrica de Cidadania do Recife.

Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-o-compaz-fabrica-de-cidadania-do-recife#:~:text=A%20primeira%20unidade%20foi%20inaugurada,e%20a%20biblioteca%20Afr%C3%A2nio%20Godoy>.

Acesso em: 25 dez. 2022.

ROCHA, E. S. .; OLIVEIRA, D. A. As políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19125>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ROSA, Lucas Camapum. **A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos.** 2017. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/185257327.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes contradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007b. p. 11-26.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. **O Público e O Privado**, Ceará, v. 5, n. 9, p. 33-47, jan. 2007a. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2358/2130>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>. Acesso em: 20 maio. 2021

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 147-186, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162105>. Acesso em: 16 maio 2022.

SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima. **O bibliotecário como mediador cultural, a leitura literária e a biblioterapia no tratamento da depressão**. 2018. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30717>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SESC (Pernambuco). **Bibliotecas**. Disponível em: <https://www.sescpe.org.br/programas/cultura/bibliotecas/>. Acesso em: 25 dez. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Ismaelly Batista dos Santos. Informação e visibilidade na construção desiderativa da aprendizagem: prospecções acerca da população LGBTQI+. In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha, 2019. p. 19-39. (Selo Nyota).

SILVA, Kamilla Pereira; ALAUZO, Jorge Luiz Cativo. Empoderamento no processo formativo da biblioteconomia: utopia tecnicista ou realidade possível? **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 1-20, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17046/13816>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SIMIS, Anita. Política cultural como política pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: UFBA, 2007. p. 1-20. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S.L.], n. 16, p. 20-45, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. 1979. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1979. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3980?locale=pt_BR. Acesso em: 16 abr. 2022.

SUAIDEN, Emir José; LEITE, Cecília. **Cultura da Informação: os valores na construção do conhecimento**. Curitiba: CRV, 2016.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEIXEIRA COELHO, J. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VANIN, Luís Fernando; OLIVEIRA, Ana Cláudia Perpétuo de. Jornal Lampion da Esquina: um acervo relevante para a cultura LGBT+ na biblioteca pública. In: ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha, 2019. p. 303-346. (Selo Nyota).

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VIEIRA, K. R.; KARPINSKI, C. Os estudos de usuários para as minorias sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 60–76, 2019.

Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1130>. Acesso em: 28 dez. 2022.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Formação:

1 - Você já participou de algum curso/formação/ação cujo tema era diversidade de gênero e sexual?

2 - Houve algum treinamento para os funcionários visando o trabalho com a população LGBTQIAP+?

3 - A biblioteca considera que a população LGBTQIAP+ é um usuário real ou potencial?

4 - A biblioteca oferece serviços e produtos voltados para a população LGBTQIAP+? Se sim, quais? Se não, por quê?

5 - No caso das pessoas trans e travestis, a biblioteca é preparada para lidar com o nome social dessas pessoas? Considerando sistema, tratamento, etc.

6 - O prédio em que se localiza a biblioteca possui banheiros? Esses banheiros são inclusivos, ou seja, são espaços seguros para usuários e funcionários, independentemente de sua identidade de gênero e/ou sexualidade?

7 - Você considera que é importante que as bibliotecas abordem temáticas relativas à população LGBTQIAP+? Por quê?

8 - Você acredita que a população LGBTQIAP+ encontra visibilidade nas bibliotecas em geral? Se sim, por que isso acontece?

9 - Você enxerga que existe uma demanda do público que frequenta a biblioteca por temáticas LGBTQIAP+? Se sim, qual o mais buscado? Livros, cursos, debates?

10 - Você acredita e conhece que a criação de políticas culturais poderia assegurar a inserção dessas temáticas nas bibliotecas públicas?

11 - É uma demanda para você, enquanto profissional, a criação de uma política pública para nortear a atuação das bibliotecas públicas quanto à população LGBTQIAP+?

12 - Quais ações poderiam ser desenvolvidas para essa população que pudessem formar uma política?

13 - Em qual periodicidade devem ocorrer os pontos de uma política cultural para temáticas LGBTQIAP+ na biblioteca pública?